

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

São José dos Campos, março de 2017

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da DN TCU nº 156/2016, da Portaria-TCU nº 59/2017, do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) e das orientações do órgão de controle interno.

Relatório Elaborado pela Coordenação de Gestão Científica e Tecnológica (COGCT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

São José dos Campos, março de 2017

SUMÁRIO

Apresentação	11
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE	13
1.1 Finalidade e competências.....	13
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	14
1.3 Ambiente de atuação	15
1.4 Organograma.....	16
1.5 Macroprocessos finalísticos	18
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	26
2.1 Planejamento organizacional.....	26
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	27
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	32
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	33
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos fixados no PPA ...	34
2.3 Desempenho orçamentário.....	35
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	35
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	56
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	56
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	56
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	59
2.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	61
2.3.7 Informações sobre a execução de despesas	62
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	68
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	79
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	79
3.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos	82
3.3 Gestão de riscos e controles internos.....	83
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	85
4.1 Gestão de Pessoas.....	85
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	101
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	104
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	105

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	105
4.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura	108
4.2.1 Gestão de patrimônio imobiliário da União	108
4.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros	112
4.3 Gestão da Tecnologia da Informação (inclui Principais Sistemas de Informações)	112
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	126
5.1 Canais de acesso do Cidadão.....	126
5.2 Carta de serviços ao Cidadão	136
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	137
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	137
5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	137
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	139
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens de patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	139
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	139
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	139
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	140
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	140
7.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	155
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	156
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5 da Lei 8.666/1993.....	156
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	157
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	157
Anexo 1: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	159
Anexo 2 - ORGANOGRAMA	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organograma.....	17
Quadro 2 - Ação 20UI do Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação.....	36
Quadro 3 - Ação 20V9 do Programa 2050 - Mudança do Clima - Integral	37
Quadro 4 - Ação 20VA do Programa 2050 - Mudança do Clima - Parcial.....	39
Quadro 5 - Plano Orçamentário – 0007 da Ação 20VA.....	40
Quadro 6 - Plano Orçamentário – 000B da Ação 20VA	41
Quadro 7 - Ação 20VB do Programa 2056 – Política Espacial - MCTIC.....	42
Quadro 8 - Ação 20VB do Programa 2056 – Política Espacial - AEB	43
Quadro 9 - Plano Orçamentário – 0003 da Ação 20VB	44
Quadro 10 - Plano Orçamentário – 0008 da Ação 20VB	45
Quadro 11 - Plano Orçamentário – 0009 da Ação 20VB	46
Quadro 12 - Plano Orçamentário – 000A da Ação 20VB	47
Quadro 13 -- Plano Orçamentário – 000B da Ação 20VB	48
Quadro 14 - Ação 20VC do Programa 2056 – Política Espacial - MCTIC.....	49
Quadro 15 - Ação 20VC do Programa 2056 – Política Espacial - AEB	50
Quadro 16 - Plano Orçamentário – 0001 da Ação 20VC.....	51
Quadro 17 - Plano Orçamentário – 0005 da Ação 20VC	53
Quadro 18 - Plano Orçamentário – 0006 da Ação 20VC.....	54
Quadro 19 - Plano Orçamentário – 000D da Ação 20VC	55
Quadro 20 - Restos a pagar de exercícios anteriores – UG Executora: 240106: INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCTIC.....	56
Quadro 21 - Restos a pagar de exercícios anteriores - UG Executora: 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCTIC.....	57
Quadro 22 – Restos a pagar de exercícios anteriores - UG Executora: 240108:INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-C.PAULISTA - MCTIC.....	58
Quadro 23 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	59
Quadro 24 -Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	59
Quadro 25 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	60
Quadro 26 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	60
Quadro 27 - Despesas por modalidade de contratação - UG 240106 – INPE-S.J.CAMPOS – Fonte Tesouro Gerencial	62
Quadro 28 - Despesas por Modalidade de Contratação UG Executora: 240107 – INPE-NATAL – MCTIC	63
Quadro 29 - Despesas por Modalidade de Contratação UG Executora: 240108 – INPE-C.PAULISTA – Fonte SIAFI.....	64
Quadro 30 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - UG executora: 240106: INPE - S.J.CAMPOS ...	65
Quadro 31 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - UG Executora: 240107 – INPE -NATAL	66
Quadro 32 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - UG Executora: 240108: INPE - C.PAULISTA – Fonte SIAFI.....	66
Quadro 33 – Indicadores de produção científica, tecnológica, industrial e de gestão.....	68
Quadro 34 - IPUB - Índice de publicações.....	69
Quadro 35 -IGPUB - Índice geral de publicações.....	70
Quadro 36 - ITESE - Índice de teses e dissertações.....	70

Quadro 37 - PcTD - Índice de processos e técnicas desenvolvidos	71
Quadro 38 -IPin - Índice de propriedade intelectual	71
Quadro 39 - IDCT - Índice de Divulgação Científica e Tecnológica.....	72
Quadro 40 - IPS - Índice de produtos e serviços	72
Quadro 41 - IAL - Índice de acesso livre às publicações	72
Quadro 42 – IPV - Índice de publicações vinculadas a teses e dissertações	73
Quadro 43 - IATAE - Índice de Atividade em Tecnologia Industrial Básica Aeroespacial	73
Quadro 44 - PIN - Participação da Indústria Nacional.....	74
Quadro 45 - PPACI - Índice de projetos, pesquisas e ações de cooperação internacional.....	74
Quadro 46 - PPACN - Índice de projetos, pesquisas e ações de cooperação nacional.....	74
Quadro 47 - FQ – Fator de qualidade.....	75
Quadro 48 - APD - Aplicação em pesquisa e desenvolvimento.....	75
Quadro 49 - RRP - Relação entre receita própria e OCC.....	76
Quadro 50 - IEO - Índice de execução orçamentária	76
Quadro 51 - ICT - Índice de capacitação e treinamento.....	77
Quadro 52 - PRB - Participação Relativa de Bolsistas.....	77
Quadro 53 - PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	78
Quadro 54 - IBAD - Índice de beneficiários em atividades de divulgação de C,T&I.....	78
Quadro 55 - Comissões Permanentes do INPE	81
Quadro 56 - Comissões Temporárias criadas 2016 (exceto Comissões de Sindicância)	82
Quadro 57 - Expectativa de aposentadoria dos servidores da UPC	85
Quadro 58 - Escolaridade dos servidores da UPC.....	86
Quadro 59 - Informações contidas no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação 2016	90
Quadro 60 – Ações de aperfeiçoamento.....	91
Quadro 61 - Licença para tratamento de saúde	92
Quadro 62 - Rotatividade (<i>turnover</i>) – Ano 2016.....	92
Quadro 63 - Servidores de Carreira - egressos em 2016.....	93
Quadro 64 - Expectativa de aposentadoria dos servidores da UPC	96
Quadro 65 - Evolução do quadro funcional de servidores do INPE.	97
Quadro 66 - Classificação das áreas de atuação do INPE	98
Quadro 67 - Estimativa da redução da força de trabalho nos projetos e atividades prioritários do INPE.....	98
Quadro 68 - Força de trabalho.....	101
Quadro 69 - Distribuição da lotação efetiva.....	102
Quadro 70 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	102
Quadro 71 - Custos do pessoal	104
Quadro 72 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	105
Quadro 73 - Contratação de pessoal - estagiários	107
Quadro 74 –Evolução das quantidades médias de contratos.....	108
Quadro 75 - Plano e capacitação planejado para o ano de 2016:	118
Quadro 76 – Treinamentos relacionados à TI	118
Quadro 77 - Treinamentos ministrados por instrutores da área de TI no período.....	119
Quadro 78 – Quadro de servidores da COCTI / INPE	119
Quadro 79 – Descrição dos projetos de TI.....	122
Quadro 80 - Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação.....	126
Quadro 81 - Pedidos de acesso à informação.....	127
Quadro 82 - Temas das solicitações de acesso à informação.....	127

Quadro 83 - Meio de resposta – Acesso à informação	128
Quadro 84 - Perfil dos solicitantes	128
Quadro 85 - Localização dos solicitantes – Acesso à informação	128
Quadro 86 - Perfil dos solicitantes - pessoa física.....	129
Quadro 87 - Perfil dos solicitantes - pessoa jurídica	129
Quadro 88 - Características dos atendimentos por email	134
Quadro 89 - Acessos às bases de dados disponibilizados pela Biblioteca	136
Quadro 90 – Caracterização da determinação/recomendação do TCU	140
Quadro 91 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	141
Quadro 92 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	142
Quadro 93 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	143
Quadro 94 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	143
Quadro 95 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	145
Quadro 96 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	146
Quadro 97 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	147
Quadro 98 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	147
Quadro 99 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	148
Quadro 100 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	148
Quadro 101 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	149
Quadro 102 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	150
Quadro 103 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	150
Quadro 104 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	151
Quadro 105 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	152
Quadro 106 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	152
Quadro 107 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	153
Quadro 108 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	153
Quadro 109 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	154
Quadro 110 - Despesas com publicidade	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação em ações de capacitação 2016 por carreira.....	87
Figura 2 – Índices de qualidade de vida no ambiente de trabalho 2016.....	95
Figura 3 - Pedidos de acesso à informação e solicitantes – SIC/INPE – 2016.....	126
Figura 4 - Situação dos pedidos de acesso à informação	127
Figura 5 - Resposta aos pedidos de acesso à informação	128
Figura 6 - Comparativo de pedidos de acesso à informação no período entre 2014 a 2016 - SIC/INPE.....	130
Figura 7 - Pedidos de informação recebidos através do <i>Webmaster</i> Institucional (<i>Webmaster@inpe.br</i>).....	130
Figura 8 - Número de pedidos registrados por mês - 2016	130
Figura 9 - Tipos de solicitações.....	131
Figura 10 - Comparativo de solicitações recebidas no período entre 2014 a 2016 canal de acesso webmaster@inpe.br.....	131

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACDH - Subsistema de Controle de Atitude e Órbita
AEB – Agência Espacial Brasileira
AGU – Advocacia-Geral da União
AIT – Assembly, Integration and Test (Integração, Montagem e Teste)
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAST – China Academy of Space Technology
CBERS – Satélite Sino Brasileiro de Recursos Terrestres
CDT – Contratados por tempo determinado
CEMADEN - Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CGCEA - Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas
CGCPT - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
CGETE – Coordenação Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial
CGOBT - Coordenação Geral de Observação da Terra
CGU – Controladoria-Geral da União
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da CGU
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COADM – Coordenação de Administração
COAPF – Coordenação de Acompanhamento de Processos e Formalização de Atos Normativos
COCRC - Centro de Rastreamento e Controle de Satélites
COCRE - Coordenação dos Centros Regionais
COCRH - Coordenação de Recursos Humanos
COCST - Centro de Ciência do Sistema Terrestre
COCTE - Coordenação de Laboratórios Associados
COCTI - Coordenação de Tecnologia da Informação
COGCT - Coordenação de Gestão Científica e Tecnológica
COLIT - Laboratório de Integração e Testes
CONAE - Comissão Nacional de Atividades Espaciais da Argentina
CRCRA - Centro Regional da Amazônia
CRCRN - Centro Regional Nordeste
CRCRS - Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais
CTC - Conselho Técnico-Científico
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DEGRAD – Projeto de Mapeamento de Degradação Florestal na Amazônia Brasileira

DETER - Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real

DN – Decisão Normativa

ECMWF - European Centre for Medium-Range Weather Forecasts (Centro Europeu de Previsão de Tempo de Médio Prazo)

E-Contas - Sistema de Prestação de Contas Anuais ao TCU

EMBRACE - Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

EQUARS – Equatorial Atmosphere Research Satellite

ESA – Agência Espacial Europeia

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais

GOCNAE - Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais

GPS – Global Positioning System

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICT - Instituição Científica e Tecnológica

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima)

JAXA – Japan Aerospace Exploration Agency

LANDSAT-8 - Earth-observing satellite missions

LEONA: Rede Colaborativa na América Latina para a Investigação de Eventos Luminosos Transientes e Emissões de Alta Energia

LIT – Laboratório de Integração e Testes

LOA – Lei Orçamentária Anual

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MEC – Ministério da Educação

MIRAX - Monitor e Imageador de Raios X

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NASA – National Aeronautics and Space Administration

NOAA - National Oceanographic and Atmospheric Administration

NUINT - Núcleo de Inovação Tecnológica

OBDAH - On Board Data Handling (Subsistema de supervisão de Bordo)

OCI – Órgão de Controle Interno

OCOE - Equipamento de supervisão de testes elétricos

OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PESE - Programa Estratégico de Sistemas Espaciais do Ministério da Defesa

PMM - Plataforma Multi Missão

PNAE - Programa Nacional de Atividades Espaciais

PPA – Plano Plurianual

PRODES - Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite

REDD+ - Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal + conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas, aumento dos estoques de carbono florestal

RING - Repositório de Indicadores de Gestão

SAS - Serviço de Assistência e Benefícios

SCRIN - Seção de Relações Internacionais

SESPG - Serviço de Pós-Graduação

SGDC - Satélite Geoestacionário para Defesa e Comunicação

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SINDAE - Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

SONDA - Sistema de Organização Nacional de Dados Ambientais

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

TCG - Termo de Compromisso de Gestão

TCU – Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

TerraLIB – Biblioteca para o Desenvolvimento de Aplicações em Sistemas de Informação Geográfica

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UPC – Unidade de Prestação de Contas

Apresentação

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com sede em São José dos Campos (SP), tem como missão desenvolver, operar e utilizar sistemas espaciais para o avanço da ciência, da tecnologia e das aplicações nas áreas do espaço exterior e do ambiente terrestre, e oferecer produtos e serviços inovadores em benefício do Brasil.

Há mais de 50 anos trabalhando com pesquisa, desenvolvimento e aplicação na área espacial, o INPE desenvolveu competências e é reconhecido como referência nas áreas de Ciência Espaciais e Atmosféricas, Observação da Terra, Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, Ciência do Sistema Terrestre, e Engenharia e Tecnologia Espacial. Além disso, o INPE também mantém cursos de Pós-Graduação que vêm formando especialistas e acadêmicos desde a década de 1960.

O INPE tem sido também um importante vetor de modernização e de qualificação da indústria aeroespacial nacional, por meio da contratação direta ou via fundações de apoio para fabricação de equipamentos, subsistemas, aplicativos computacionais, entre outros, relacionados, principalmente, ao desenvolvimento dos satélites de sensoriamento remoto da série CBERS, em cooperação com a China, e da série Amazonia, desenvolvidos unicamente pelo Brasil.

Para a integração, testes, operacionalização, recepção e armazenamento de dados, desses e de outros satélites, o INPE vem desenvolvendo um trabalho constante de modernização, contando com uma ampla infraestrutura de apoio constituída pelos: Coordenação do Laboratório de Integração e Testes (COLIT); Coordenação do Centro de Rastreamento e Controle de Satélites (COCRC) e Divisão de Geração de Imagens (DIDGI), que faz parte da Coordenação Geral de Observação da Terra (COOBT).

O INPE teve um grande número de realizações em 2016, que estão descritas mais detalhadamente na seção *Macroprocessos Finalísticos*, no capítulo Visão Geral. Alguns dos destaques do ano de 2016 foram: o comissionamento do satélite CBERS-4, a sanção de protocolo complementar para desenvolvimento do satélite CBERS-4A, a participação no experimento científico LIGO, a previsão do tempo para as Olimpíadas RIO 2016, o projeto SOS Chuva, a aprovação de um novo Regimento Interno e a posse de novo Diretor do Instituto.

Em 2016, foram concluídas as atividades de comissionamento do satélite CBERS-4 (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), lançado em 2014, e o satélite foi disponibilizado para operações de rotina, tendo já fornecido mais de 40.000 imagens para sensoriamento remoto. Em agosto de 2016 foi sancionado o Protocolo Complementar para o desenvolvimento do satélite CBERS-4A, que teve todos seus documentos revistos e atualizados para estarem disponíveis para a contratação dos modelos de voo dos equipamentos e subsistemas necessários para completar os itens sob a responsabilidade brasileira. Também em 2016, o Centro de Rastreamento e Controle do INPE passou a ser responsável pelo controle do satélite CBERS-4, até então sob responsabilidade do Centro de Controle de Satélites de Xian, China.

O INPE também teve participação em uma das maiores descobertas científicas de 2016: o experimento científico LIGO (Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser), que anunciou a primeira detecção direta de ondas gravitacionais produzidas por sistema binário de buracos negros, perseguida desde o trabalho teórico de 1916 de Albert Einstein sobre sua existência. O INPE é a única instituição brasileira que mantém grupo de pesquisa em física gravitacional experimental, em particular focado no desenvolvimento de técnicas para detecção de ondas gravitacionais.

Também merecem destaque as previsões e serviços meteorológicos para apoiar as Olimpíadas Rio 2016, bem como o desenvolvimento de ferramentas e instalação de equipamentos meteorológicos

utilizados no Projeto SOS CHUVA, que irá fornecer para a população informações sobre a ocorrência de raios, rajadas de vento e chuvas de granizo, incluindo o tamanho das pedras, por meio de um aplicativo interativo para *smartphones*.

Finalmente, é importante ressaltar que em 22 de setembro de 2016 tomou posse o novo diretor do INPE, Ricardo Magnus Osório Galvão. Além disso, um novo Regimento Interno do Instituto foi aprovado pelo MCTIC pela Portaria nº 5.149 de 14 de novembro de 2016.

As principais dificuldades enfrentadas pelo Instituto em 2016 foram a falta de pessoal e o atraso no recebimento de recursos orçamentários. A acentuada diminuição do quadro de servidores, tanto da área de Pesquisa e Desenvolvimento como, principalmente, da área Administrativa. Só em 2016 foram efetivadas as aposentadorias de 70 servidores (quase 10% do efetivo), na sua maioria pessoal de Gestão. Destaca-se, no entanto, a entrada de 13 novos servidores em vagas provenientes de concurso público de 2014, todos da carreira de Tecnologista. Essa falta crônica de pessoal é sentida, de imediato, nas áreas de gestão, e vem claramente afetando as atividades fins, já que afeta a qualidade dos serviços continuados de manutenção predial, limpeza, transporte, e, principalmente, os setores envolvidos com compras, convênios e contratos, prejudicando sobremaneira a execução orçamentária.

O cronograma de liberação orçamentária, em que parte expressiva do orçamento (46%) foi descentralizada ao INPE somente no segundo semestre, destacando-se uma suplementação orçamentária de R\$ 20 milhões efetivada apenas no mês de novembro, prejudicou expressivamente a execução orçamentária. Esse atraso na liberação dos recursos ocasionou uma sobrecarga na já debilitada capacidade interna de instrução processual para aquisição de bens, de serviços e de contratos, assim como, em alguns casos, inviabilizou o prosseguimento de processos por impossibilidade de cumprimento de prazos legais.

Este Relatório de Gestão está organizado em sete capítulos, a saber: 1. Visão Geral da Unidade, 2. Planejamento Organizacional e Resultados, 3. Governança, 4. Áreas Especiais da Gestão, 5. Relacionamento com a Sociedade, 6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, e 7. Conformidade da Gestão e Demanda dos Órgãos de Controle, e contém dois anexos. A sequência das seções observa a estrutura definida pelo Sistema de Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União (e-Contas).

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e competências

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016. O INPE é também Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

De acordo com seu Regimento Interno (Portaria MCTIC nº 5.149, de 14 de novembro de 2016), “o INPE tem como finalidade realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, da Engenharia e Tecnologia Espacial e áreas do conhecimento correlatas, consoante à política definida pelo Ministério”.

O Plano Diretor 2016-2019 (disponível em http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/Plano_Diretor_final2.pdf) define a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do Instituto:

Visão

Liderar a sociedade brasileira em sua modernização, por meio do uso de sistemas espaciais e suas aplicações, e promover o avanço do conhecimento científico e tecnológico.

Missão

Desenvolver, operar e utilizar sistemas espaciais para o avanço da ciência, da tecnologia e das aplicações nas áreas do espaço exterior e do ambiente terrestre, e oferecer produtos e serviços inovadores em benefício do Brasil.

Valores

- Segurança e qualidade
- Integridade
- Trabalho em equipe
- Excelência

Objetivos Estratégicos

1. Dotar o país de capacidade própria no desenvolvimento de ciclo de vida de sistemas espaciais;
2. Realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento para o domínio de tecnologias críticas e geração de produtos e processos inovadores necessários ao Programa Espacial Brasileiro, com ênfase na transferência de conhecimento ao setor produtivo;
3. Prover a capacidade para montagem, integração e testes de satélites de até seis toneladas e sete metros de dimensão máxima;

4. Prover a infraestrutura adequada para rastreamento e controle de satélites e para recepção, armazenamento, processamento e disseminação de dados espaciais;
5. Gerar conhecimento científico por meio de pesquisa básica e de tecnologias com desenvolvimento instrumental na área de Ciências Espaciais e Atmosféricas;
6. Aumentar a capacidade de prover produtos e serviços inovadores baseados em sensoriamento remoto e geoinformática para o monitoramento e apoio à gestão territorial e ambiental;
7. Monitorar o desmatamento, a regeneração vegetal e a degradação florestal, risco, ocorrências e severidade de incêndios florestais dos biomas brasileiros para atender às demandas de políticas públicas do Estado brasileiro;
8. Promover e aprimorar a pesquisa e o desenvolvimento da modelagem numérica do sistema integrado atmosfera, oceano, superfície continental e aerossóis/química, para prover o Brasil com o estado da arte em previsão de tempo, clima sazonal, qualidade do ar, agitação marítima, circulação costeira e produtos de satélites ambientais;
9. Expandir a capacidade do sistema do Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial (Embrace);
10. Desenvolvimento e aprimoramento de modelos do sistema terrestre, de redes de monitoramento e de análises sociopolíticas, visando à construção e análise de cenários de mudanças ambientais e projeções climáticas;
11. Garantir, com excelência, a gestão, a comunicação institucional e a infraestrutura necessárias para o cumprimento da missão do Instituto;
12. Executar a Política de Recursos Humanos, com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho individual e organizacional;
13. Aperfeiçoar o modelo de gestão corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC, em conformidade com as orientações e regulamentações vigentes do governo federal e as melhores práticas de mercado.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

As principais normas de criação e alteração do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais são as seguintes:

- Decreto nº 51.133, de 3 de agosto de 1961 - cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais;
- Decreto nº 68.532, de 22 de abril de 1971 - extingue o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Especiais (GOCNAE) e cria o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE);
- Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal – FCPE;
- Portaria/MCTIC nº 5.149, de 14 de novembro de 2016. Aprova Regimento Interno do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Outras normas infralegais relevantes relacionadas à gestão e estrutura:

- TQ-042 - Responsáveis pelas ações do PPA
- TQ-001 - Estrutura Organizacional

- RE/DIR-487 - Aplicação de recursos orçamentários
- Plano Diretor 2016-2019
- RE/DIR-033 - Regimento dos Cursos de Pós-Graduação
- RE/DIR-582 - Norma de Relacionamento do INPE com Fundações de Apoio

1.3 Ambiente de atuação

O INPE é um órgão da Administração Direta Federal, mais especificamente é uma Unidade de Pesquisa pertencente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e como tal sua atuação é pautada por políticas, diretrizes e normas definidas pelo Governo Federal e expressas em documentos como a ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, elaborada pelo MCTIC, e o PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais, elaborado pela Agência Espacial Brasileira.

A origem do INPE remonta ao ano de 1961, quando foi criado o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), com a missão de definir a política espacial brasileira em um contexto internacional de “corrida espacial” deflagrado pela Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Em 1971 o Instituto assumiu seu nome atual, inicialmente vinculado ao CNPq, e, a partir de 1985, ao recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ao longo de seus mais de 50 anos de existência, o INPE se consolidou como referência nacional nas atividades espaciais. O Instituto tem hoje uma produção científica e tecnológica diversificada, com presença em praticamente todas as etapas da cadeia produtiva do setor espacial, desde a concepção de missões até os serviços e produtos proporcionados por suas diversas aplicações. Para cumprir sua missão de “desenvolver, operar e utilizar sistemas espaciais para o avanço da ciência, da tecnologia e das aplicações nas áreas do espaço exterior e do ambiente terrestre, e oferecer produtos e serviços inovadores em benefício do Brasil”, o INPE organiza-se em três macroprocessos finalísticos: A) Desenvolvimento de satélites; B) Infraestrutura de integração e controle de satélites; e C) Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e aplicações.

Além da pesquisa científica básica e do desenvolvimento tecnológico, o Instituto também tem grande preocupação com a transmissão de conhecimento e de competências, e, para tanto, conta com políticas de capacitação permanente e de intercâmbio internacional, e com cursos de pós-graduação com alta avaliação do MEC. Todos esses fatores tornam o INPE um centro de excelência reconhecido nacional e internacionalmente em áreas tão diversas como desenvolvimento de sistemas espaciais, controle e rastreamento de satélites, monitoramento da cobertura da Terra e de queimadas, previsão do tempo e do clima, monitoramento do clima espacial, pesquisa em ciências espaciais e atmosféricas, pesquisas em mudanças ambientais globais, desenvolvimento e inovação em plasma, sensores, novos materiais, combustão, propulsão, e computação aplicada.

Um dos objetivos do INPE é estimular e promover o desenvolvimento de uma indústria espacial no Brasil, que no longo prazo deverá estabelecer uma sinergia de competências tecnológicas entre os setores de aeronáutica, espaço e defesa, tal como ocorre nos Estados Unidos e na Europa.

O setor espacial mundial se desenvolveu voltado primariamente para as áreas de segurança, exploração do espaço e científica. No entanto, assim como ocorreu com outros setores de alta tecnologia, na última década essa dinâmica vem mudando e atraindo a atenção de governos e investidores privados que passaram a tratar o setor como potencial fonte de crescimento econômico e de inovação. A "economia do espaço" vem gerando grande interesse estratégico e comercial, proporcionando oportunidades inéditas, em níveis nacional e internacional.

A ampla demanda brasileira por aplicações de sistemas espaciais, como telecomunicações, sistemas de navegação (geoposicionamento), meteorologia, observação da terra, além das aplicações de defesa e científicas, confirmam a capacidade do Brasil de aproveitar as oportunidades disponíveis no setor espacial mundial. Nos últimos 10 anos, foram contratados três satélites na indústria nacional, no âmbito do Programa CBERS. Todos os contratos foram finalizados e os três satélites foram lançados. Atualmente está em curso o desenvolvimento do satélite CBERS-4A e do Satélite Amazonia 1, primeiro satélite da série Amazonia, de observação ambiental, totalmente projetado e construído no Brasil.

O INPE está permanentemente em evolução no que tange à busca de novos campos de atuação, tendo como base as competências técnico-científicas existentes na Instituição. Como exemplos de casos concretos nos últimos anos tem-se: a criação da Coordenação de Ciência do Sistema Terrestre com atividades de pesquisa e desenvolvimento relevantes na importante temática de Mudanças Ambientais Globais; criação do Centro Regional da Amazônia para ser um polo internacional de difusão de tecnologia de monitoramento orbital de florestas tropicais e em especial da floresta Amazônica; o estabelecimento do Programa de Satélites Científicos com o desenvolvimento inicial do Satélite EQUARS - primeira iniciativa de se construir o ciclo completo de satélites com cargas úteis científicas desenvolvidas para os interesses da pesquisa espacial brasileira-, etc. Com relação a possíveis futuras áreas de atuação e oportunidades, destacam-se: satélites científicos de pequeno porte, astrobiologia, energias limpas e renováveis, entre outras.

Esses exemplos de oportunidades e espaços de atuação não são exaustivos, mas apenas uma ilustração do potencial do Instituto. No entanto, existem sérias ameaças que podem prejudicar a atuação do INPE, sendo as principais: o crescente número de aposentadorias com a consequente perda de competência e de capacidade de atuação, as incertezas relativas ao repasse orçamentário, e o marco regulatório inadequado à área de ciência e tecnologia, que dificultam o planejamento e a execução das ações programadas pelo Instituto.

Além dessas grandes ameaças de caráter geral, a falta de atualização do sistema de supercomputação do INPE é uma ameaça, pois pode comprometer a qualidade operacional e das pesquisas realizadas no Instituto. Desde sua fundação, o INPE/CPTEC teve quatro sistemas de supercomputação para desenvolver e operar os modelos numéricos de previsão. O atual supercomputador Tupã (Cray – XE6), adquirido em 2010, posicionava o CPTEC entre os 10 centros mundiais de previsão com maior capacidade computacional do mundo. Esse supercomputador realiza operacionalmente previsões numéricas de tempo e clima, e é utilizado em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de meteorologia, oceanografia e do sistema terrestre. Dentre os produtos gerados estão os prognósticos de eventos meteorológicos extremos, tais como chuvas intensas, que costumam provocar alagamentos nas grandes cidades e deslizamentos de encostas em áreas de risco. Este supercomputador permitiu um avanço significativo do desenvolvimento e aprimoramento dos modelos numéricos de tempo e clima do CPTEC. A vida útil do atual supercomputador Tupã se encerra em 2017, mas sua substituição deve ser providenciada o mais rápido possível, em função do grande tempo normalmente despendido nos processos de compra.

1.4 Organograma

O organograma do INPE, que incorpora o disposto na PORT/MCTIC nº 5.149, de 14/11/2016, publicada no DOU de 16/11/2016, está disponível no **Anexo 2**.

O Quadro 1 destaca as áreas de Pesquisa e Desenvolvimento do INPE, trazendo ainda suas competências, seus titulares e cargos e o período de atuação:

Quadro 1 - Organograma

ORGANOGRAMA				
INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
CGETE	Desenvolvimento e difusão de tecnologias de sistemas espaciais para suportar programas das áreas científicas e de aplicações.	Mauro Silva Montes	Coordenador - Geral	PORT/MCTI 795 DOU 19/08/2013
COLIT	Desenvolvimento, difusão e prestação de serviços de integração e testes de materiais, componentes, equipamentos e sistemas espaciais.	Geilson Loureiro	Chefe de Laboratório	PORT/MCTI 121 DOU 01/02/2013
CGCPT	P&D em ciências atmosféricas, oceano, processos da superfície terrestre e correlatos; Aprimoramento de modelos de previsão numérica para prover ao País o estado da arte das previsões de tempo, clima sazonal e qualidade do ar; Apoio ao monitoramento meteorológico e a elaboração de produtos e serviços de satélites ambientais.	Antonio Ocimar Manzi	Coordenador – Geral	PORT/MCTI 1153 DOU 18/12/2015
		Antonio Divino Moura		PORT/MCTIC 4627 DOU 28/10/2016
COGST	Desenvolvimento de modelos do Sistema Terrestre e cenários futuros de mudanças ambientais globais para implementação nos sistemas de supercomputação do INPE. Coordenação, realização e acompanhamento de pesquisas de excelência em mudanças ambientais globais e regionais, com ênfase em temas de Modelagem, Observações e Cenários de ambientes físicos, biológicos e socioambientais do Sistema Terrestre.	Jean Pierre Henry Balbaud Ometto	Chefe de Centro	PORT/MCTI 592 DOU 09/06/2014
CGOBT	Pesquisa e Desenvolvimento em recepção, tratamento, armazenagem e distribuição de dados de satélites. Pesquisa e Desenvolvimento em Geoinformática. Pesquisa e Desenvolvimento em Sensoriamento Remoto óptico e de microondas.	Leila Maria Garcia Fonseca	Coordenador - Geral	PORT/MCTI 134 DOU 31/01/2014
COCTE	Pesquisa, desenvolvimento e domínio de processos e produtos relacionados às tecnologias críticas de interesse estratégico às atividades espaciais e	Edson Del Bosco	Coordenador	PORT/MCTI 1034 DOU 30/09/2014

	ambientais.	César Boschetti	Coordenador Substituto	PORT/INPE 2712, DOU 16/03/2015
CGCEA	Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica Instrumental. Pesquisa e Desenvolvimento em Geofísica Espacial e Interações SolTerra.	Oswaldo Duarte Miranda	Coordenador - Geral	PORT/MCTI 195 DOU 08/04/2011
COCRC	Rastrear e controlar os satélites do INPE e manter o segmento solo tecnologicamente atualizado e em estado operacional.	Valcir Orlando	Chefe de Centro	PORT/MCTI 838 DOU 30/09/2015
COCRE	Gerir as atividades científicas e tecnológicas realizadas no Centro Regional da Amazônia, Centro Regional do Nordeste, Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, nas instalações regionais de Alcântara - MA e São Luís - MA e no Radio Observatório de Itapetinga, Atibaia - SP, estabelecendo procedimentos para acompanhar e avaliar seus projetos e atividades.	Roberto Luiz Galski	Coordenador	PORT/MCTI 1163 DOU 27/10/2014

1.5 Macroprocessos finalísticos

As atividades finalísticas do Instituto, conforme descritas em sua Missão e Plano Diretor, podem ser agrupadas em três grandes áreas aqui denominadas de macroprocessos:

- A) Desenvolvimento de satélites;
- B) Infraestrutura de integração e controle de satélites; e
- C) Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e aplicações.

A seguir são apresentados cada um desses macroprocessos, seus principais produtos e como foram conduzidos pela Unidade no ano de 2016.

Desenvolvimento de satélites

Esta área é responsável pelas atividades relacionadas com o desenvolvimento do ciclo completo de sistemas espaciais a serem colocados no espaço. Na estrutura interna do INPE, esta atividade é realizada na Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial (CGETE).

O INPE é um dos executores do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, sendo responsável pelo desenvolvimento de satélites de observação da Terra - óticos e por radar, além de satélites científicos e meteorológicos. As missões desses satélites estão previstas no PNAE e respondem às necessidades governamentais para a implementação de diversas políticas públicas e para a solução de problemas nacionais.

Dentre as missões do período 2012-2021, destacam-se o Satélite de Observação da Terra da série Amazônia - Amazonia-1, e o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS-4). A concepção e autoria dos projetos são de inteira responsabilidade do INPE, enquanto que, a manufatura dos equipamentos e dos subsistemas são, sempre que possível, contratadas nas indústrias brasileiras.

O objetivo da missão Amazônia é fornecer imagens de sensoriamento remoto para observar e monitorar o desmatamento, aperfeiçoar o sistema de detecção em tempo real do desflorestamento no Brasil, especialmente na região amazônica, e para monitorar a diversificada agricultura em todo o país, com uma alta taxa de revisita. A série de satélites Amazônia é composta pelos satélites Amazônia-1, Amazônia-1B e Amazônia-2.

O Amazônia-1 será o primeiro satélite a utilizar a plataforma multimissão (PMM). Assim, terá como objetivo não somente oferecer dados para monitoramento ambiental, mas também validar em voo o módulo de serviço PMM. A carga útil do Amazônia-1 é o imageador WFI (Imageador de Campo Largo), desenvolvido dentro do Programa CBERS e já qualificado em voo.

As principais atividades relativas ao Satélite Amazonia-1 no ano de 2016 foram: a) Conclusão do projeto da cablagem do módulo de carga útil; b) Definição do conceito de operação da missão; c) Conclusão dos testes de aceitação do subsistema de controle de atitude e órbita (ACDH); d) Conclusão do teste de interface solo-bordo do protocolo CCSDS/COP1 (Comité Consultivo para Sistema de Dados Espaciais); e) Disponibilização da versão customizada do SW SATCS para operação do satélite Amazônia 1; f) Elaboração do plano de engenharia de operação e sistemas; g) Conclusão da estratégia para a detecção e isolamento de falhas (FDIR) do módulo de carga útil; h) Elaboração da documentação para o desenvolvimento do complemento do software de bordo do subsistema de gerenciamento de dados; i) Fabricação da cablagem do módulo de carga útil; j) Implantação de área de fabricação de cablagem no Laboratório de Integração e Testes – COLIT/INPE; k) Finalização das análises dos resultados do teste térmico; l) Preparação dos procedimentos de aplicação dos elementos de controle térmico no modelo de voo; m) Projeto da cablagem associada ao subsistema do controle térmico; n) Contratação dos equipamentos de condicionamento e distribuição de energia (PCDU) e do controlador do painel solar (SADE); o) Contratação dos equipamentos conversor de tensão (DCDC), do terminal remoto (RTU), do equipamento de testes do subsistema de transmissão de dados (AWDT) e do subsistema de telecomunicações de serviço (TT&C); p) Requalificação do subsistema estrutura para o imageador de campo largo (WFI); q) Contratação do complemento da estrutura do módulo de serviço; r) Elaboração da documentação para contratação das baterias; s) Conclusão do plano de verificação do satélite; t) Conclusão do plano de verificação e validação dos sistemas; u) Realização da coleta de informação (RFI) para o provimento do serviço de lançamento do Satélite; v) Início da integração mecânica do modelo elétrico do Satélite Amazonia-1; x) Elaboração das regras de tomada de decisão (FDIR) durante a fase de lançamento; z) Entrega da primeira adequação do SW de OBDH (versão 3.6.0).

O objetivo da missão CBERS consiste no desenvolvimento, fabricação, teste e lançamento de satélites de sensoriamento remoto e desenvolvimento do sistema de operação do satélite em cooperação com a República Popular da China, visando ampliar a capacidade do país em monitorar seus recursos naturais e meio ambiente.

Em 2016 foram concluídas as atividades de comissionamento do satélite CBERS-4 e o satélite foi disponibilizado para a operação de rotina. Com excelente qualidade, tanto geométrica quanto radiométrica, as imagens geradas pelas câmeras do satélite já estão em uso nos projetos DETER (Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real) e PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite).

Em relação ao CBERS-4A, após a realização da Revisão Crítica de Projeto (CDR), ocorrida em dezembro de 2015, todos os principais documentos foram revistos e atualizados para estarem disponíveis para a contratação dos modelos de voo dos equipamentos e subsistemas necessários para completar os itens sob a responsabilidade brasileira. Ao longo do ano de 2016 foram realizadas reuniões técnicas entre as equipes do INPE e da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) e, em dezembro de 2016, foi realizada a reunião de Coordenação Conjunta do Programa (JPC), na China. Embora o Protocolo Complementar para o desenvolvimento do satélite CBERS-4A tenha sido assinado pelos governos do Brasil e da China em maio de 2015, somente em agosto de 2016 foi ratificado pelo Congresso Nacional brasileiro e sancionado pelo Presidente da República em 22 de novembro de 2016. Portanto, somente após a sanção presidencial foi possível avançar com as atividades para as contratações dos equipamentos e subsistemas sob a responsabilidade brasileira. A expectativa é que todas as contratações ocorram ainda no primeiro trimestre de 2017.

Infraestrutura de integração e controle de satélites

Nesta área são desenvolvidas as atividades relacionadas com a integração, testes e qualificação dos satélites, assim como, o rastreo e controle dos satélites quando em órbita. Na estrutura interna do INPE, estas atividades são realizadas no Laboratório de Integração e Testes (COLIT) e no Centro de Rastreo e Controle de Satélites (COCRC).

O Centro de Rastreo e Controle de Satélites é formado por um conjunto integrado de instalações, sistemas e pessoas dedicado, primordialmente, à operação em órbita dos satélites desenvolvidos pelo INPE ou em cooperação com instituições estrangeiras. O Centro está capacitado, ainda, a dar suporte às missões espaciais de terceiros. Fisicamente o Centro é composto pelo Centro de Controle de Satélites (CCS) em São José dos Campos (SP), pela Estação Terrena de Cuiabá (MT), pela Estação Terrena de Alcântara (MA), bem como, pela rede de comunicação de dados e voz que conecta os três locais. Opera 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Durante boa parte de 2016, o COCRC atuou como responsável pelo planejamento e controle global do CBERS-4. Esta responsabilidade estava a cargo do Centro de Controle de Satélites de Xian, China - (XSCC), desde o lançamento do satélite até o dia 01/11/2015. Duas manobras orbitais foram planejadas e executadas pelo COCRC no período. Após concluída com sucesso a atuação do COCRC como responsável pelo planejamento e controle global do CBERS-4 essa responsabilidade retornou ao XSCC em 01/08/2016, conforme estava previsto no acordo entre os dois países. Foi concluída a aplicação de treinamento no controle do satélite CBERS-4, no Centro de Rastreo e Controle de Satélites do INPE (COCRC) em São José dos Campos, a todos os operadores, técnicos e tecnólogos das estações terrenas de rastreo de satélites de Cuiabá e de Alcântara. Esse treinamento resultou em reconhecido aprimoramento na equiparação técnica e capacidade de comunicação entre as equipes do COCRC e das estações terrenas para a realização das atividades operacionais do mencionado satélite. O COCRC participou também em atividades e reuniões de trabalho do projeto do satélite de observação da Terra Amazônia-1, envolvendo a definição dos conceitos de operação da Missão, dos requisitos do sistema de solo para operação do satélite e dos requisitos do simulador do Amazônia-1.

O Laboratório de Integração e Testes (LIT) foi especialmente projetado e construído para atender às necessidades do Programa Espacial Brasileiro. Além de desenvolver atividades no ramo espacial, o LIT é considerado um dos laboratórios mais sofisticados e poderosos na qualificação de produtos industriais que exijam alto grau de confiabilidade, nas áreas de sua atuação.

Em 2016, o LIT trabalhou na preparação de documentos de especificação e planos diversos visando a realização do AIT (Assembly, Integration and Test – Integração, Montagem e Testes) do programa CBERS-4A no Brasil, na preparação do AIT do Amazonia-1, e realizou ensaios ambientais do satélite SUCHAI (Chile) e do satélite NanosatCBR-2. Destacam-se também as

seguintes realizações: (1) Desenvolvimento do OCOE (Overall Cheque-Out Equipment) do satélite Amazonia 1 (equipamento de supervisão de testes elétricos); (2) Cablagem do satélite Amazonia 1 (componentes, treinamento, ferramental e procedimentos diversos de fabricação); (3) Participação no programa de absorção tecnológica do desenvolvimento do satélite SGDC (Satélite Geoestacionário para Defesa e Comunicação) com o treinamento de 5 profissionais na Thales Alenia Space, na França; (4) Apoio ao desenvolvimento do programa PESE (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais) do Ministério da Defesa; (5) Acompanhamento e Fiscalização do Processo de Compra de itens para Cablagem do Amazônia 1 (CI208/2014) e inspeção de recebimento de ferramentas, equipamentos, acessórios e componentes eletrônicos (190 itens – 40.000 peças); (6) Renovação da acreditação do Laboratório de EMI/EMC/Antenas pelo INMETRO até 2019, e solicitação de extensão da acreditação para o Laboratório de Metrologia; (7) Busca por fontes de recursos junto a EMBRAPPII, FUNTELL, INOVARAUTO, com o apoio de Fundações de Apoio do Inpe, de acordo com a legislação vigente; (8) Revisão da finalização do projeto executivo da obra civil da expansão do LIT; (9) Continuação de novos procedimentos e melhoria dos processos do E-LIT; (10) treinamento em Requisitos de Soldagem de Placas Eletrônicas e Controle de Descargas Eletrostáticas e Fabricação de Cablagem para profissionais do INPE por Instrutor Certificado IPC/NASA/ESA do Laboratório de Qualificação de Componentes (LQC); (11) Implantação do Grupo de Projetos Especiais, cujas atividades permitem o suporte de engenharia, gerenciamento, controle, revisão e acompanhamento no desenvolvimento de projetos de centros de P&D do governo.

Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e aplicações

Nesta grande área concentram-se as principais atividades de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico, tais como processos, instrumentos científicos, softwares, etc., assim como, aplicações de interesse de órgãos do governo e à sociedade em geral.

Estas atividades são desenvolvidas principalmente nas áreas: Ciência Espacial, Meteorologia, Observação da Terra, Ciência do Sistema Terrestre, Materiais, Plasma, Computação e Propulsão.

Ciência Espacial

Na área de Ciências Espaciais e Atmosféricas são realizadas pesquisas básica e aplicada em astrofísica, ionosfera, aeronomia, geomagnetismo, média e alta atmosfera, eletricidade atmosférica, magnetosfera e meio interplanetário, além do desenvolvimento de experimentos científicos embarcados em balões estratosféricos, foguetes de sondagem e satélites. Na área de Geofísica Espacial e Interações Sol-Terra, desde 2008 vem funcionando o serviço de previsão do Clima Espacial.

Em 2016, servidores da Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas (CGCEA), representando oficialmente o INPE, participaram no experimento científico LIGO (Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser; em inglês: Laser Interferometer Gravitational-Wave Observatory) que anunciou em fevereiro de 2016 a primeira detecção direta de ondas gravitacionais produzidas por sistema binário de buracos negros. O INPE é a única instituição brasileira que mantém grupo de pesquisa em física gravitacional experimental, em particular focado no desenvolvimento de técnicas para detecção de ondas gravitacionais. A detecção direta das ondas gravitacionais é perseguida desde o trabalho teórico de Albert Einstein sobre sua existência, datado de 1916. Portanto, foram necessários cem anos de intensa pesquisa e desenvolvimento tecnológico para alcançar tal feito. Essa detecção marcou a abertura de uma nova janela observacional para estudo do universo - "A Astronomia de Ondas Gravitacionais". A relevância da participação do INPE neste grande feito científico foi reconhecida através de comunicado oficial da Fundação

Gruber, em 4 de janeiro de 2016, transmitido a todos os grupos relacionados entre os vencedores do Prêmio Gruber de Cosmologia 2016.

A CGCEA elaborou o documento de fase zero do satélite científico EQUARS, satélite que carregará cinco instrumentos científicos para estudo da alta atmosfera e da ionosfera terrestre. Quatro desses instrumentos estão em desenvolvimento na CGCEA, enquanto um está em desenvolvimento nos laboratórios da COCTE. O documento de fase zero coloca oficialmente esse satélite como "em desenvolvimento" dentro do portfólio de satélites do INPE. A gama da ciência a ser atingida por esse satélite é ampla cobrindo desde a dinâmica da alta atmosfera, estudo do plasma ionosférico, levantamento dos perfis de umidade e temperatura da atmosfera através da técnica de rádio ocultação GPS (Global Positioning System), aero luminescência atmosférica, até o estudo de partículas de altas energias produzidas nas camadas superiores da atmosfera e da ionosfera.

Por intermédio do link <http://urlib.net/rep/8JMKD3MGP3W34P/3JLE3PB> é possível verificar que a CGCEA publicou 113 artigos em revistas arbitradas, de elevado padrão internacional. Os resultados científicos destas 113 referências completas foram também divulgados em: 1 relatório técnico, 1 livro completo, 4 capítulos de livros, 1 publicação audiovisual e 102 artigos em *proceedings*. Destaca-se que uma tese de doutorado do curso em Geofísica Espacial do INPE, defendida em 2015, recebeu o Prêmio CAPES de Tese na área de Geociências de 2016.

Meteorologia

O INPE tem também como atividade finalística a disponibilização para a sociedade de previsões de tempo e clima, bem como previsões ambientais correlatas como hidrologia e qualidade do ar. Essas atividades são realizadas desde o início de 1995 no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CGCPT) do INPE, que é um centro avançado de previsão numérica de tempo e clima, fornecendo previsões de tempo de curto e médio prazos e climáticas de alta precisão, além de dominar técnicas de modelagem numérica altamente complexa, da atmosfera e dos oceanos, para prever condições futuras.

As principais atividades desenvolvidas no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos em 2016 foram: a) melhoramentos significativos dos aplicativos SIGMA e SIGMACast em suporte ao projeto GEONETCast-SIGMACast, e consolidação de uma importante fase deste projeto com aquisição e integração de 25 (vinte e cinco) Estações de Recepção e Processamento compatíveis com o sistema GEONETCast-Americas. GEONETCast é uma rede mundial de sistemas de disseminação de informações por satélite, em tempo quase real, projetada para distribuir dados observados, da superfície, da atmosfera, metadados e produtos para diversos tipos de usuários; b) expansão dos aplicativos para processamento e distribuição dos dados da rede de radares meteorológicos e melhoramento do aplicativo MapSAT, que permite visualizar as imagens mais recentes do satélite GOES-13 nos canais vapor d'água, infravermelho e visível, para ambiente Android; c) desenvolvimento de ferramentas computacionais para manipulação e processamento de imagens obtidas a partir do satélite Suomi-NPP e produtos derivados. d) instalação e manutenção de estações meteorológicas para apoiar as Olimpíadas Rio 2016, bem como realização de atividades de suporte necessárias aos equipamentos meteorológicos utilizados no Projeto SOS CHUVA/CGCPT; e e) lançamento de uma nova página de Avisos Meteorológicos do CGCPT: <http://tempo.cptec.inpe.br/avisos/>. O CGCPT reformulou a exibição dos seus Avisos Meteorológicos para um formato mais amigável, objetivando atender melhor sua principal finalidade: subsidiar a Defesa Civil, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e toda a sociedade com informações relevantes acerca de eventos meteorológicos adversos no Brasil, de forma mais rápida e prática. Com linguagem clara e objetiva, os Avisos Meteorológicos serão exibidos com geoinformação, considerando as sugestões obtidas do CENAD; Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE); o *Common Alerting Protocol* (CAP),

recomendado pela OMM (Organização Meteorológica Mundial). O CGCPT também atuou na a) página de Internet para disponibilizar dados e produtos para os Jogos Olímpicos Rio 2016 (<http://esportes.cptec.inpe.br>); b) desenvolvimento e operacionalização de um sistema de modelagem de ondas, correntes e de qualidade do ar em altíssima resolução espacial para o Rio de Janeiro e a Baía de Guanabara durante as Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016; c) na operacionalização do novo modelo global do CGCPT, BAM (*Brazilian Global Atmospheric Model*), desde 1 de janeiro de 2016, com resolução espacial de 20 km e 64 níveis verticais, após sua validação e pré-operação durante 2015, substituindo o modelo global antigo; d) no desenvolvimento de uma primeira versão do Sistema de Modelagem Global (SMG) contemplando o BAM com assimilação de dados com o GSI (*Gridpoint Statistical Interpolation*), o qual está integrado ao sistema de gestão do fluxo de dados do CGCPT com Controle de Qualidade (GCQD); e) lançamento do Projeto SOS-CHUVA; e f) treinamento e Suporte Técnico da DSA (Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais) na instalação da Rede de 25 Estações de Recepção/Processamento dentro do Projeto GEONETCast-SIGMACast.

Observação da Terra

O INPE é responsável pelo monitoramento da cobertura da Terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais. Desde 1988, o INPE vem produzindo as taxas anuais do desflorestamento da Amazônia Legal. A partir do ano de 2002, estas estimativas são produzidas por classificação digital de imagens seguindo a metodologia PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite). O INPE possui também o DETER (Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real) que é um levantamento rápido feito mensalmente desde maio de 2004, com dados de satélites de resolução espacial de 250 m. O DETER foi desenvolvido como um sistema de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. Por esta razão o DETER mapeia tanto áreas de corte raso quanto áreas em processo de desmatamento por degradação florestal. Em relação a queimadas, o INPE realiza o monitoramento operacional de focos de queimadas e de incêndios florestais detectados por satélites, e o cálculo e previsão do risco de fogo da vegetação.

Em 2016, os principais destaques na Coordenação-Geral de Observação da Terra (CGOBT) foram: a) finalização da proposta e início de sua participação na implementação do projeto de monitoramento de cobertura da Terra no bioma Cerrado com recursos do Banco Mundial através do Programa de Investimento Florestal - FIP; b) contratação de uma nova telemetria de dados de observação da Terra, do sensor UK_DMC2/DEIMOS, para uso nos programas de monitoramento ambiental do INPE; c) desenvolvimento e operação do catálogo de compartilhamento de imagens de alta resolução, adquiridas pela ATA de Registro de Preços do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (ATAS 001/2015 e 002/2015); d) solicitação de recursos junto a FAPESP (Reserva Técnica Institucional) para a modernização e expansão de laboratórios e instalações de uso compartilhado como o Laboratório de Instrumentação de Sistemas Aquáticos (LabISA) e o seu laboratório de processamento de dados de observação da Terra, e da infraestrutura de armazenamento dos Centro de Dados de Sensoriamento Remoto; e e) produção de novas versões aprimoradas das geotecnologias SPRING, TerraLib, TerraView, TerraMA2 e TerraAmazon, as quais estão disponíveis em sua página na Internet.

Ciência do Sistema Terrestre

O Centro de Ciência do Sistema Terrestre (COCST) foi criado no INPE em 2008. Esse centro investiga as mudanças ambientais globais, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o processo, identificar os impactos sobre o país e subsidiar políticas públicas de enfrentamento do problema nos planos nacional e internacional. Neste contexto, o COCST tem como objetivo a formulação de cenários para um desenvolvimento nacional sustentável, fortemente embasado em redes de monitoramento de dados ambientais e modelagem do Sistema Terrestre.

Na COCST as atividades descritas a seguir tiveram destaque em 2016: 1) Pela primeira vez, desde as primeiras instalações de para-raios nos tempos de Benjamin Franklin, um trabalho científico revela como funciona um para-raios instalado em estruturas comuns. Através do uso de câmeras de alta velocidade, pesquisadores do grupo de Eletricidade Atmosférica da COCST, observaram a conexão de três raios nos para-raios de dois prédios residenciais localizados na cidade de São Paulo. Vídeos de raios feitos com 10 e 20 mil imagens por segundo mostram que quando a descarga, que se iniciou nas nuvens, se aproxima do solo, surgem dos para-raios descargas ascendentes que apesar de mais lentas, chegam a propagar dezenas de metros para então se conectarem na descarga descendente. Os resultados desta pesquisa estão em um artigo científico submetido à revista *Geophysical Research Letters* da *American Geophysical Union*. Este estudo irá ajudar na validação e melhoria de teorias e modelos usados na implementação de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas utilizados em prédios comuns presentes em cidades de todo o mundo; 2) Cálculo das emissões de Gases de Efeito Estufa oriundas do desmatamento da Amazônia utilizando o modelo INPE-EM. Esses dados estão disponibilizados na página do Centro; 3) Produção do Mapa de Densidade de Raios para diversas regiões do país, com foco no Vale do Paraíba. Dado o número e frequência de descargas elétricas no país, o Grupo de Eletricidade Atmosférica tem grande visibilidade na mídia nacional; e 4) Lançamento da nova versão da ferramenta para apoio à tomada de decisão em questões de planejamento territorial e ambiental, denominada LuccME 3.0 (*Land Use and Cover Change Modeling Environment*), baseada no arcabouço de simulação das interações homem-natureza TerraME.

Laboratórios Associados: materiais, plasma, computação aplicada e propulsão

A Coordenação de Laboratórios Associados (COCTE) tem a missão de organizar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos quatro Laboratórios Associados do INPE: Computação e Matemática Aplicada (LAC), Plasma (LAP), Sensores e Materiais (LAS), Combustão e Propulsão (LCP). Esses Laboratórios visam atender a demandas específicas do programa espacial brasileiro e de outros programas estratégicos de governo. Além de desenvolver produtos e processos inovadores para o setor espacial, os Laboratórios têm como objetivo a geração e a disseminação de resultados científicos e tecnológicos inéditos em níveis nacional e internacional.

Em 2016, os principais destaques da COCTE foram: a) aperfeiçoamento do sistema PECVD (*Plasma Enhanced Chemical Vapor Deposition* – Deposição por Vapor Químico Assistido por Plasma) em baixa pressão, alcançando melhor nível de aderência entre filmes de DLC (*Diamond Like Carbon*) e substratos metálicos; b) desenvolvimento de processo de fabricação de compósito cerâmico com matriz de alumina e nano grãos de zircônia, com reprodutibilidade de homogeneidade química e de microestrutura, para utilização em blindagem mecânica de satélites; c) desenvolvimento de processo de incorporação de partículas metálicas durante o crescimento de filmes de DLC, utilizadas como lubrificantes sólidos, utilizando uma válvula pulsada para o controle da injeção de partículas, em reatores de plasmas DC pulsados; d) desenvolvimento de processo de mistura de pós micro e nano particulados para obtenção de misturas químicas homogêneas; e) desenvolvimento de processo de tratamento de cavidades ressonantes de nióbio, utilizadas em sistema de detecção de ondas gravitacionais, por intermédio de implantação de átomos de Nitrogênio em alta temperatura, pela técnica de implantação de íons por imersão em plasmas; e f) medições de propriedades topológicas, através de espectroscopia de foto emissão

resolvida em ângulo (ARPES), em amostras de Bi_2Te_3 (Telureto de Bismuto), crescidas no LAS/INPE, e analisadas na Universidade de Würzburg, na Alemanha. Pela primeira vez observações experimentais do comportamento isolante intrínseco em amostras de Bi_2Te_3 foram analisadas ex situ, pois até então apenas medições in situ eram possíveis.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento organizacional

O INPE é parte integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e seu planejamento estratégico está vinculado às diretrizes consolidadas no Plano Plurianual (2016-2019), na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022) e no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE 2012-2021).

Por meio de processo de planejamento estratégico interno, esses planos estratégicos são desdobrados em plano tático, com objetivos de médio prazo, expressos no Plano Diretor 2016-2019 do INPE. Esse documento traz a proposta de treze objetivos estratégicos, conforme descritos abaixo:

- Objetivo Estratégico 1 - Dotar o país de capacidade própria no desenvolvimento de ciclo de vida de sistemas espaciais.
- Objetivo Estratégico 2 - Realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento para o domínio de tecnologias críticas e geração de produtos e processos inovadores necessários ao Programa Espacial Brasileiro, com ênfase na transferência de conhecimento ao setor produtivo.
- Objetivo Estratégico 3 - Prover a capacidade para montagem, integração e testes de satélites de até 6 toneladas e 7 metros de dimensão máxima.
- Objetivo Estratégico 4 - Prover a infraestrutura adequada para rastreamento e controle de satélites e para recepção, armazenamento, processamento e disseminação de dados espaciais.
- Objetivo Estratégico 5 - Gerar conhecimento científico por meio de pesquisa básica e de tecnologias com desenvolvimento instrumental na área de Ciências Espaciais e Atmosféricas.
- Objetivo Estratégico 6 - Aumentar a capacidade de prover produtos e serviços inovadores baseados em sensoriamento remoto e geoinformática para o monitoramento e apoio à gestão territorial e ambiental.
- Objetivo Estratégico 7 - Monitorar o desmatamento, a regeneração vegetal e a degradação florestal, risco, ocorrências e severidade de incêndios florestais dos biomas brasileiros para atender às demandas de políticas públicas do Estado brasileiro.
- Objetivo Estratégico 8 - Promover e aprimorar a pesquisa e o desenvolvimento da modelagem numérica do sistema integrado atmosfera, oceano, superfície continental e aerossóis/química, para prover o Brasil com o estado da arte em previsão de tempo, clima sazonal, qualidade do ar, agitação marítima, circulação costeira e produtos de satélites ambientais.
- Objetivo Estratégico 9 - Expandir a capacidade do sistema do Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial (Embrace).
- Objetivo Estratégico 10 - Desenvolvimento e aprimoramento de modelos do sistema terrestre, de redes de monitoramento e de análises sociopolíticas, visando à construção e análise de cenários de mudanças ambientais e projeções climáticas.
- Objetivo Estratégico 11 - Garantir, com excelência, a gestão, a comunicação institucional e a infraestrutura necessárias para o cumprimento da missão do Instituto.

- Objetivo Estratégico 12 - Executar a Política de Recursos Humanos, com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho individual e organizacional.
- Objetivo Estratégico 13 - Aperfeiçoar o modelo de gestão corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicações –TIC, em conformidade com as orientações e regulamentações vigentes do governo federal e as melhores práticas de mercado.

A partir desses objetivos estratégicos, por sua vez, define-se uma série de metas, que são pactuadas anualmente entre INPE, MCTIC e AEB, e que compõem o TCG – Termo de Compromisso de Gestão. O TCG contém objetivos específicos e indicadores de desempenho, para os quais são atribuídos metas e pesos relativos, que permitem o acompanhamento e o monitoramento do desempenho do Instituto. Esses objetivos específicos são pactuados ano a ano, de forma a poder refletir modificações nos demais documentos normativos que os informam, como, por exemplo, o PNAE (Programa Nacional de Atividades Espaciais) e o PPA (Plano Plurianual), bem como eventuais mudanças de cenário e circunstâncias que afetem o Instituto.

Com relação aos riscos identificados para o alcance dos objetivos estratégicos e metas do Instituto, destaca-se que o ano de 2016 foi marcado por árduas decisões de gestão por conta do contexto político e econômico do País. Esse cenário agravou limitações internas do INPE, especialmente no primeiro semestre, devido ao cronograma de liberação orçamentária, uma vez que parte expressiva do orçamento, da ordem de 46%, foi descentralizada somente no segundo semestre, destacando-se também uma suplementação orçamentária de R\$ 20 milhões efetivada apenas no mês de novembro. Esse atraso na liberação dos recursos ocasionou uma sobrecarga na já debilitada capacidade interna de instrução processual para aquisição de bens, de serviços e de contratos, assim como, em alguns casos, inviabilizou o prosseguimento de processos por impossibilidade de cumprimento de prazos legais, impactando na diminuição da execução orçamentária.

Também como fator crônico de risco cabe apontar a falta de pessoal no quadro de servidores, que vem se agravando anualmente. Mesmo com a posse e entrada de 13 novos servidores (Tecnologistas Júnior) em 2016, vagas estas do concurso de 2014, destinadas exclusivamente a substituir os CDTs (Contratos Temporários), a situação não melhorou, pois houve também a aposentadoria de 70 servidores (9 Pesquisadores, 18 Tecnologistas, 14 Técnicos, 12 Analistas em C&T, 15 Assistentes em C&T e 2 Auxiliar em C&T).

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Neste item serão apresentados os Objetivos e Metas relacionados aos programas temáticos do PPA-2016-2019, de responsabilidade do INPE, e os Objetivos Estratégicos fixados no Plano Diretor 2016-2019, e será apresentada uma análise de seus resultados referentes ao exercício.

No que concerne às responsabilidades do INPE no Plano Plurianual tem-se:

Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação
Objetivo 0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTIC
Meta 0430 - Expandir, até 2019, a capacidade do Laboratório de Integração e Testes (LIT) para montar, integrar e testar satélites de grande porte e o uso do LIT para apoio a

Análise situacional do objetivo 0430

O INPE não é responsável pelo objetivo 0403, portanto não há informações a serem disponibilizadas.

Análise situacional da meta 0430 (Fonte: SIOP)

O valor aprovado para a 1ª fase do projeto de expansão do LIT foi de R\$45.000.000,00, sendo R\$44.971.666,18 através do convênio FINEP nº 01.13.0355.00 (assinado em 10/12/2013) e o restante através de bolsas do CNPq. Entretanto, o valor liberado pela FINEP, até o final de 2016, foi de apenas R\$7.724.483,59. Este valor permitiu basicamente a contratação do desenvolvimento dos projetos básico e executivo junto à empresa de engenharia MHA, de consultorias internacionais junto às empresas Thales/Alenia e Airbus, de empresas nacionais especializadas em sondagem de solo, topografia, fundações, estruturas, etc. e da equipe de projeto. O projeto executivo completo da expansão do LIT foi encerrado adequadamente em 14/06/2016, correspondendo a 3% de execução física e financeira do total do projeto.

Em dezembro de 2016 a FINEP liberou R\$9.243.042,73 do saldo de R\$37.247.182,59 do convênio FINEP nº 01.13.0355.00, para início dos processos licitatórios para a contratação das obras civis e de parte das instalações de um dos dois prédios do projeto completo. Entretanto, sendo este valor insuficiente para a contratação total deste prédio (estimado no total em cerca de R\$25.000.000,00 para as obras civis e em cerca de R\$12.000.000,00 para parte das instalações), decidiu-se pela contratação imediata apenas das obras civis em três fases. A primeira fase, correspondendo à escavação, fundações e parte da superestrutura deverá consumir a totalidade dos recursos já disponibilizados, permitindo chegar ao final de 2017 com pelo menos 6,5% de execução física e financeira do total do projeto. A segunda fase corresponde ao restante da superestrutura e a alvenaria e a terceira fase corresponde as estruturas metálicas, coberturas e acabamentos, que serão realizadas conforme a disponibilização de recursos através do atual convênio pela FINEP. A contratação parcial das instalações deste prédio se dará quando da disponibilização dos recursos correspondentes através do atual convênio pela FINEP.

Providências a serem tomadas: Para a realização das licitações referentes ao outro prédio do projeto, bem como das instalações de infraestrutura e da aquisição dos novos meios de testes e de instrumentação (correspondendo a 2ª fase do projeto), é necessário que haja aprovação de um novo convênio junto a FINEP.

Esta meta está relacionada com o Objetivo Estratégico 3 - Prover a capacidade para montagem, integração e testes de satélites de até 6 toneladas e 7 metros de dimensão máxima, do Plano Diretor vigente.

Programa 2050 - Mudança do Clima

OBJETIVO 0540 - Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

META 047J - Desenvolver e aprimorar modelos do sistema terrestre visando à construção e análise de cenários de mudanças climáticas

Análise situacional do objetivo 0540

O INPE não é responsável pelo objetivo 0540, portanto não há informações a serem disponibilizadas.

Análise situacional da meta 047J (Fonte: SIOP)

Ao longo de 2016 avanços foram obtidos com o modelo regional Eta com o objetivo de verificar a influência dos diferentes tipos de convecção nos parâmetros termodinâmicos da atmosfera durante a transição da estação seca para chuvosa na Amazônia, com as seguintes rodadas:

- Rodada 1: Efetuada com parametrização de convecção Betts- Miller
- Rodada 2: Efetuada com parametrização de convecção Kaim-Fritsch

Outros destaques também contribuíram para a realização da meta:

Desenvolvimento do Modelo Hidrológico Distribuído (MHD-INPE) e do modelo regional do sistema terrestre Eta/NOAH-MP-INPE, com avanços em:

- Novas parametrizações para uso no estudo de mudanças de uso do solo em grandes bacias.
- Modelagem de sistemas lóticos, acoplado com o modelo Eta/NOAH-MP-INPE, para estimativas de vazões.

Mudanças Climáticas em Bacias Brasileiras:

- Construção de cenários de resposta hidrológica utilizando o downscaling dinâmico a partir dos cenários Eta-INPE RCPs 4.5 e 8.5/ CPTEC-/NPE, na bacia do rio Xingu.

Modelagem dos impactos das mudanças no uso do solo em bacias de grande escala:

- Simulações atmosféricas em altíssima resolução (1km) e média (1 mês), a longo (1 ano) prazo com o modelo Eta/NOAH-MP-INPE considerando a fragmentação da vegetação na bacia de Ji-Paraná.
- Projeções hidrológicas na bacia do Paraíba do Sul com o modelo integrado Eta/NOAH-MP-INPE.

Modelagem de mudança no uso e cobertura do solo:

- Construção de algoritmos para detecção de mudanças no uso do solo, associadas ao processo de desertificação, no Nordeste Brasileiro, dentro do âmbito do Sistema de Alerta precoce à Desertificação (colaboração MMA e PNUD)
- Modelo de vulnerabilidade à desertificação considerando potenciais cenários de uso do solo e sob o efeito das mudanças climáticas na região Nordeste.
- Nova versão da ferramenta para apoio à tomada de decisão em questões de planejamento territorial e ambiental (LuccME 3.0 - Land Use and Cover Change Modeling Environment).

Esta meta está relacionada com o Objetivo Estratégico 10 - Desenvolvimento e aprimoramento de modelos do sistema terrestre, de redes de monitoramento e de análises sociopolíticas, visando à construção e análise de cenários de mudanças ambientais e projeções climáticas, do Plano Diretor vigente.

Programa 2050 - Mudança do Clima
OBJETIVO 1069 - Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas.
META 047Q - Expandir para todos os biomas, além da Amazônia, o monitoramento do desmatamento, da degradação florestal e do uso da terra.
META 047R - Expandir o monitoramento da área queimada, do risco de queima e da severidade do fogo para todo território nacional por meio de imagens de satélite.

Análise situacional do objetivo 1069 (Fonte SIOP)

A abrangência das informações sobre o Objetivo 1069 do Programa 2050 do PPA 2016-2019, que estão sendo disponibilizadas, é integral porque o INPE tem gestão de forma direta sobre as duas metas deste Objetivo.

O desenvolvimento tecnológico proposto no objetivo está sendo plenamente alcançado com a ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, a implementação de um sistema integrado e multi-escala de monitoramento da Amazônia.

Houve também o desenvolvimento de metodologia e sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor que também teve progresso com a assimilação de novos sensores ao conjunto utilizado neste monitoramento.

Análise situacional da meta 047Q (Fonte SIOP)

Foram realizados em 2016 os mapas para a elaboração da submissão brasileira do nível de referência de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento no Cerrado (Forest Reference Emission Level – FREL). A elaboração de FRELs para os biomas extra-amazônicos é uma demanda nova criada pela Portaria 365 de 27/11/2015 do MMA que estabelece o Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros. O FREL-Cerrado consiste em um mapa base de áreas desmatadas no bioma Cerrado em 2000 e mapas de levantamento de novos desmatamentos ocorridos bianualmente entre 2000 e 2010. Foram realizadas também atualizações de novos desmatamentos ocorridos entre os anos 2010 e 2013 e entre 2013 e 2015.

Análise situacional da meta 047R (Fonte SIOP)

A meta 047R foi realizada em 2016 no que se refere a expandir o Monitoramento da Área Queimada e do Risco de Queima para todo o País. Conforme previsto, foi desenvolvido o método e implementados os produtos de estimativas de área queimada para o bioma Cerrado em imagens de satélites com média resolução espacial (~30 metros), compreendendo 115 cenas Landsat, e criado o aplicativo para consultas e análises dos dados gerados - ver <http://www.inpe.br/queimadas/aq30m> . Da mesma forma, para este bioma também estão disponíveis as estimativas em imagens com baixa resolução (01 km), conforme <http://www.inpe.br/queimadas/aq1km> . Para os produtos de Risco de Fogo, todo o território nacional é analisado com produtos operacionais diários - ver <http://www.inpe.br/queimadas/risco-de-fogo-meteorologia> atendendo as metas físicas previstas.

Quanto ao produto de Severidade do Fogo, seu desenvolvimento está sendo conduzido, e os produtos na versão inicial começarão a ser divulgados no 1o. trimestre/2017.

PROGRAMA 2056 – POLÍTICA ESPACIAL
OBJETIVO 0702 - Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.
Meta 03TE - Lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazonia. Método de Apuração: Relatório Final da Operação de Lançamento.
Meta 04CV - Lançar o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres CBERS-4A. Método de Apuração: Relatório Final da Operação
Meta 04DO - Concluir o desenvolvimento de Sistema de Controle de Atitude e Órbita e de Supervisão de Bordo de satélites.

Análise situacional do objetivo 0702

O INPE não é responsável pelo objetivo 0702, portanto não há informações a serem disponibilizadas.

Análise situacional da meta 03TE (Fonte SIOP)

Esta meta, que visa lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazonia, o Amazonia-1, concentrou-se em 2016 no trabalho de elaboração de Convênio com fundação de apoio e no planejamento e estabelecimento das contratações necessárias para concluir a fabricação do satélite (oito contratos de equipamentos e serviços). Os obstáculos burocráticos do processo, motivados pelas demandas legais, demandaram todo período deste ano. Na vertente técnica o projeto prosseguiu com a preparação do segmento solo, elaboração das estratégias de detecção de falhas e recuperação (FDIR) durante a fase de lançamento, adequação do software de OBDH devido às alterações do sistema, desenho da estratégia para tomada de decisão autonomamente em caso de anomalia em voo, desenho para as ações a serem tomadas pelos controladores em caso de anomalia, avanços no projeto e fabricação da cablagem, conclusão da primeira versão do software de bordo, início da integração mecânica do módulo de carga útil entre outras providências. A integração mecânica e elétrica, e os testes funcionais e ambientais desse satélite ocorrerão todas no Brasil, no mesmo ambiente laboratorial onde o CBERS-4A passará por campanha idêntica – o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE.

Análise situacional da meta 04CV (Fonte SIOP)

Esta meta, que tem como objetivo lançar o satélite CBERS-4A, teve o ano de 2016 dedicado à elaboração de Convênio com fundação de apoio e ao planejamento dos contratos industriais necessários para atender à responsabilidade brasileira pelo projeto. Importante observar que os obstáculos de ordem legal para firmar os contratos industriais de fornecimento de partes e subsistemas para os projetos de satélites têm, de há muito, impactado enormemente os cronogramas

de desenvolvimento, e elevado os riscos para a boa condução dos projetos. O caso do CBERS-4A não é exceção. Embora o CBERS-4A seja, em tese, um satélite mais simples de produzir que os antecessores 3 e 4, graças à utilização de partes remanescentes dos projetos anteriores, ainda assim ele exige que sejam firmados vários contratos industriais, necessários para suprir partes inexistentes, ou modificar algumas, em razão de inevitáveis alterações no projeto. Seu projeto também exige a aquisição de componentes eletrônicos e alguns equipamentos junto a fornecedores estrangeiros. Em relação à parte técnica o projeto avançou nos preparativos para as atividades de Montagem, Integração e Testes (AIT), que serão realizadas no Brasil, e nas adaptações dos subsistemas remanescentes dos satélites CBERS-3 e 4 que serão utilizados. A campanha de AIT deverá compartilhar os recursos, o espaço físico, o tempo de equipes, e a disponibilidade dos equipamentos do COLIT com a campanha do satélite Amazonia-1, o que constituirá desafio adicional de coordenação para este projeto. Houve também intenso trabalho em conjunto com a parte chinesa, inevitável em razão das responsabilidades divididas entre as partes. Como exemplo, o fato da integração ser realizada no Brasil, impõe a vinda das partes chinesas que integrarão o satélite, dos equipamentos de testes a elas dedicados, assim como das equipes técnicas responsáveis. Em todos os casos, faz-se necessário planejar a logística em detalhe, e com grande antecedência. Também importante mencionar que somente em novembro de 2016 foi obtida a sanção presidencial ao Protocolo Complementar para o desenvolvimento conjunto desse satélite. O cronograma que prevê seu lançamento ao final de 2018 está mantido, mas dependerá da capacidade da indústria nacional atender aos prazos dos contratos ainda por serem firmados.

Análise situacional da meta 04DO (Fonte SIOP)

Esta meta visa contribuir para a promoção do conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas buscando fortalecer o setor espacial, e tem por finalidade atingir até o final do ano de 2019 a conclusão e disponibilidade do Modelo de Engenharia do Controle de Atitude e Órbita e de Supervisão de Bordo (ACDH) Nacional.

Com base nesse resultado, planeja-se construir um modelo de voo para ser instalado no satélite Amazonia-2. Este satélite é da classe de satélites de observação da Terra, equipado com uma câmera de largo campo de visada. Dada a enorme experiência adquirida com o desenvolvimento do Sistema de Controle de Atitude e Órbita e de Supervisão de Bordo do satélite Amazonia-1, o qual foi realizado através de um acordo internacional de transferência de tecnologia, naturalmente o caminho mais adequado é construir o ACDH para o satélite da mesma série, ou seja, o Amazonia-2.

A principal providência a ser tomada para o atingimento desta meta consiste em estabelecer um Plano Orçamentário – PO, específico, com recursos orçamentários adequados ao projeto. A partir do ano de 2017, será necessário um grande aporte de recursos orçamentários, principalmente para o Computador de Bordo. O PO atualmente existente (20VB-000B - Pesquisa e Desenvolvimento de Subsistemas de Satélites) tem recebido recursos extremamente exíguos e não consegue atender às necessidades dos recursos exigidos pela Meta.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O INPE dá grande importância ao planejamento estratégico, realizado em ciclos periódicos e de forma participativa. Os resultados desses processos foram concretizados nos três Planos Diretores editados até o momento.

O primeiro Plano Diretor do INPE (2007-2011) teve como propósito identificar as transformações necessárias para ampliar a efetividade e a eficiência das ações do Instituto junto à sociedade

brasileira, bem como capacitá-lo para os desafios do futuro, incorporando e sistematizando a cultura do planejamento estratégico.

O segundo Plano Diretor (2011-2015) procurou preservar a visão de longo prazo fixando objetivos estratégicos, mas incluía metas de curto e médio prazo que são mais típicas de um plano operacional. Dessa forma, os objetivos estratégicos do segundo Plano Diretor eram mais focados e específicos que os objetivos do Plano Diretor 2007- 2011, e concentravam-se em satélites de observação da terra e científicos.

O terceiro e atual Plano Diretor (2016-2019) reflete a maturidade alcançada em uma década de atuação sob as diretrizes do planejamento estratégico. Estruturando a atuação do Instituto em três camadas – acesso ao espaço, aplicações e infraestrutura –, o documento destaca o papel do INPE como gerador de conhecimento de fronteira, de pesquisa aplicada e de produtos e serviços inovadores em benefício da sociedade.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

De acordo com o Art. 4º de seu Regimento Interno (Portaria MCTIC Nº 5.149, de 14 de novembro de 2016):

“O INPE tem como finalidade realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, da Engenharia e Tecnologia Espacial e áreas do conhecimento correlatas, consoante à política definida pelo Ministério”.

O Regimento Interno elenca as competências do Instituto:

Art. 5º Ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE compete:

- I - realizar pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de ciência espacial e suas aplicações;
- II - executar projetos de pesquisa e desenvolvimento conforme as diretrizes do Programa Nacional de Atividades Espaciais e dos programas do Plano Plurianual do Governo Federal referentes às suas áreas de competência;
- III - realizar atividades de cooperação técnico-científica com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, dentro de suas áreas de competência;
- IV - implantar e manter a infraestrutura necessária para suas atividades;
- V - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante dispositivos legais aplicáveis;
- VI - disseminar os conhecimentos resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento e estimular a sua transferência para o setor econômico produtivo;
- VII - capacitar e qualificar a indústria brasileira, no fornecimento de tecnologias para a atividade espacial e áreas correlatas;
- VIII - promover e patrocinar a formação de recursos humanos nas áreas de sua competência;
- IX - promover eventos técnico-científicos nacionais e internacionais, nas áreas de sua competência e temas associados;

X - emitir pareceres e laudos técnicos relativos aos assuntos de sua competência, quando solicitado;

XI - editar publicações técnico-científicas pertinentes às matérias de sua competência; e

XII - sediar instituições de âmbito internacional, dentro de suas áreas de competência, em cumprimento a acordos do governo brasileiro.

Os Programas do PPA 2016-2019 nos quais o INPE está inserido estão alinhados à finalidade e às competências do Instituto: Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação; Programa 2050 – Mudança do Clima; Programa 2056 – Política Espacial; e Programa 0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais.

Da mesma forma, esse alinhamento pode ser verificado no Plano Diretor do INPE, que define a missão do Instituto da seguinte forma:

“Desenvolver, operar e utilizar sistemas espaciais para o avanço da ciência, da tecnologia e das aplicações nas áreas do espaço exterior e do ambiente terrestre, e oferecer produtos e serviços inovadores em benefício do Brasil”

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos fixados no PPA

O acompanhamento e o monitoramento da execução e resultados dos planos fixados no PPA são realizados de acordo com as diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, e têm previsão de realização semestral. Excepcionalmente no ano de 2016, o acompanhamento foi feito somente para os resultados anuais, com a utilização do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. O SIOP também é utilizado para realizar o acompanhamento quantitativo das ações e planos orçamentários constantes na LOA, realizado semestralmente.

Além disso, o Instituto conta com outros instrumentos de acompanhamento dos resultados dos planos estratégico, tático e operacional:

Termo de Compromisso de Gestão (TCG) – Pactuação e Relatórios Semestral e Anual

O TCG é um documento pactuado anualmente entre o INPE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC), no qual estão estabelecidas as metas a serem alcançadas pela instituição no período de vigência e são apresentados os indicadores científicos e de desempenho.

Além deste documento de pactuação outros dois relatórios são produzidos: um semestral (de acompanhamento) e um anual (de avaliação).

Desde 2016, os indicadores constantes do TCG passaram a ser coletados e calculados por meio do sistema informatizado RING – Repositório de Indicadores de Gestão –, e estão disponíveis para consulta na Intranet do Instituto.

Planos de trabalho e prestações de contas dos Termos de Execução Descentralizada – TEDs

O Termo de Execução Descentralizada objetiva regulamentar as descentralizações de créditos orçamentários efetuadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e prover mecanismos que permitam a manutenção, o controle e o acompanhamento dessas descentralizações, nos termos da legislação em vigor (Portaria MCTI nº 682, de 07.07.2014).

No caso do INPE esses termos são pactuados anualmente com a Agência Espacial Brasileira – AEB, que representa a unidade orçamentária para as ações do Programa Política Espacial. Juntamente com as pactuações, são elaborados planos de trabalho para os quais são realizadas prestações de contas a cada final de exercício. Em 2016, parte dos recursos orçamentários dos 11 Planos Orçamentários das Ações 20VB e 20VC do Programa Temático 2056-Política Espacial foi repassada ao INPE pela AEB por meio de TEDs, elaborados de acordo com a Portaria Conjunta nº 08, de 07 de novembro de 2012 – “Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito”, e o acompanhamento e a avaliação envolveram relatórios de prestação de contas e reuniões entre as partes.

Relatório de Gestão

Este próprio Relatório de Gestão pode ser considerado um instrumento de acompanhamento e monitoramento dos resultados alcançados pelo Instituto em um determinado exercício, na medida em que organiza diversas informações da gestão em um único documento, permitindo a análise do desempenho e provendo transparência à gestão do Instituto.

2.3 Desempenho orçamentário

A dotação orçamentária do INPE em 2016 apresentou um aumento de 26,8% em relação ao limite de empenho autorizado em 2015. Isso contribuiu para que o Instituto atingisse os objetivos das Ações do PPA sob sua responsabilidade integral ou parcial, bem como permitiu a manutenção da infraestrutura instalada nas 12 unidades do Instituto.

A dotação orçamentária inicial de 121,1 milhões, em patamar muito parecido ao do ano anterior, apontava um cenário de forte restrição orçamentária para o Instituto, a exemplo do que ocorrera em 2015. Até o meio do ano, apenas 67% dos créditos previstos na LOA haviam sido descentralizados para o INPE, agravando a situação de restrição orçamentária. Esse quadro verificado no primeiro semestre obrigou o INPE a tomar algumas medidas, como revisão de distribuição do corte entre os Planos Orçamentários, redução de despesas de contratos vigentes e despesas discricionárias, solicitação de suplementação orçamentária, principalmente para fazer frente às demandas de manutenção e funcionamento de todas as unidades do INPE e do supercomputador para previsão de tempo e clima.

Posteriormente esse cenário foi revertido e o limite de empenho superou a dotação inicial da LOA em quase R\$ 30 milhões. No entanto, o descompasso entre as necessidades e disponibilidades orçamentárias por conta de defasagem no cronograma de liberação de recurso sobrecarregou a já debilitada capacidade interna de instrução processual para aquisição de bens, de serviços e de contratos, assim como, em alguns casos, inviabilizou o prosseguimento de processos por impossibilidade de cumprimento de prazos legais, com impacto no índice de execução orçamentária, que caiu de 99% em 2015 para 86% em 2016.

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O INPE é responsável pela execução integral de duas Ações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), com recursos provenientes do MCTIC: 1) Ação 20UI - C,T & Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação; e 2) Ação

20V9 – Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais, do Programa 2050 – Mudança do Clima. O Instituto é parcialmente responsável pela execução de três outras Ações: Ação 20VA (MCTIC) – Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima, do Programa 2050 – Mudança do Clima; Ação 20VB (MCTIC e AEB) – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial; e Ação 20VC (MCTIC e AEB) - Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Integração e Testes.

A seguir são apresentados os quadros das Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS:

Quadro 2 - Ação 20UI do Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC	(X) Integral () Parcial					
Código	19.571.2021.20UI Tipo: Atividade					
Título	C, T & Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Código: 0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTIC					
Programa	Código: 2021 – Programa Ciência, Tecnologia e Inovação Tipo:					
Unidade	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.454.735	5.854.735	5.763.274	4.637.858	4.637.858	0	1.125.416
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Serviços Prestados			Unidade	10		22
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.239.867	1.135.513	88.010	Serviço prestado		Unidade	

FONTE: Execução Orçamentária e Financeira: SIOP - Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores: SIAFI

Análise situacional da meta física da Ação 20UI

A meta física da Ação 20UI, em 2016, foi atingida com sucesso por meio da composição dos seguintes Serviços Prestados:

- 14 Acordos de Cooperação Internacional realizados como apoio técnico do PO-002, no INPE São José dos Campos.

- 8 Serviços Prestados nos Centros Regionais do INPE no Nordeste (CRN), Norte (CRA) e Sul (CRS), fruto das atividades do PO-003 realizadas com: OPERAÇÃO de sistemas computacionais de aplicações realizadas no CRN, CRA e CRS, respectivamente, com a operação do SINDA (Sistema Integrado de Dados Ambientais); envio de dados de alerta de desmatamento diários ao IBAMA (público restrito); continuidade da operação do NANOSATC-BR1; treinamento com cursos em mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal, realizados no CRA e desenvolvimento de projetos tecnológicos e instrumentação para nanosatélites.

Apesar da quantidade expressiva de serviços prestados, mais que o dobro da meta física, o orçamento da ação é deficitário para manter o funcionamento das instalações físicas que compõem 5 unidades do INPE em Belém, Natal, Euzébio, Santa Maria e São Martinho da Serra. Os resultados obtidos resultam do aporte de recursos extras orçamentários para pesquisa.

Por outro lado, é crescente a redução do quadro de servidores do INPE devido a aposentadorias, sem reposição de competências. A sobrecarga nas atividades de apoio administrativo em compras e licitações, nas mãos de poucos servidores, tem dificultado novas contratações e acompanhamento dos contratos vigentes. É crítica também a falta de servidores no suporte e operação dos sistemas computacionais, em especial no SINDA, que envolve manutenção de base de dados histórica e homologação de Plataformas de Coleta de Dados Ambientais. Faz-se necessário aumentar o quadro de servidores do INPE nos Centros Regionais para promover a descentralização e garantir a continuidade dos serviços oferecidos pelo INPE à sociedade.

Quadro 3 - Ação 20V9 do Programa 2050 - Mudança do Clima - Integral

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		19.542.2050.20V9 Tipo: Atividade				
Título		Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Código: 1069 – Desenvolver tecnologias para o Monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas.				
Programa		Código: 2050 – Mudança do Clima Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.378.626	5.378.626	2.997.246	2.563.741	2.563.741	0	433.505
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Mapa Divulgado	Unidade	332		332
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas	
Valor em 1º			Unidade de medida	
janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Realizada
551.988	515.695	36.292	Mapa Divulgado	Unidade

FONTE: Execução Orçamentária e Financeira: SIOP- Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores: SIAFI

Análise situacional da meta física da Ação 20V9

A meta física da Ação 20V9, de monitoramento do bioma Amazônia, foi plenamente alcançada em 2016, com a manutenção do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real – DETER, com produção diária de mapas atualizados de Alertas de Desmatamento e Degradação Florestal, entregues imediatamente ao IBAMA e divulgados na internet em cronograma previsto em acordo entre INPE e IBAMA; a realização da consolidação do levantamento do mapa de desmatamento e cálculo da taxa de desmatamento anual na Amazônia para o ano de 2015 – PRODES-2015; o mapeamento das áreas com degradação florestal na Amazônia em 2015 – DEGRAD-2015 e o mapeamento das áreas com evidências de atividades de exploração seletiva de madeira para o ano de 2015 – DETEX-2015 e a realização da estimativa do desmatamento anual na Amazônia para ao ano de 2016 – PRODES-2016. Todas estas atividades foram executadas com recursos extra-orçamentários dentro de um processo de reformulação do monitoramento da Amazônia que transitou desta abordagem em projetos discretos para uma nova abordagem de monitoramento contínuo e integrado em múltiplas escalas que foi desenvolvido durante o ano de 2016, sem prejuízo do alcance das metas físicas propostas. Foi necessário recorrer a recursos extra-orçamentários disponíveis em projeto aprovado pelo Fundo Amazônia do BNDES por conta das dificuldades encontradas para a definição do modo de contratação destes serviços com recursos da Ação, devido ao novo cenário legal decorrente das promulgações das Leis de Inovação e das Fundações de Apoio. Diante dessas dificuldades, parte dos recursos da Ação não foram empenhados neste ano.

Com relação ao monitoramento dos demais biomas, para os quais os recursos orçamentários são inexistentes, foi recomendado pelo MCTIC a busca de recursos extra orçamentários. Essa captação de recursos extra orçamentários está em curso, com a aprovação em instância nacional da proposta ao Programa de Investimento Florestal (FIP) do Fundo Clima do Banco Mundial pelo comitê do FIP. Este recurso garantirá a execução do monitoramento do desmatamento atual no bioma Cerrado a partir de 2017.

Ainda para o bioma Cerrado, foi executado o levantamento do desmatamento pretérito para o período de 2000 a 2010, com recursos do Governo Alemão, dentro do Projeto Cerrado-Jalapão liderado pelo MMA, do qual o INPE faz parte com atividades de monitoramento de desmatamento e de áreas com cicatrizes de incêndio florestais. Este levantamento denominado FREL-Cerrado (Forest Reference Emission Level) foi feito para fundamentar a proposta brasileira do nível de referência de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento no Cerrado submetida à Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática (UNFCCC) como parte do encaminhamento brasileiro de documentação para o requerimento de pagamento por reduções de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+). Este produto consistiu de um mapa base de áreas desflorestadas no Cerrado no ano de 2000 e o levantamento de novos desmatamentos ocorridos nos biênios 2000-2002, 2002-2004, 2004-2006, 2006-2008 e 2008-2010. Em

complemento a este produto foi realizado com recurso da agência britânica DEFRA o mapeamento de novos desmatamentos nos períodos 2010-2013 e 2013-2015 para compor a futura submissão de solicitação de pagamento por REDD+ por redução do desmatamento no Cerrado e para servir de base para o monitoramento de desmatamento do Cerrado que se iniciará com recursos do FIP/Banco Mundial.

Foi também submetida ao Fundo Amazônia do BNDES uma carta consulta para a proposta de realização dos níveis de referências de emissões por desmatamento e implementação de sistemas de monitoramento de desmatamento para os demais biomas, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos.

Todas essas atividades foram consolidadas como objetivos de governo com a edição da Portaria 365 de 27/11/2015 do MMA que estabelece o Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros e designa o INPE e o IBAMA como os responsáveis pela implementação deste Programa e da utilização das informações a serem por ele produzidas como instrumento de controle de desmatamento e de gestão de terras no Brasil.

Também foram gerados e repassados, diariamente, os mapas de risco de fogo e identificação geográfica dos focos de queima da vegetação no País, em imagens de satélites, a inúmeros órgãos ambientais e a usuários que os utilizam na prevenção, gestão e combate do fogo.

Quadro 4 - Ação 20VA do Programa 2050 - Mudança do Clima - Parcial

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC	() Integral (X) Parcial					
Código	19.571.2050.20VA Tipo: Atividade					
Título	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do clima					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Código: 0540 – Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.					
Programa	Código: 2050 – Mudança do Clima.					
Unidade	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.636.536	27.935.949	16.053.733	13.886.870	13.886.870	0	2.166.862
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Apoiado			Unidade			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º				Unidade de medida	
janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Realizada
2.158.515	2.023.286	135.228			

FONTE: Execução Orçamentária e Financeira: SIOP - Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores: SIAFI

Como contribuição para o cumprimento da meta física da Ação 20VA em 2016, temos as análises situacionais das metas físicas dos POs 0007 e 000B descritas a seguir:

Quadro 5 - Plano Orçamentário – 0007 da Ação 20VA

Plano Orçamentário:	0007 - Pesquisa, Desenvolvimento e Operação em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC
Ação:	20VA - Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados à Mudança do Clima
Localizador:	0001 – Nacional
Programa:	2050 - MUDANÇA DO CLIMA
Unidade orçamentária:	24101 – MCTIC
Produto:	Produto disponibilizado
Unidade de medida:	Unidade
Meta física (LOA):	365
Físico realizado:	365

Análise situacional do PO 0007 da Ação 20VA

Durante o ano de 2016 destacam-se as seguintes realizações para o PO 0007: 1) Melhoramentos significativos dos aplicativos SIGMA e SIGMACast em suporte ao projeto GEONETCast-SIGMACast, e consolidação de uma importante fase deste projeto com aquisição e integração de 25 (vinte e cinco) Estações de Recepção e Processamento compatíveis com o sistema GEONETCast-Americas. Também, foi realizado o treinamento presencial dos técnicos e meteorologistas das Instituições participantes do Projeto; 2) Expansão dos aplicativos para processamento e distribuição dos dados da rede de Radares Meteorológicos e melhoramento do Aplicativo MAPSAT para ambiente Android; 3) Desenvolvimento de ferramentas computacionais para manipulação e processamento de imagens obtidas a partir do satélite Suomi-NPP e produtos derivados; 4) Instalação e manutenção das Estações Meteorológicas para apoiar as Olimpíadas Rio 2016, bem como realização de atividades de suporte necessárias aos equipamentos meteorológicos utilizados no Projeto SOS CHUVA/CPTEC; 5) Lançamento de uma nova página de Avisos Meteorológicos do CPTEC: <http://tempo.cptec.inpe.br/avisos/>. O CPTEC reformulou a exibição dos seus Avisos Meteorológicos para um formato mais amigável, objetivando atender melhor sua principal finalidade: subsidiar a Defesa Civil, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e toda a sociedade com informações relevantes acerca de eventos meteorológicos adversos no Brasil, de forma mais rápida e prática. Com linguagem clara e objetiva, os Avisos Meteorológicos agora serão exibidos com geoinformação, considerando as sugestões obtidas do CENAD; Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE); o Common Alerting Protocol (CAP), recomendado pela OMM; 6) Página de internet para disponibilizar dados e produtos para os jogos olímpicos Rio2016 (<http://esportes.cptec.inpe.br/>); 7) Desenvolvimento e sua operacionalização de um sistema de modelagem de ondas, correntes e de qualidade do ar em altíssima resolução espacial

para o Rio de Janeiro e a Baía de Guanabara durante as Olimpíadas e Paraolimpíadas de Rio 2016; 8) Operacionalização do novo modelo global do CPTEC, BAM (Brazilian Global Atmospheric Model) desde 1 de janeiro de 2016 com resolução espacial de 20 km e 64 níveis verticais, após sua validação e pré-operação durante 2015, substituindo o modelo global antigo.; 9) Desenvolvimento de uma primeira versão do Sistema de modelagem Global (SMG) contemplando o BAM com assimilação de dados com o GSI (Gridpoint Statistical Interpolation), o qual está integrado ao sistema de Gestão do fluxo de dados do CPTEC com Controle de Qualidade (GCQD). Este sistema está previsto, para entrar em pré-operação durante 2017; 10) Lançamento do Projeto SOS-CHUVA; 11) Treinamento e Suporte Técnico na instalação da Rede de 25 Estações de Recepção/Processamento dentro do Projeto GEONETCast-SIGMACAST. Dentre os desafios, persistiu-se o cenário já mencionado no primeiro semestre de 2016: a redução de um orçamento já deficitário, a obrigatoriedade de redução de gastos com energia elétrica com forte impacto no uso dos recursos computacionais do Centro, e a falta de recursos para modernização da infraestrutura, a qual se encontra em estado de obsolescência – em especial, referente à extensão da vida útil do supercomputador CRAY XE6. Com referência à redução do quadro de pessoal – embora todos os esforços envidados para a realização do concurso público que culminou com a entrada de 66 servidores públicos aos quadros de recursos humanos do CPTEC – persiste ainda a necessidade de novas contratações a fim de manter o centro com capacidade plena de desenvolvimento de sua missão. A execução física ocorreu com recursos do Tesouro Nacional e com pessoal e infraestrutura próprios. As previsões do tempo e clima visam ao atendimento da sociedade brasileira. Os interesses se estendem aos setores de agricultura, recursos hídricos, energias renováveis, saúde, turismo e lazer, defesa civil, segurança nos transportes, no dia a dia das pessoas, no risco de desastres naturais (como deslizamentos, cheias, secas, etc.), entre outros.

Quadro 6 - Plano Orçamentário – 000B da Ação 20VA

Plano Orçamentário:	000B - Desenvolvimento e Aprimoramento dos Modelos do Sistema Terrestre
Ação:	20VA - Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados à Mudança do Clima
Localizador:	0001 – Nacional
Programa:	2050 - MUDANÇA DO CLIMA
Unidade orçamentária:	24101 – MCTIC
Produto:	Modelo Desenvolvido
Unidade de medida:	Percentual
Meta física (LOA):	15%
Físico realizado:	13%

Análise situacional do PO 000B da Ação 20VA

Durante o ano de 2016 destacaram-se as realizações para o PO 000B descritas a seguir:

Para desenvolver modelos do sistema terrestre para a realidade brasileira, o Centro de Ciência do Sistema Terrestre - CCST dedicou-se às análises iniciais de validação de modelos a partir da comparação com dados observados do Climatic Research Unit (CRU) e dados de estimativas de precipitação do GPCP (Global Precipitation Climatological Project). Para a realização desses testes foi utilizada uma versão do modelo regional Eta para rodadas longas de mudanças climáticas sobre a América do Sul, instalado no Supercomputador Tupã do CPTEC/INPE. Os parâmetros do modelo foram configurados, e a integração foi iniciada. Em geral o modelo mostrou boa destreza em simular a sazonalidade e a intensidade do clima presente das variáveis: precipitação, vento e

temperatura. Também foram obtidos avanços em modelagem envolvendo mudanças do uso do solo, principalmente nas regiões de cerrado e semiárido e suas consequências para a vegetação, solo, emissão de gases do efeito estufa e para o clima terrestre, bem como para subsidiar os órgãos de fiscalização no cumprimento do Código Florestal.

Os modelos Hidrológico Distribuído (MHD-INPE) e Regional do Sistema Terrestre (Eta/NOAH-MP-INPE) tiveram avanços em seu desenvolvimento com novas parametrizações para uso no estudo de mudanças de uso do solo em grandes bacias e com modelagem de sistemas lóticos para estimativas de vazões.

Com relação ao modelo de Mudanças Climáticas em Bacias Brasileiras, foram construídos cenários de resposta hidrológica utilizando o *downscaling* dinâmico a partir dos cenários Eta-INPE RCPs 4.5 e 8.5/ CPTEC-/NPE, na bacia do rio Xingu.

A modelagem dos impactos das mudanças no uso do solo em bacias de grande escala teve avanços com simulações atmosféricas em altíssima (1km) resolução e médio (1 mês) a longo (1 ano) prazo com o modelo Eta/NOAH-MP-INPE considerando a fragmentação da vegetação na bacia de Ji-Paraná. Foram realizadas projeções hidrológicas na bacia do Paraíba do Sul com o modelo integrado Eta/NOAH-MP-INPE.

O modelo LuccME (Land Use and Cover Change Modeling Environment) para mudanças de uso e cobertura da terra, adaptado para simular o processo de desertificação no Semiárido Brasileiro, foi aprimorado e calibrado para o período 2000-2010, com os seguintes desenvolvimentos: construção de algoritmos para detecção de mudanças no uso do solo, associadas ao processo de desertificação no Nordeste Brasileiro, dentro do âmbito do Sistema de Alerta precoce à Desertificação (colaboração MMA e PNUD); modelo de vulnerabilidade à desertificação considerando potenciais cenários de uso do solo e sob o efeito das mudanças climáticas na região Nordeste; e nova versão da ferramenta para apoio à tomada de decisão em questões de planejamento territorial e ambiental (LuccME 3.0).

O Modelo INPE-EM para estimativa de emissões de gases do efeito estufa por desmatamento adaptado para o Bioma Cerrado foi calibrado, com geração de uma estimativa histórica (1850-2010). Foram gerados cenários de emissões de gases do efeito estufa espacialmente explícita para o Bioma Cerrado (2010-2030), para subsidiar discussões sobre o cumprimento do Código Florestal.

A execução orçamentária do Centro não prejudicou de forma crítica os andamentos do trabalho, sendo 87% realizado, totalizando 13% da meta prevista para o ano. Reportamos que os valores alocados em "Restos a pagar" referem-se à reposição de material de informática, pagamento de manutenção do Supercomputador Tupã e compra de equipamentos de laboratórios, que serão importantes ao prosseguimento das atividades do Centro.

Quadro 7 - Ação 20VB do Programa 2056 – Política Espacial - MCTIC

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC	<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial
Código	19.572.2056.20VB Tipo: Atividade
Título	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial
Iniciativa	Representa o próprio objetivo
Objetivo	Código: 1108 – Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial

Programa	Código: 2056 – Política Espacial					
Unidade orçamentária	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta					
Ação prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.908.597	10.854.597	9.777.861	6.773.746	6.771.026	2.720	3.004.114
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Apoiado			Unidade	41		41
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
janeiro						
0	0	0	Projeto apoiado	Unidade		

FONTE: Execução Orçamentária e Financeira: SIOF - Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores: SIAFI

Quadro 8 - Ação 20VB do Programa 2056 – Política Espacial - AEB

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC	() Integral (X) Parcial
Código	19.572.2056.20VB Tipo: Atividade
Título	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial
Iniciativa	Representa o próprio objetivo
Objetivo	Código: 1108 – Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial
Programa	Código: 2056 – Política Espacial
Unidade orçamentária	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta
Ação prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.421.211	3.421.211	3.148.516	2.082.251	2.082.251	0	1.066.265
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Apoiado			Unidade			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º					Unidade de medida	
janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Realizada
7.241.563	6.590.899	578.951	Projeto apoiado		Unidade	

FONTE: Execução Orçamentária e Financeira: SIOF - Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores: SIAFI

Análise situacional da meta física da Ação 20VB do Programa 2056 – Política Espacial

Essa Ação Orçamentária apoia as atividades e projetos inovadores que visam o desenvolvimento e ampliação do conhecimento das ciências espaciais, tecnologias críticas e de competências para possibilitar ao país o uso autônomo das aplicações espaciais e o avanço da ciência, tecnologia e inovação, com crescente participação da indústria nacional.

Mesmo não tendo conseguido empenhar todo o recurso orçamentário, foi possível apoiar os projetos relatado nos cinco Planos Orçamentários desta ação, já em andamento nos anos anteriores.

Como contribuição para o cumprimento da meta física da Ação 20VB, em 2016, tivemos os seguintes resultados das metas físicas dos POs 0003, 0008, 0009, 000A e 000B:

Quadro 9 - Plano Orçamentário – 0003 da Ação 20VB

Plano Orçamentário:	0003 – Desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores para o Setor Espacial e suas Aplicações
Ação:	20VB - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial
Localizador:	0001 - Nacional
Programa:	2056 - POLÍTICA ESPACIAL
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Tecnologia Desenvolvida
Unidade de medida:	Unidade
Meta física (LOA):	2
Físico realizado INPE:	3

Análise Situacional do PO 0003 da Ação 20VB

O Plano Orçamentário 0003 apoia o desenvolvimento de produtos, processos, protótipos, softwares e técnicas inovadoras nas áreas de novos materiais e sensores, tecnologia de plasma, combustão e propulsão, engenharia espacial, computação e matemática aplicada, visando atender missões espaciais e suas aplicações com o objetivo de promover o avanço da área espacial e do setor produtivo nacional.

Dentre as diversas frentes de pesquisa e desenvolvimento, continuamente apoiadas por este Plano Orçamentário, destacam-se, no ano de 2016, o desenvolvimento de quatro tecnologias:

- 1- Desenvolvido um processo de tratamento de cavidades ressonantes de nióbio, utilizadas em sistema de detecção de ondas gravitacionais, por intermédio de implantação de átomos de Nitrogênio em alta temperatura, pela técnica de implantação de íons por imersão em plasmas.
- 2- Desenvolvido um processo de incorporação de partículas metálicas durante o crescimento de filmes de DLC (Diamond Like Carbon), utilizadas como lubrificantes sólidos, utilizando uma válvula pulsada para o controle da injeção de partículas, em reatores de plasmas DC pulsados.
- 3- Desenvolvimento de um processo de fabricação de compósito cerâmico com matriz de alumina e nanogrãos de zircônia, com reprodutibilidade de homogeneidade química e de microestrutura, para utilização em blindagem mecânica de satélites.
- 4- Aperfeiçoamento do sistema de PECVD (Plasma Enhanced Chemical Vapor Deposition) em baixa pressão, permitindo melhor aderência entre filme de DLC e substratos metálicos.

Além disso, destaca-se também a contribuição expressiva para o avanço do conhecimento científico com a publicação de mais de 100 trabalhos científicos e a formação de recursos humanos em níveis de mestrado e doutorado com cerca de 25 entre teses e dissertações defendidas. Dessa forma, a execução deste PO superou a meta total, INPE/AEB, proposta de 3 desenvolvimentos anuais, tendo atingido 4 Tecnologias Desenvolvidas.

Quadro 10 - Plano Orçamentário – 0008 da Ação 20VB

Plano Orçamentário:	0008 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Centro de Estudos e Monitoramento Bras. do Clima Espacial (Embrace)
Ação:	20VB - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial
Localizador:	0001 - Nacional
Programa:	Programa: 2056 - Política Espacial
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Boletim emitido
Unidade de medida:	Unidade
Meta física (LOA):	160
Físico realizado:	160

Análise Situacional do PO 0008 da Ação 20VB

O Plano Orçamentário 0008 visa à realização da coleta de dados e da manutenção do sistema de observação em Clima Espacial; modelamento de processos do sistema Sol-Terra em escala espacial, global e regional com investigação dos fenômenos; disponibilização e informação, em tempo real, da previsão do Clima Espacial; e provimento de diagnósticos de seus efeitos sobre diferentes sistemas tecnológicos de interesse nacional por meio de coleta de dados de satélite, de superfície e

modelagem computacional. Estes serviços têm por objetivo subsidiar órgãos governamentais, empresas públicas e privadas na avaliação de riscos aos sistemas tecnológicos brasileiros.

Ao longo de 2016 a meta anual de emissão de 200 boletins (INPE e AEB) foi alcançada e contribuiu também para a implantação de um sistema de ininterruptão de energia, atendendo a todas as exigências legais e a todos os requisitos técnicos.

As divulgações de diagnósticos e prognósticos foram realizadas como planejado e foi dada continuidade à instalação de instrumentação do programa Embrace.

Ressalta-se ainda que existe uma grave questão de falta de pessoal, a ser solucionada no Programa de Estudos e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial, tanto para atender às demandas administrativas quanto para as demandas técnicas.

Quadro 11 - Plano Orçamentário – 0009 da Ação 20VB

Plano Orçamentário:	0009 - Pesquisa e Desenvolvimento em Aeronomia, Astrofísica e Geofísica Espacial
Ação:	20VB - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial
Localizador:	0001 - Nacional
Programa:	Programa: 2056 - Política Espacial
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Artigos Publicados
Unidade de medida:	Unidade
Meta física (LOA):	60
Físico realizado:	75

Análise Situacional do PO 0009 da Ação 20VB

O Plano Orçamentário 0009 fomenta uma das áreas de aplicação que derivam do acesso ao espaço: ciências espaciais e atmosféricas.

Os recursos são empregados no desenvolvimento de pesquisa aplicada e desenvolvimento instrumental para atuar na fronteira do conhecimento científico e tecnológico a serviço do país. A pesquisa básica e o desenvolvimento instrumental geram um grande número de publicações que estas áreas do conhecimento desenvolvem.

Por intermédio do link <http://urlib.net/rep/8JMKD3MGP3W34P/3JLE3PB> é possível verificar que a área de Ciências Espaciais e Atmosféricas (CEA) publicou 113 artigos em revistas arbitradas de elevado padrão internacional, de forma que a meta de 80 publicações no ano de 2016 foi ultrapassada. Os resultados científicos destas 113 referências completas foram também divulgadas em: 1 relatório técnico, 1 livro completo, 4 capítulos de livros, 1 publicação audiovisual e 102 artigos em *proceedings*.

Esse levantamento foi efetuado em 19 de dezembro de 2016. Importante destacar que o número de publicações foi cerca de 40% superior ao pactuado, basicamente, em função da participação de alguns pesquisadores da CEA na colaboração internacional Laser Interferometer Gravitational-Wave Observatory (LIGO), que no início de 2016 anunciou a descoberta de ondas gravitacionais. Estas ondas gravitacionais foram previstas pelo físico Albert Einstein em 1905, mas somente em 2016 atingiu-se o desenvolvimento tecnológico necessário para detectá-las. Com base neste desenvolvimento tecnológico um grande número de artigos científicos foi publicado pelos membros da colaboração LIGO, contribuindo para que esse resultado superasse o inicialmente pactuado.

Quadro 12 - Plano Orçamentário – 000A da Ação 20VB

Plano Orçamentário:	000A – Pesquisa, Aplicações e Desenvolvimento Tecnológico em Observação da Terra
Ação:	20VB - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial
Localizador:	0001 - Nacional
Programa:	2056 - POLÍTICA ESPACIAL
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Projeto Apoiado
Unidade de medida:	Unidade
Meta física (LOA):	2
Físico realizado:	2

Análise Situacional do PO 000A da Ação 20VB

O Plano Orçamentário 000A refere-se à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias e metodologias para extração de informações de dados de satélites de Observação da Terra que atendem as diversas aplicações em sensoriamento remoto e geoinformática. Fazem parte das atividades associadas a este PO, executado pelo INPE, o desenvolvimento de métodos e soluções tecnológicas baseadas em geoinformática e em sensoriamento remoto, a especificação de requisitos de missões espaciais brasileiras de observação da Terra, o desenvolvimento e disponibilização para a sociedade de softwares livres para tratamento de informação geográfica e processamento digital de imagens e a formação de recursos humanos de excelência em temas ligados à observação da Terra.

O software SPRING é um sistema de Informações Geográficas com funções de processamento de imagens, análise espacial, modelagem numérica de terreno e consulta a bancos de dados espaciais. O sistema vem sendo desenvolvido desde 1991 pelo INPE e tem sido amplamente utilizado em pesquisas e atividades de educação no INPE e em diversas instituições brasileiras e internacionais. Além disso, o sistema tem sido utilizado como tecnologia de suporte em importantes projetos do INPE como PRODES (Programa de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia), Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Incêndios Florestais, Sistema DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), dentre outros.

A TerraLib é uma biblioteca de classes e funções, escritas na linguagem C++, para a construção de aplicações geográficas. É distribuída na internet com código fonte aberto e livre de licença ou restrição de uso. A biblioteca TerraLib é usada nas aplicações TerraView, TerraAmazon, TerraMA2 e TerraME desenvolvidas pelo INPE e seus parceiros, e em diversos projetos e outras aplicações externas ao INPE.

As metas estabelecidas para o ano de 2016 (INPE e AEB) foram atingidas, sendo apoiados 3 projetos:

- 1) TerraLib, com a disponibilização de 5 versões: 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5;
- 2) TerraView, com a disponibilização de 5 versões: 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5;
- 3) SPRING, com a disponibilização de 3 versões: 5.4.0, 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3.

O apoio aos projetos, materializados na forma das versões listadas permitiram a correção de erros, inclusão de novas funcionalidades, atendimento aos usuários, melhoria de documentação e

atendimento aos projetos de interesse do INPE e colaboradores. Elas encontram-se acessíveis nos sítios www.dpi.inpe.br/terralib5 e www.dpi.inpe.br/spring.

Quadro 13 -- Plano Orçamentário – 000B da Ação 20VB

Plano Orçamentário:	000B - Pesquisa e Desenvolvimento de Subsistemas para Satélites
Ação:	20VB - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial
Localizador:	0001 – Nacional
Programa:	2056 - POLÍTICA ESPACIAL
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Projeto Apoiado
Unidade de medida:	Unidade
Meta física (LOA):	1
Físico realizado:	1

Análise Situacional do 000B da Ação 20VB

O Plano Orçamentário 000B tem por objetivo a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possibilitem o aprimoramento e o avanço de subsistemas de satélites, tendo como referência as tecnologias identificadas como estado da arte, para atender adequadamente às necessidades das futuras missões do Programa Espacial Brasileiro. Em todas as missões espaciais realizadas pelo INPE sempre houve como diretriz básica o domínio das tecnologias envolvidas. Isto significa que os subsistemas/equipamentos, que compõem as respectivas plataformas orbitais, são desenvolvidos, fabricados, qualificados e testados em parceria com a indústria nacional.

Com o avanço das tecnologias, novos sistemas têm surgido no âmbito internacional. Há um esforço para miniaturizar os subsistemas/equipamentos de forma a possibilitar que plataformas de pequeno porte possam atender a diferentes missões, como por exemplo, missões de observação de alta resolução da Terra, utilizando plataformas da ordem de 150 kg. Assim, um passo importante para o desenvolvimento eficaz de subsistemas de satélites consiste em estudar as novas missões espaciais, identificando as novas tecnologias a serem aplicadas aos respectivos subsistemas/equipamentos e comparando o estado da arte encontrado em subsistemas/equipamentos disponíveis no mercado internacional, em termos de desempenho, compactação e consumo ao estágio atual de desenvolvimento nacional. Isso se aplica a todos os subsistemas envolvidos como imageadores (óptico e radar), computação de bordo, telecomunicações, potência, estrutura, controle térmico, controle de atitude e órbita, propulsão, entre outros.

Para cumprir as tarefas descritas acima, os especialistas envolvidos realizaram as análises/estudos no Centro de Projeto Integrado de Missões Espaciais – CPRIME, pertencente à Coordenação Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial do INPE.

As metas 2016 estabelecidas para o cumprimento do Produto Intermediário desse PO são:

- Meta 1: Conclusão da Análise da Missão EQUARS

Indicador: Relatório final da análise. Início/término: Abril – Maio de 2016 (Concluída).

- Meta 2: Carga Útil do Projeto Mobilizador.

Indicador: Relatório final da análise.

Início/término: Junho –Outubro de 2016. O estudo não pôde ser realizado devido a falta de informações adicionais solicitadas ao IAE.

Assim, aproveitou-se a oportunidade para que fossem realizados estudos adicionais para a missão EQUARS, os quais haviam sido solicitados pela gerência. Esses estudos foram realizados nos meses de novembro-dezembro e foram denominados como D-EQUARS.

- Meta 3: Missão Radar.

Indicador: Relatório final da análise

Início/término: Outubro – Dezembro de 2016. Meta concluída com a emissão do Relatório final de análise da missão em 12/dez/2016

Quadro 14 - Ação 20VC do Programa 2056 – Política Espacial - MCTIC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC		(X) Integral () Parcial				
Código		19.572.2050.20VC Tipo: Atividade				
Título		Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Código: 0702 – Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.				
Programa		Código: 2056 – Política Espacial				
Unidade orçamentária		24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta				
Ação prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.612.857	34.503.857	30.676.514	11.651.566	11.651.566	0	19.024.948
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Apoiado			Unidade	4		4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º					Unidade de medida	
Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Realizada
0	0	0	Projeto Apoiado		Unidade	

FONTE: Execução Orçamentária e Financeira: SIOP - Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores: SIAFI

Quadro 15 - Ação 20VC do Programa 2056 – Política Espacial - AEB

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC		() Integral (X) Parcial				
Código		19.572.2050.20VC Tipo: Atividade				
Título		Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Código: 0702 – Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.				
Programa		Código: 2056 – Política Espacial				
Unidade Orçamentária		24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do Anual – 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.429.683	46.672.059	42.839.303	26.088.632	26.088.632	0	16.750.671
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Apoiado			Unidade			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º					Unidade de medida	
janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Realizada	
47.952.345	40.385.794	218.742				

FONTE: Execução Orçamentária e Financeira: SIOP - O valor de R\$ 41.613,00 ficou retido e foi executado pela AEB; Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores: SIAFI

Análise Situacional da - Ação 20VC do Programa 2056 – Política Espacial

Essa Ação visa à concepção, desenvolvimento, integração, testes e lançamento de satélites para a realização de missões espaciais de observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas, que contribuam para a solução de problemas nacionais, para o desenvolvimento de tecnologia, para a capacitação industrial e para o avanço do conhecimento científico e tecnológico. Como observado no quadro da execução financeira, em 2016, foi empenhado 90 % de sua dotação orçamentária.

Nessa Ação ainda se encontram atividades referentes à manutenção operacional do LIT (PO 0001), à manutenção da alta disponibilidade da infraestrutura do Centro de Rastreo e Controle (CRC) (PO 0006), assim como os sistemas de recepção, armazenamento, processamento e distribuição de dados de satélites (PO 000D).

A Ação 20VC priorizou, a partir de 2016, o projeto, Amazonia (PO 0005).

Satélites Amazonia – Este programa de satélites busca o fornecimento de imagens de sensoriamento remoto para observar e monitorar o desmatamento; aperfeiçoar o sistema de detecção em tempo real (DETER) do desflorestamento no Brasil, especialmente na Região Amazônica; e monitorar, com uma alta taxa de revisita e considerando a sinergia com os programas existentes, a diversificada agricultura em todo o país. Além disso, os dados do Amazonia podem ser úteis para atender outras aplicações correlatas, tais como monitoramento da costa do oceano, reservatórios, florestas naturais e cultivadas, desastres, entre outras. A série de satélites Amazonia é composta pelos satélites Amazonia-1, Amazonia-1B e Amazonia-2.

Como resultados da execução física no exercício de 2016, pode-se destacar a preparação do segmento solo, elaboração das estratégias de detecção de falhas e recuperação (FDIR) durante a fase de lançamento, adequação do software de OBDH devido às alterações do sistema, desenho da estratégia para tomada de decisão autonomamente em caso de anomalia em voo, desenho para as ações a serem tomadas pelos controladores em caso de anomalia, avanços no projeto e fabricação da cablagem, conclusão da primeira versão do software de bordo, início da integração mecânica do módulo de carga útil, e outras.

Também como contribuição para o cumprimento da meta física da Ação 20VC em 2016, os seguintes resultados das metas físicas dos POs 0001, 0002, 0005, 0006, 000B e 000D são descritos a seguir:

Quadro 16 - Plano Orçamentário – 0001 da Ação 20VC

Plano Orçamentário:	0001 – Funcionamento e Atualização do Laboratório de Integração e Testes
Ação:	20VC - Desenvolvimento, Lançamento e Operações de Satélites, com a Infraestrutura Associada
Localizador:	0001 - Nacional
Programa:	2056 - POLÍTICA ESPACIAL
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Infraestrutura Mantida
Unidade de medida:	Unidade
Meta física (LOA):	1
Físico realizado:	1

Análise Situacional do PO 0001 da Ação 20VC

O PO 0001 visa manter operacional e atualizado o LIT para a realização das atividades de montagem, integração e testes de satélites e outros sistemas espaciais previstos no PNAE. Neste laboratório, destacam-se as seguintes capacidades: 1. Especificação, qualificação e aceitação de componentes, equipamentos, subsistemas e sistemas espaciais e seus equipamentos de suporte; 2. Testes ambientais (térmicos em vácuo, ciclagem e choque térmicos, vibração e choque, acústicos, interferência e compatibilidade eletromagnética); 3. Testes funcionais (incluindo testes de antenas, abertura de painéis solares, testes de separação do veículo lançador); 4. Desenvolvimento de

metodologias, processos e técnicas para a montagem, integração e testes de satélites; 5. Integração de sistemas (alinhamento mecânico e medidas físicas); 6. Verificação, validação e análise de falhas em componentes eletrônicos; 7. Metrologia elétrica (grandezas elétricas, tempo e frequência e alta-frequência), metrologia física (umidade, pressão, temperatura, vácuo, vibrações e acústica) e metrologia mecânica (dimensional, massa, força e torque); 8. Análise química de contaminantes em produtos espaciais e 9. Atividades da garantia da qualidade, manutenção e desenvolvimento de equipamentos de teste, manutenção predial, aquisição de dados, sistemas de tecnologia de informação, segurança predial, documentação e logística.

Este Plano Orçamentário também objetiva manter a competitividade do LIT para a execução de programas conjuntos com organismos internacionais previstos no PNAE.

A aplicação dos recursos do PO está normalmente associada à aquisição de bens e serviços de propósito geral, todos essenciais para manter a operação e a segurança da infraestrutura de testes e das instalações. Neste contexto, os recursos contribuem para a manutenção e modernização do prédio do laboratório; dos equipamentos de teste; da instrumentação de medida e calibração; e dos equipamentos de apoio à operação do laboratório.

A execução do PO se deu pelos mecanismos de compras e contratações previstas na Lei 8.666. A finalidade do plano é ter capacidade no País para qualificar produtos espaciais. No primeiro semestre de 2016, a Área de EMI (Electro Magnetic Interference), EMC (Electro Magnetic Compatibility), Antenas e Telecomunicações solicitou a Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE do INMETRO a extensão de escopo de serviço para a realização de ensaios em equipamentos eletrodomésticos e eletro-eletrônicos em geral, e para equipamentos de tecnologia da informação, e radiofrequência - tecnologia LTE (Long Term Evolution).

Durante a auditoria da CGCRE, realizada na semana de 30/05 a 03/06/2016, o Laboratório solicitou a atualização de seu escopo de serviços, para equipamentos e instrumentos médico-hospitalares e odontológicos. Desta forma, o Laboratório teve incluído em seu escopo as normas particulares eletromédicas da família IEC 60601-2-X e CISPR-11, utilizadas na realização de ensaios eletromédicos. Com a nova reestruturação do escopo de serviço, cada produto eletromédico ficou individualmente definido, além do tipo de ensaio realizado. As normas para a realização de ensaios de veículos automotores leves e pesados também foi atualizada. Este escopo não havia sido atualizado no site do INMETRO até 30/06/2016. Também como resultado anual de 2016, a Área de metrologia do LIT manteve as creditações estabelecidas em 2015 quando da auditoria CGCRE/INMETRO para as grandezas elétricas, tempo e frequência, alta-frequência, temperatura e umidade, vácuo, acústica e vibrações e torque e força. Além disso, manteve as creditações obtidas em 2015, relativas a calibração de balanças, de micrômetros e paquímetros e de compatibilidade eletromagnética incluindo grandezas relacionadas a descarga eletrostática, radiofrequência, surto e transientes rápidos e a ampliação da faixa de calibração de temperatura em ponto de orvalho entre -20C e -75C.

Em relação ao funcionamento e atualização, o Laboratório continuou o processo de aquisição do sistema de controle das câmaras vácuo térmicas 1x1, 250l e 3x3. O Laboratório também adquiriu um sistema de qualificação de equipamentos que opera com protocolo de comunicação IPV6, importante para qualificar equipamentos de satélites de telecomunicações e obteve a avaliação da ANATEL de que pode qualificar equipamentos de telecomunicações que opere com protocolo IPV6. Toda a documentação necessária para a ampliação de escopo para qualificar produtos que operem com protocolo IPV6 já está em análise no INMETRO. O Laboratório adquiriu vários materiais necessários para manter sua capacidade em: qualificação de componentes; calibração elétrica, dimensional, física e mecânica; montagem, integração e testes de satélites; ensaios ambientais.

Além disso, a manutenção da infraestrutura física e de instrumentação foi mantida operacional e atualizada.

Quadro 17 - Plano Orçamentário – 0005 da Ação 20VC

Plano Orçamentário:	0005 - Desenvolvimento dos Satélites da Série Amazonia
Ação:	20VC - Desenvolvimento, Lançamento e Operações de Satélites, com a Infraestrutura Associada
Localizador:	0001 - Nacional
Programa:	2056 - Política Espacial
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Satélite operacionalizado
Unidade de medida:	Percentual de Execução
Meta física (LOA):	11%
Físico realizado:	5%

Análise Situacional do PO 0005 da Ação 20VC

O PO 0005 tem por objetivo desenvolver e fabricar satélite de observação da Terra com aplicação direta no monitoramento da região Amazônica. O objetivo das missões Amazonia é fornecer imagens de sensoriamento remoto para observar e monitorar o desmatamento; aperfeiçoar o sistema de detecção em tempo real (DETER) do desflorestamento no Brasil, especialmente na Região Amazônica; e monitorar, com uma alta taxa de revisita e considerando a sinergia com os programas existentes, a diversificada agricultura em todo o país.

Além disso, os dados dos satélites Amazonia podem ser úteis para atender outras aplicações correlatas, tais como monitoramento da costa do oceano, reservatórios, florestas naturais e cultivadas, desastres, entre outras. A série de satélites Amazonia é composta pelos satélites Amazonia-1, Amazonia-1B e Amazonia-2.

A execução orçamentária 2016 do PO 0005 foi planejada para ser realizada através do convênio celebrado pelo INPE com a Fundação de Apoio, no qual estão incluídas oito contratações (equipamentos e serviços) necessárias para a conclusão do satélite. A maioria das atividades planejadas para 2016 dependiam da assinatura deste convênio, que aconteceu somente em 29 Dezembro de 2015 e da assinatura de um termo aditivo, assinado em 14/09/2016, para adequação de valores relativos a variação cambial. Em decorrência desses atrasos muitas atividades foram impactadas necessitando a tomada de novas ações tais como: redefinição de margens de contingência para as atividades futuras, redesenho das atividades de integração e testes, entre outras. Com isso foi possível minimizar o impacto para o cumprimento da meta estabelecida de lançamento do Amazonia 1 em 2018. Com esse replanejamento todas as novas contratações previstas dentro do escopo do Convênio foram realizadas, com exceção de uma que ficou para 2017.

Como principais atividades concluídas ao longo do exercício financeiro temos: preparação do segmento solo, elaboração das estratégias de detecção de falhas e recuperação (FDIR) durante a fase de lançamento, adequação do software de OBDH devido às alterações do sistema, desenho da estratégia para tomada de decisão autonomamente em caso de anomalia em voo, desenho para as ações a serem tomadas pelos controladores em caso de anomalia, avanços no projeto e fabricação da cablagem, conclusão da primeira versão do software de bordo, início da integração mecânica do módulo de carga útil e outras.

Quadro 18 - Plano Orçamentário – 0006 da Ação 20VC

Plano Orçamentário:	0006 – Rastreo e Controle de Satélites
Ação:	20VC – Desenvolvimento, Lançamento e Operações de Satélites, com a Infraestrutura Associada
Localizador:	0001 – Nacional
Programa:	2056 – POLÍTICA ESPACIAL
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Controle Realizado
Unidade de medida:	Percentual
Meta física (LOA):	92%
Físico realizado:	94%

Análise Situacional do PO 0006 da Ação 20VC

No ano de 2016 a disponibilidade da infraestrutura de rastreo e controle de satélites, para o PO 0006, foi de 94%, superando a meta acordada. O serviço de operação contínua dos satélites colocados sob a responsabilidade do CRC/INPE torna possível a geração de dados adequados das cargas úteis destes satélites (sistema de coleta de dados ambientais, câmaras de sensoriamento remoto por imagens da Terra, etc.) e a utilização destes dados por seus usuários primários e conseqüentemente, a disponibilização dos benefícios à sociedade, em termos de monitoração ambiental, pesquisa de recursos minerais, auxílio à urbanização planejada, levantamentos agrônômicos e todos os outros benefícios oriundos das inúmeras aplicações de imagens geradas por satélites de observação da Terra.

O Centro de Rastreo e Controle de Satélites (CRC) do INPE realiza a operação dos satélites SCD1 e SCD2, desenvolvidos pelo INPE e do satélite sino-brasileiro de observação da Terra, CBERS-4, lançado em 07/12/2014. A responsabilidade pelo controle do CBERS-4 foi exercida pelo INPE desde 01/11/2015, quando foi transferida ao CRC pelo XSCC (Centro de Controle de Xian, China), tendo permanecido assim até 01/08/2016, quando foi transferida de volta ao XSCC. Em 01/05/2017 esta responsabilidade deverá retornar ao INPE.

Além dos satélites mencionados, o CRC deve ser preparado para operar os satélites de observação da Terra Amazonia-1 e CBERS-4A, cujos lançamentos estão previstos para final de 2018, mantendo a disponibilidade anual de pelo menos 92% para cada satélite, mesmo após a entrada em operação destes novos satélites. A órbita do Amazonia-1 é muito semelhante à dos satélites CBERS-4 e CBERS-4A.

Estes dois satélites deverão ser posicionados em órbitas bastante semelhantes e com mesmo horário local de cruzamento descendente pelo Equador: 10h 30m. Por este motivo terão um grande número diário de passagens simultâneas sobre a Estação de Rastreo de Cuiabá, que é a estação primária para este tipo de satélite. Como esta estação só possui um sistema de antena de rastreo em banda S, nas condições atuais é impossível atender a dois satélites ao mesmo tempo. Além disso, é alta a probabilidade de que o CBERS-4 ainda esteja em operação, embora em tempo de vida estendido, ao final de 2018. Persistindo a situação atual, o CRC disporia de apenas um sistema de antena de rastreo em Cuiabá para rastrear três satélites de observação da Terra com órbitas semelhantes (sem mencionar os satélites SCD1 e SCD2, que também poderão estar ainda em estado operacional). Com apenas um sistema de antena só é possível rastrear um satélite por vez. Por isso, em caso de passagens simultâneas de dois ou mais satélites, pelo menos um satélite deixaria de ser atendido. Ou seja, a disponibilidade do sistema para atender cada satélite cairia drasticamente, tornando impossível a satisfação da meta acordada para o PO Rastreo e Controle de Satélites, de 92% de controle realizado.

Para que o objetivo específico acordado possa ser atingido até o final de 2018, aos recursos orçamentários anualmente disponibilizados ao CRC é necessário que, no máximo no início 2017, seja adicionado o valor necessário à aquisição de novo sistema de antena para a Estação Terrena de Cuiabá (estimado em aproximadamente US\$ 4.500.000,00) e respectiva infraestrutura para instalação (estimada em aproximadamente R\$500.000,00). Se isto não acontecer, considerando os prazos necessários à aquisição e instalação deste novo sistema, não haverá tempo hábil para completar o processo antes do lançamento dos mencionados satélites. A meta de disponibilidade da infraestrutura de rastreamento e controle, neste caso, teria que ser revista, pois com certeza o valor atual não poderia ser atingido e o atendimento ao controle dos novos satélites seria, desde os seus lançamentos, bastante degradado. É incoerente manter-se uma meta se não forem dadas as condições necessárias para seu atendimento.

Neste ponto, deve também ser destacado que um novo sistema de antena gera a necessidade de um aumento das equipes operacionais, de modo a permitir a operação de dois sistemas de antena ao mesmo tempo para o rastreamento simultâneo, em Cuiabá, de dois satélites de observação da Terra. Em consequência, as operações de controle pelo Centro de Controle de Satélites, em São José dos Campos, teriam que ser executadas simultaneamente para até três satélites de observação da Terra (considerando que um deles seria rastreado pela Estação de Rastreamento de Alcântara). Isto implica na necessidade de contratação de pessoal também para São José dos Campos, pelo Centro de Controle de Satélites, em São José dos Campos.

Sem vencer estas dificuldades, será impossível rastrear e controlar os mencionados novos satélites a partir do final de 2018, em conjunto com os pré-existentes, mantendo um valor mínimo aceitável de disponibilidade da infraestrutura de solo.

Quadro 19 - Plano Orçamentário – 000D da Ação 20VC

Plano Orçamentário:	000D – Recepção, Armazenamento, Processamento e Distribuição de Dados de Satélites
Ação:	20VC - Desenvolvimento, Lançamento e Operações de Satélites, com a Infraestrutura Associada
Localizador:	0001 - Nacional
Programa:	2056 - POLÍTICA ESPACIAL
Unidade orçamentária:	24205 – Agência Espacial Brasileira
Produto:	Imagem de Satélite Produzida
Unidade de medida:	Unidade
Meta física (LOA):	45 000
Físico realizado:	143.470

Análise Situacional do PO 000D da Ação 20VC

O PO 000D atende o desenvolvimento das seguintes atividades do Centro de Dados: (a) recepção, processamento, armazenamento e distribuição de dados coletados por satélites nacionais ou estrangeiros; (b) desenvolvimento, manutenção, operação e atualização da infraestrutura do Centro de Dados de Sensoriamento Remoto do INPE para a recepção, armazenamento, processamento e distribuição de dados de missões espaciais que atendem as necessidades dos usuários brasileiros.

As metas estabelecidas para esse PO estão sendo realizadas de acordo com o planejado. No ano de 2016 foram produzidas o total de 239.118 imagens organizadas por satélite: RESOURCESAT 2: 66.104; LANDSAT-8: 8.678; NOAA-19: 4.363; NOAA-18: 4.161; NOAA-15: 2.549; METOP-B: 2.488; TERRA: 1.887; S-NPP: 1.917; AQUA: 1.787; CBERS-4: 145.184.

As imagens estão disponíveis via catálogo online (www.dgi.inpe.br/catalogo), para usuários advindos de empresas públicas e privadas, ONGs, prefeituras municipais, universidades, IBAMA, INCRA, PETROBRAS, IBGE, Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

O aumento expressivo na produção de imagens CBERS deveu-se ao início da produção operacional de imagens das 4 câmeras do satélite CBERS-4, na metade do primeiro semestre do ano.

O aumento na produção do Resourcesat-2 ocorreu devido à correção de erros no sistema de processamento das imagens pela operadora do satélite, os quais impediam a geração massiva dos dados. Todos os dados foram reprocessados a partir de julho de 2016 e catalogados com sucesso, aumentando desta maneira a produção do Centro de Dados de Sensoriamento Remoto do INPE.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O principal desafio da área de gestão do Instituto está relacionado à sua capacidade de planejar e executar as atividades de acordo com o orçamento disponível na Ação de Administração. Essa incerteza de disponibilidade de recursos orçamentários provoca um forte impacto na capacidade de o Instituto cumprir as obrigações e assegurar investimentos para a modernização e desenvolvimento de suas atividades administrativas.

Durante o ano de 2016 foi necessário efetuar a revisão de alguns contratos administrativos com o redimensionamento dos serviços para readequação de despesas. Esses ajustes foram necessários para a manutenção dos contratos de serviços públicos e de terceirização de serviços administrativos.

Outro fato que merece destaque está relacionado à alta valorização do Real frente ao Dólar, o que resultou em aumento no custo das aquisições de itens importados, associado à elevação das despesas indiretas como fretes, armazenagens, seguros, impostos e taxas.

Registram-se, ainda, dificuldades de ordem operacional relacionadas ao retardamento na liberação de créditos orçamentários, especialmente aqueles efetuados por meio de Termo de Execução Descentralizada, à redução do quadro efetivo de servidores provocada pelas aposentadorias e consequente falta de pessoal qualificado e capacitado para exercer as atividades e à complexidade inerente à elaboração dos processos de licitação da área de C&T.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência no exercício.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 20 - Restos a pagar de exercícios anteriores – UG Executora: 240106: INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCTIC

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar em 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2015	5.843.444,38	5.152.064,88	691.379,50	0,00	
2014	5.318,97	0,00	0,00	5.318,97	
2013	2.498.044,28	2.498.044,28	0,00	0,00	
2012	10.128,06	3.998,06	0,00	6.130,00	
Total	8.356.935,69	7.654.107,22	691.379,50	11.448,97	
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar em 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2015	49.878.733,75	46.540.616,58	46.524.804,54	1.306.918,04	2.047.011,17
2014	9.039.526,19	8.681.589,61	8.681.510,01	130.830,93	227.185,25
2013	7.499.050,91	2.256.733,62	2.256.733,62	129.220,09	5.113.097,20
2012	3.019.396,54	83.851,45	83.851,45	6.148,55	2.929.396,54
2010	73.258,87	0,00	0,00	73.258,87	0,00
Total	69.509.966,26	57.562.791,26	57.546.899,62	1.646.376,48	10.316.690,16

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 21 - Restos a pagar de exercícios anteriores - UG Executora: 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCTIC

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2015	20.165,68	20.165,68		0,00	
2014					
2013					
2012					
2011					
2010	15.250,05			15.250,05	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2015	302.860,25	248.661,96	248.661,96	54.198,29	0,00
2014	17.057,83			714,35	16.343,48
2013	55.900,00				55.900,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 22 – Restos a pagar de exercícios anteriores - UG Executora: 240108:INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-C.PAULISTA - MCTIC

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)		Cancelados (c)	Saldo a pagar em 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)
2015	11.721,97	11.791,97		0,00	0,00
2014	3.779,50	3.779,50		0,00	0,00
Total	15.501,47	15.501,47		0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar em 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2015	11.721,97	11.721,97	11.721,97	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.721,97	11.721,97	11.721,97	0,00	0,00

Fonte: Siafi

Análise crítica

- UG 240.106 – São José dos Campos SP:

O registro de altos valores inscritos em restos a pagar é gerado pelo atraso na definição do contingenciamento e das outras dificuldades mencionadas anteriormente, as quais provocam o retardamento da execução orçamentária e consequentemente da execução financeira.

A permanência de Restos a Pagar não processados, por mais de um exercício financeiro, decorre de razões diversas, como: plurianualidade do prazo de vigência do contrato, alterações no cronograma de execução físico-financeiro da contratação, princípio da economicidade envolvendo processos de licitação de maior complexidade, entregas parciais aguardando solução de continuidade.

- UG 240.107 – Centro Regional de Nordeste (CRN), Natal RN:

A gestão financeira da UG não sofreu nenhum impacto pelo pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. Há a permanência de restos a pagar por mais de um exercício financeiro em virtude de trâmite de processo administrativo e de decisão judicial.

- UG 240.108 – Cachoeira Paulista SP:

Os respectivos empenhos inscritos em resto a pagar decorrem das compras principalmente realizadas em fim de exercício, quando os fornecedores entregam bens e serviços adquiridos após o encerramento do ano. Como são compras de bens de interesse da Administração são colocadas em restos a pagar para recebimento, liquidação e pagamento no exercício seguinte.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais vem estruturando rotinas organizacionais para o monitoramento e controle associado à análise de risco de atividades visando o aprimoramento da gestão dos convênios nacionais celebrados com repasse de recursos financeiros, dele provenientes, à sua Fundação de Apoio – FUNCATE.

Atualmente, estão vigentes 03 (três) convênios com repasse de recursos entre INPE e a FUNCATE, os quais são inseridos e acompanhados via SICONV – Portal dos Convênios do Governo Federal.

O INPE possui também, convênios, acordos e protocolos nacionais sem repasse de recursos financeiros com diversos parceiros. Atualmente, o Instituto possui cerca de 35 (trinta e cinco) instrumentos vigentes assinados com universidades, institutos, empresas privadas, empresas de economia mista e fundações.

Tratando-se de uma quantidade pequena de convênios com repasses financeiros celebrados pelo INPE e de um procedimento de trabalho relativamente novo, o Instituto vem inovando na construção, validação e acompanhamento dos indicadores de efetividade, eficiência, eficácia e economicidade para os casos que couber, com o objetivo de auxiliar a gestão destes instrumentos jurídicos otimizando o uso de recursos financeiros da União.

Esses convênios e instrumentos congêneres podem ser considerados uma das maneiras a partir das quais o INPE operacionaliza as suas respectivas Ações constantes do Plano Plurianual 2016-2019.

Cabe ressaltar, que o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT do INPE, instrui, e acompanha os convênios nacionais, conforme disposto na legislação pertinente e orientações da Consultoria Jurídica da União (AGU/CJU-SJC).

Quadro 23 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	02	01	01	R\$ 40.116.479,47	R\$ 800.000,00	1.911.899,42
Contrato de repasse	X	X	X	X	X	X
Totais						

Fonte: Convênios Nacionais INPE / Funcate

Quadro 24 -Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente			
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
		Convênios	Contratos de repasse ...

Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01	X	
		Montante Repassado	3.105.000,00	X	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	X	X	
		Montante Repassado	X	X	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	X	X	
		Montante Repassado	X	X	

Fonte: Convênios Nacionais INPE / Funcate

Quadro 25 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	X	X	
	Quantidade reprovada	X	X	
	Quantidade de TCE instauradas	X	X	
	Montante repassado (R\$)	X	X	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	01	X	
	Montante repassado (R\$)	3.105.000,00	X	

Fonte: Convênios Nacionais INPE / Funcate

Quadro 26 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	X	X	X	X	01
Contratos de repasse	X	X	X	X	X

Análise crítica

No exercício de 2016, mostrou-se grande alteração, com relação aos anos anteriores, de repasse financeiro da ICT, através de convênios. Isso se deveu, principalmente, ao Órgão Consultivo do Instituto – Consultoria Jurídica da União/CJU-SJC, a qual recomendou que o INPE, em vez de realizar alguns contratos, firmasse convênios entre a ICT e sua Fundação de Apoio.

Em 2016, foi recebida da FUNCATE, a prestação de contas final do Convênio 763483/2011. Este Convênio, assinado com a Fundação de Apoio em 16/12/2011 e cuja vigência se encerrou em 15/12/2015, refere-se a Programas IGBP e GLP.

No INPE, as prestações de contas, parciais e finais, são analisadas e aprovadas pelo próprio gestor/coordenador do convênio e/ou seu substituto. O gestor tem como responsabilidade e

autoridade a verificação da execução do plano de trabalho, cumprimento dos prazos estipulados, bem como a quantidade e qualidade da execução do objeto do respectivo instrumento.

Tratando-se de uma quantidade pequena de convênios com repasses celebrados pelo INPE, e de um procedimento de trabalho relativamente novo, o Instituto vem procurando se aprimorar e melhorar sua qualidade no gerenciamento das prestações de contas. Porém, com o número de aposentadorias aumentando e a não realização de concursos, o quadro de pessoal vem ficando cada vez menor, afetando áreas significativas do Instituto.

2.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) conta com 02 (dois) servidores designados para acompanhamento e controle dos convênios nacionais, conforme DE/DIR-2115.07. Suas atribuições visam instruir os interessados sobre os procedimentos a serem seguidos para elaboração das propostas de convênios e instrumentos congêneres, a serem submetidos à AGU/CJU; verificar a instrução processual conforme disposto na legislação pertinente; elaborar e encaminhar as vias definitivas dos convênios e instrumentos congêneres para as assinaturas de seus participantes; encaminhar à Gestão da Comunicação Normativa – GCN do instituto, a solicitação de portaria de designação de coordenador de convênio, baseada em documento próprio constante do processo, indicado e aprovado pelo Coordenador da área interessada; e elaborar e criar planilhas, controles e outros mecanismos para acompanhamento das parcerias nacionais. Esses servidores não participam da análise das prestações de contas parciais e finais.

No Instituto, as prestações de contas parciais e finais são analisadas e aprovadas pelo próprio gestor/coordenador do convênio e/ou seu substituto. O gestor tem como responsabilidade e autoridade a verificação da execução do plano de trabalho, cumprimento dos prazos estipulados, bem como a quantidade e qualidade da execução do objeto do convênio.

2.3.7 Informações sobre a execução de despesas

Despesas por modalidade de contratação

Quadro 27 - Despesas por modalidade de contratação - UG 240106 – INPE-S.J.CAMPOS – Fonte Tesouro Gerencial

Modalidade de Contratação	Despesa Executada (R\$)				Despesa paga (R\$)			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	57.682.299,88	45,62	58.049.000,32	49,28	38.309.937,67	48,81	35.604.894,47	57,35
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	243.963,05	0,19	0,00	0,00	231.314,85	0,29	0,00	0,00
c) Concorrência	7.958.076,82	6,29	8.691.864,46	7,38	1.631.726,69	2,08	1.225.662,20	1,97
d) Pregão	49.480.260,01	39,13	49.357.135,86	41,90	36.446.896,13	46,44	34.379.232,27	55,38
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	20.874.863,22	16,51	31.052.257,91	26,36	17.108.999,96	21,80	20.747.519,67	33,42
h) Dispensa	18.938.755,61	14,98	29.961.647,30	25,43	15.909.987,46	20,27	19.728.577,92	31,78
i) Inexigibilidade	1.936.107,61	1,53	1.090.610,61	0,93	1.199.012,50	1,53	1.018.941,75	1,64
3. Regime de Execução Especial	18.170,61	0,01	38.886,30	0,03	18.170,61	0,02	38.886,30	0,06
j) Suprimento de Fundos	18.170,61	0,01	38.886,30	0,03	18.170,61	0,02	38.886,30	0,06
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	429.743,53	0,34	873.931,31	0,74	424.335,73	0,54	873.931,31	1,41
k) Pagamento em Folha	49.928,65	0,04	101.740,54	0,09	44.520,85	0,06	101.740,54	0,16
l) Diárias	379.814,88	0,30	772.190,77	0,66	379.814,88	0,48	772.190,77	1,24
5. Total das Despesas (1+2+3+4)	79.005.077,24	62,48	90.014.075,84	76,41	55.861.443,97	71,18	57.265.231,75	92,24
6. Total das Despesas da UPC	126.446.141,79	100	117.805.221,36	100	78.482.195,06	100	62.083.043,23	100

Quadro 28 - Despesas por Modalidade de Contratação UG Executora: 240107 – INPE-NATAL – MCTIC

Modalidade de Contratação	Despesa Executada (R\$)				Despesa paga (R\$)			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.088.828,44	85,61	1.859.637,16	81,90	1.459.170,59	82,72	1.620.655,84	83,22
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	2.088.828,44	85,61	1.859.637,16	81,90	1.459.170,59	82,72	1.620.655,84	83,22
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	350.964,67	14,39	410.899,93	18,10	304.781,54	17,28	326.855,32	16,78
h) Dispensa	344.431,13	14,12	377.435,93	16,62	298.965,81	16,95	308.370,55	15,83
i) Inexigibilidade	6.533,54	0,27	33.464,00	1,47	5.815,73	0,33	18.484,77	0,95
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)								
k) Pagamento em Folha								
l) Diárias								
5. Total das Despesas (1+2+3+4)	2.439.793,11	100	2.270.537,09	100	1.763.952,13	100	1.947.511,16	100
6. Total das Despesas da UPC	2.439.793,11	100	2.270.537,09	100	1.763.952,13	100	1.947.511,16	100

Quadro 29 - Despesas por Modalidade de Contratação UG Executora: 240108 – INPE-C.PAULISTA – Fonte SIAFI

Modalidade de Contratação	Despesa Executada (R\$)				Despesa paga (R\$)			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	180.053,32		265.446,94		180.053,32		265.446,94	
h) Dispensa	162.120,95	90,04	178.685,27	67,31	162.120,95	90,04	178.685,27	67,31
i) Inexigibilidade	17.932,37	9,96	79.445,36	29,93	17.932,37	9,96	79.445,14	29,93
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos	0,00		7.316,31	2,76	0,00		7.316,31	2,76
4. Pagamento de Pessoal (k+l)								
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Total das Despesas (1+2+3+4)	180.053,32		265.446,94	100	180.053,32	100	265.446,94	100
6. Total das Despesas da UPC	180.053,32	100	265.446,94	100	180.053,32	100	265.446,94	100

Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 30 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - UG executora: 240106: INPE - S.J.CAMPOS

DESPESAS CORRENTES (Valores em Reais)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Pessoal								
13 - Obrigações Patronais	42.339,73	40.960,51	42.339,73	40.960,51	0,00	0,00	36.931,93	40.960,51
07 - Contribuição a Entidade Fechada previdência	7.588,92	10.709,05	7.588,92	10.709,05	0,00	0,00	7.588,92	10.709,05
Demais elementos do grupo	0,00	50.070,98	0,00	50.070,98	0,00	0,00	0,00	50.070,98
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	40.292.614,01	48.396.455,09	34.490.429,16	38.544.169,41	5.802.184,85	9.852.285,68	34.490.429,16	35.554.020,01
37 - Locação de Mão de Obra	18.357.307,24	21.291.033,50	16.716.381,25	19.463.304,19	1.640.925,99	1.827.729,31	16.716.381,25	19.463.304,19
41 - Contribuições	13.680.229,22	1.031.554,98	7.554.479,47	401.000,00	6.125.749,75	630.554,98	7.554.479,47	401.000,00
Demais elementos do grupo	5.937.893,01	4.650.907,07	4.398.044,80	3.796.878,96	1.539.848,21	854.028,11	4.398.044,80	3.783.081,26
DESPESAS DE CAPITAL (Valores em Reais)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
41 - Contribuições	30.489.322,50	22.100.644,15	11.861.000,00	0,00	18.628.322,50	22.100.644,15	11.861.000,00	0,00
52 - Equipamento e Material Permanente	15.061.821,97	16.181.467,97	2.771.490,58	3.492.504,13	12.290.331,39	12.688.963,84	2.771.490,58	1.156.826,45
Demais elementos do grupo	2.577.025,19	4.051.418,06	645.848,95	2.126.890,38	1.931.176,24	1.924.527,68	645.848,95	1.623.070,78
Totais	126.446.141,79	117.805.221,36	78.487.602,86	67.926.487,61	47.958.538,93	49.878.733,75	78.482.195,06	62.083.043,23

Quadro 31 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - UG Executora: 240107 – INPE -NATAL

DESPESAS CORRENTES (Valores em Reais)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA (339037)	1.563.384,65	1.697.416,17	1.381.049,74	1.490.475,51	182.334,91	206.940,66	1.381.049,74	1.484.633,23
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (339039)	441.597,58	399.749,13	277.966,59	343.707,36	163.630,99	56.041,77	277.966,59	329.707,36
Demais elementos do grupo	183.379,42	133.684,35	74.141,36	109.904,42	109.238,06	23.779,93	74.141,36	109.581,02
DESPESAS DE CAPITAL (Valores em Reais)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (449052)	246.554,46	38.699,55	25.917,44	23.589,55	220.637,02	15.110,00	25.917,44	23.589,55
Demais elementos do grupo	4.877,00	987,89	4.877,00	0,00	0,00	987,89	4.877,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Quadro 32 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - UG Executora: 240108: INPE - C.PAULISTA – Fonte SIAFI

DESPESAS CORRENTES (Valores em Reais)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Pessoal								
2.								
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 - Contribuição a Entidade Fechada previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								

30 – Material de Consumo de Pessoa Jurídica	85.494,94	76.621,69	0,00	76.621,69	0,00	0,00	85.494,94	76.621,69
36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	72.647,80	170.880,72	0,00	170.880,72	0,00	0,00	72.647,80	170.880,72
37 - Locação de Mão de Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	4.193,37	0,00	4.193,37	0,00	0,00	0,00	4.193,37
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
41 - Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 - Equipamento e Material Permanente	20.410,58	13.751,16	20.410,58	13.751,16	0,00	0,00	20.410,58	13.751,16
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	180.053,32	265.446,94	21.910,58	265.446,94	0,00	0,00	180.053,32	265.446,94

Análises críticas

UG 240.106 – São José dos Campos SP e UG 240.108 – Cachoeira Paulista SP:

Verifica-se que a distribuição de despesa por modalidade se apresenta de forma geral constante nos dois últimos anos, destacando-se a concentração de gastos por meio de Pregão Eletrônico em atendimento as disposições legais.

O Instituto vem utilizando com maior frequência a modalidade “convênio” para efetuar a execução orçamentária e financeira do seu orçamento, a exemplo do ocorrido no exercício de 2015. No exercício de 2016 foi descentralizado para a Fundação de Apoio credenciada o montante de R\$ 44.130.543,53, o que se encontra incluído no total das despesas da UPC.

Observa-se, ainda, que houve redução dos gastos com diárias e passagens, decorrente da limitação determinada pela Portaria/MPOG nº 67, 01 de março de 2016.

UG 240.107 – Centro Regional de Nordeste (CRN), Natal RN:

No Centro Regional do Nordeste não tivemos oscilações significativas nos valores totais das despesas no ano de 2016 comparado com o ano de 2015.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O desempenho da gestão do INPE é acompanhado semestralmente e avaliado anualmente por meio da verificação objetiva do cumprimento de metas pactuadas a cada ano com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Para tanto, são utilizados indicadores de produção científica, tecnológica, industrial e de gestão, apresentados na tabela abaixo, que traz também informações sobre sua evolução nos últimos três anos, os valores pactuados e os resultados efetivamente obtidos no ano de 2016:

Quadro 33 – Indicadores de produção científica, tecnológica, industrial e de gestão

INDICADORES			SÉRIE HISTÓRICA			2016		
Físicos e Operacionais (cumulativo)	Unidade	Peso	2013	2014	2015	Total pactuado	Realizado 1º. Sem	Total realizado
<i>IPUB – Índice de Publicação</i>	Pub/téc	3	0,58	0,61	0,46	0,45	0,39	0,74
<i>IGPUB – Índice Geral de Publicação</i>	Pub/téc	3	2,14	1,7	2,24	2	0,91	2,58
<i>ITESE – Indicador de Teses e Dissertações</i>	Nº	3	126	136	135	120	91	130
<i>PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos</i>	Nº/téc	3	2,1	2,1	1	1,5	0,52	0,92
<i>IPin – Índice de Propriedade Intelectual</i>	Nº	2	4	2	3	2	0	2
<i>IDCT – Índice de Divulgação Científica e Tecnológica</i>	Nº/téc	3	3,9	2,7	3,4	3	1,54	4,11
Físicos e Operacionais (não cumulativo)	Unidade	Peso	2013	2014	2015	Total pactuado	Realizado 1º. Sem	Total realizado
<i>IPS - Índice de Produtos e Serviços</i>	Nº	2	221	305	242	240	247	292
<i>IAL – Índice de Acesso Livre às Publicações</i>	%	2	76	73	68	60	59	61
<i>IPV - Índice de Publicações Vinculadas a Teses e Dissertações</i>	Nº/Teses	2	1,4	0,85	0,54	0,5	0,73	0,72
<i>IATAE - Índice de Atividade em Tecnologia Aeroespacial</i>	HH/téc	2	58	59	63	50	67	48
<i>PIN – Participação da Indústria Nacional</i>	%	2	84	74	68	50	91	73
Físicos e Operacionais (não cumulativo)	Unidade	Peso	2013	2014	2015	Total pactuado	Realizado 1º. Sem	Total realizado
<i>PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional</i>	Nº	2	49	46	38	35	38	48
<i>PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional</i>	Nº	2	48	44	31	30	32	31

INDICADORES			SÉRIE HISTÓRICA			2016		
FQ – Fator de Qualidade	Nº/Pub	3	8,3	8,4	8,2	8	8,6	8,4
Administrativo-Financeiros	Unidade	Peso	2013	2014	2015	Total pactuado	Realizado 1º. Sem	Total realizado
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	%	2	47	35	24	25	19	42
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	%	2	29	46	74	70	175	75
IEO - Índice de Execução Orçamentária	%	2	57	64	99	100	52	86
Recursos Humanos	Unidade	Peso	2013	2014	2015	Total pactuado	Realizado 1º. Sem	Total realizado
ICT – Índice de Capacitação e Treinamento	%	2	0,38	0,43	0,35	0,40	0,18	0,21
PRB – Participação Relativa de Bolsistas	%	-	15	13	13	13	14	12
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	%	-	36	37	40	35	28	29
Inclusão Social			2013	2014	2015	Total pactuado	Realizado 1º. Sem	Total realizado
IBAD – Índice de Beneficiários em atividades de Divulgação de C,T&I	No.	-	-	7936	14834	10000	7862	18665

Análise individual dos indicadores

A seguir são apresentadas a composição dos índices e as análises dos indicadores.

Quadro 34 - IPUB - Índice de publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPUB = NPSCI/TNSE	Número de publicações por técnico	0,45	0,74
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPSCI	Número de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano	375	
TNSE	∑ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTIC completados ou a completar na vigência do TCG.	506	

Comentários: O valor apurado ficou acima do pactuado para esse ano e acima do apurado em 2015, mesmo considerando a redução do número de técnicos de nível superior (TNSE), devido a aposentadorias de pesquisadores e tecnólogos. Dois fatores possivelmente contribuíram para o resultado. 1) O esforço dos cursos de pós-graduação pela publicação de artigos em periódicos qualificados. 2) A implementação de um novo método de coleta de informações pelo Serviço de

Informação e Documentação do INPE, que incluiu a consulta individual a cada autor do Instituto e a visita aos sites de congressos e periódicos, em complemento à consulta às bases de informações científicas.

Quadro 35 -IGPUB - Índice geral de publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IGPUB = NGPB/TNSE	Número de publicações por técnico	2	2,58
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NGPB	(Número de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (Nº de capítulo de livros), no ano	1307	
TNSE	\sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.	506	

Comentários: O valor apurado para o IGPUB ficou 25% acima do pactuado. O número de publicações em eventos (congressos, simpósios, workshops etc) ficou abaixo do esperado devido, principalmente, às restrições orçamentárias impostas no período, que dificultaram a participação da comunidade científica do Instituto em eventos externos, e por não ser ano de realização do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBRS), que conta com a participação expressiva de servidores e alunos do Instituto. Por outro lado, o trabalho de coleta de publicações realizado pelo Serviço de Informação e Documentação do INPE, que consistiu na consulta individual a cada autor do Instituto e ainda na visita aos sites de congressos e periódicos, em complemento à consulta às bases de informações científicas, mostrou um excelente resultado. Assim, o número coletado de publicações ficou muito próximo ao do ano de 2015, no qual foi realizado o referido evento.

Quadro 36 - ITESE - Índice de teses e dissertações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
ITESE=NTD	Número	120	130
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NTD	Número de teses e dissertações finalizadas no ano com orientador pertencente ao quadro funcional do INPE	130	

Comentário: O valor apurado ficou acima do valor pactuado para este ano, porém ficou um pouco abaixo do obtido no ano anterior (135 defesas). Estima-se que, devido a elevada quantidade de aposentadorias de pesquisadores e tecnologistas – potenciais orientadores nos cursos de pós-graduação – possa haver decréscimo de teses e dissertações defendidas nos próximos anos.

Quadro 37 - PcTD - Índice de processos e técnicas desenvolvidos

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PcTD = NPTD/TNSEt	Número de processos e técnicas por técnico	1,5	0,92
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPTD	Número total de processos, protótipos, <i>softwares</i> e técnicas desenvolvidas no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos	417	
TNSEt	∑ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.	451	

Comentário: O número total de processos e técnicas desenvolvidos teve queda de mais de 50% nos últimos dois anos. Embora em algumas áreas do Instituto o número tenha se mantido estável ou crescido, o desenvolvimento de processos e técnicas nas áreas de engenharia e tecnologia espacial e, conseqüentemente, de integração e testes, impactaram o resultado. A redução de demanda por parte de alguns segmentos da indústria que mais utilizam os serviços do Instituto – telecomunicações e automotiva – também contribuiu para esse resultado.

Quadro 38 -IPin - Índice de propriedade intelectual

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPin=NP	Número	2	2
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NP	Número de pedidos de privilégio de patente, protótipos, <i>softwares</i> , modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior.	2	

Comentário: O valor do indicador refere-se aos pedidos de privilégio de patente protocolados pelo INPE, através do Núcleo de Inovação Tecnológica (NUINT), junto ao INPI. São eles: Pedido de patente de invenção depositado no INPI sob nº BR 10 2016 028341-8 em 02/12/2016; e pedido de patente de invenção depositado no INPI sob nº BR 10 2016 028342-6 em 02/12/2016. Em 2016 foram concedidos três registros de programa de computador, registros estes já informados no IPin de 2015 na forma de depósito realizado. O INPE está aguardando a celebração dos pedidos de patente depositados por instituições parceiras no desenvolvimento de pesquisa com o INPE, cujos processos de regularização de direito a titularidade do Instituto estão em análise junto à Consultoria Jurídica da União (CJU).

Quadro 39 - IDCT - Índice de Divulgação Científica e Tecnológica

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IDCT = NDCT / TNSE	Número	3	4,11
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NDCT	Número de cursos de extensão e divulgação, palestras, artigos, entrevistas, demonstrações técnico-científicas, comprovados através de documento adequado, realizados no ano por pesquisadores e tecnólogos vinculados à Unidade de Pesquisa.	2081	
TNSE	∑ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.	506	

Comentário: A meta pactuada foi superada. O número total de divulgações (NDCT) foi ligeiramente inferior ao ano de 2015, no entanto, é importante registrar o esforço das Coordenações, Centros e Laboratórios em desenvolver atividades como cursos, palestras, entrevistas e demonstrações técnico-científicas no país e no exterior ainda que tenha havido queda no número de recursos humanos no Instituto nos últimos anos. Entre os anos de 2013 e 2016 a média foi de 2.132 divulgações.

Quadro 40 - IPS - Índice de produtos e serviços

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPS = NPS	Número (não cumulativo)	240	292
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPS	Número de produtos e serviços disponibilizados para o governo e sociedade, seja mediante contrato de venda ou prestação de serviços, seja distribuído gratuitamente no ano.	292	

Comentário: A superação da meta em 2016 se deve, principalmente, ao aumento de produtos e serviços desenvolvidos pelas áreas de Ciência do Sistema Terrestre, Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, Centro Regional do Nordeste e Centro Regional da Amazônia. O número de produtos e serviços disponibilizados cresceu aproximadamente 20% em relação ao ano anterior.

Quadro 41 - IAL - Índice de acesso livre às publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IAL = (NPBAL/NTPB) * 100	Número (não cumulativo)	60	61
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPBAL	Número de publicações com texto completo com acesso livre no ano	563	
NTPB	Número total de publicações no ano	916	

	com texto completo	
--	--------------------	--

Comentário: O valor apurado ficou um ponto percentual acima do valor pactuado. O valor pactuado sofreu redução de 70% (em 2015) para 60% (em 2016) tendo em vista o aumento de publicação em periódicos, que em sua maioria são de acesso restrito, combinado com a redução nas publicações em eventos externos, que são de acesso livre. Em termos absolutos, o número de publicações disponibilizadas em acesso aberto (NPBAL) teve redução de 25% em relação a 2015.

Quadro 42 – IPV - Índice de publicações vinculadas a teses e dissertações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPV = PUB / NTD	Número (não cumulativo)	0,50	0,72
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
PUB	Número acumulado de artigos completos publicados ou aceitos em revistas, anais de congresso ou capítulos de livro diretamente vinculados a teses ou dissertações finalizadas no ano	93	
NTD	Número total de teses e dissertações finalizadas no ano com orientador pertencente ao quadro funcional do INPE	130	

Comentário: Durante o ano foi realizado um trabalho junto aos orientadores dos programas de pós-graduação do INPE no sentido de informar as publicações de seus orientados, para que o SESID faça a devida vinculação às respectivas teses e dissertações. Entretanto, o valor ainda ficou abaixo da expectativa, que é de 1, valor considerado ideal (1 artigo por dissertação/tese defendida).

Quadro 43 - IATAE - Índice de Atividade em Tecnologia Industrial Básica Aeroespacial

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IATAE = NAER / (NAER + NDIFAER) * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	50	48
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NAER	Nº de homens-hora dedicados às atividades na área Aeroespacial (atividades de montagem e integração, e atividades de tecnologia industrial básica na área aeroespacial), no ano.	55.551	
NDIFAER	Nº de homens-hora dedicados aos setores industriais diferentes do setor aeroespacial, no ano. Essas atividades incluem as atividades de metrologia e qualificação de componentes, produtos e processos.	59.078	

Comentário: A previsão do IATAE para 2016 (50%) foi inferior ao resultado de 2015 (63%) porque não havia previsão de contratação pelo INPE de equipamentos de satélites junto à indústria, nem planejamento de ensaios de satélites no COLIT, em 2016. Em 2015, houve ensaios do modelo térmico do satélite Amazônia 1 e todo o esforço de montagem, integração e testes associado e, além disso, em 2015 foram testados nanosatélites. Em 2016, houve ensaios térmicos e de vibração do

nanossatélite NANOSATCBR-2 e atividades de preparação de montagem, integração e testes do Amazônia 1.

Quadro 44 - PIN - Participação da Indústria Nacional

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
$PIN = \frac{DIN}{DIN + DIE} * 100$	%, sem casa decimal (não cumulativo)	50	73
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
DIN	∑ dos dispêndios em contratos e convênios com indústrias nacionais que desempenhem atividades relacionadas à área espacial para efeito de projeto na área de satélites, fornecimento de partes e equipamentos de satélites ou outras atividades.	R\$ 45.641.275,77	
DIE	∑ dos dispêndios em contratos e convênios com indústrias estrangeiras que desempenhem atividades relacionadas à área espacial para efeito de projeto na área de satélites, fornecimento de partes e equipamentos de satélites ou outras atividades	R\$ 17.022.161,51	

Comentário: O índice superou a meta. O pagamento à indústria refere-se a atividades de Suporte ao Comissionamento do satélite CBERS-4, a atividades dos satélites da Série Amazônia, de desenvolvimento do satélite sino-brasileiro CBERS-4A e de eventos de contratos industriais que estavam inscritos em restos a pagar.

Quadro 45 - PPACI - Índice de projetos, pesquisas e ações de cooperação internacional

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PPACI = NPPACI	Número, sem casa decimal (não cumulativo)	35	48
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPPACI	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência ao país.	48	

Comentário: A meta foi superada, com destaque para a assinatura de Termo de Ajuste para a implementação do Plano de Trabalho do Anexo I do Programa de Cooperação que trata do estabelecimento de um Laboratório Conjunto China-Brazil para Clima Espacial no INPE, especificamente da instalação do Potassium-Rayleigh LIDAR em Santa Maria, com o National Space Science Center (NSSC) da China; e a assinatura de Programa de Cooperação e Desenvolvimento para o Programa de Monitoramento de Fogo por Satélite - SAFIM (Further Develop the Satellite Fire Monitoring Program) com a AEB e o DLR (German Aerospace Research Establishment) da Alemanha, entre outros.

Quadro 46 - PPACN - Índice de projetos, pesquisas e ações de cooperação nacional

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PPACN = NPPACN	Número, sem casa decimal (não	30	31

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR
NPPACN	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano	31

Comentário: Esse índice apresentou tendência de diminuição nos últimos anos devido ao fim da vigência de convênios/acordos/termos de cooperação firmados há mais de cinco anos (convênios do tipo “guarda-chuva”) sem que os gestores os renovassem ou fizessem aditivos, seja por não haver mais a necessidade de tal parceria ou por ser um convênio “guarda-chuva”, genérico, o que não é mais aprovado pela Consultoria Jurídica da União (CJU) nem pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A meta para 2016, em correção ao documento de Pactuação do Termo de Compromisso de Gestão é 30 (trinta). Deste modo, a meta de 2016 foi atingida.

Quadro 47 - FQ – Fator de qualidade

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
$FQ = (1/n) \sum_{i=1}^n f(Qualis(i))$	Número (não cumulativo)	8	8,4
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
N	Número de artigos publicados em revistas classificadas no Qualis	412	

Comentário: O aumento da publicação de artigos em periódicos avaliados pelo Qualis/Capes contribuiu para a elevação do Fator de Qualidade das publicações do INPE em 2016. Como apontado em relatórios anteriores, há necessidade de revisão da definição e das variáveis envolvidas no cálculo, uma vez que a utilização do Qualis da Capes como fator de avaliação da qualidade de periódicos é inadequada para o INPE, além de não ser totalmente abrangente (cerca de 30% dos periódicos nos quais o INPE publica artigos não estão classificados no Qualis atualmente).

Quadro 48 - APD - Aplicação em pesquisa e desenvolvimento

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
$APD = [1 - (DM / OCC)] * 100$	Número, sem casa decimal (não cumulativo)	25	42
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
DM	\sum das Despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano	R\$ 46.275.419,76	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas	R\$ 80.155.497,11	

Comentário: A meta pactuada foi rebaixada de 42% (em 2015) para 25% (em 2016), considerando os reajustes contratuais que seriam realizados no período. No entanto, o resultado mostra que as

medidas efetuadas pela administração do INPE com o objetivo de redução de despesas de manutenção, mesmo com o reajuste de tarifas e repactuação de contratos, tiveram resultado positivo nos últimos exercícios. Entre 2013 e 2014 houve aumento de 12% nas despesas com manutenção; entre 2014 e 2015 o aumento foi de 4%; e entre 2015 e 2016 houve decréscimo de 12% nas despesas. Ao lado disso, em 2016 o OCC aumentou 13% em relação ao ano de 2015, impactando no resultado desse índice.

Quadro 49 - RRP - Relação entre receita própria e OCC

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
RRP = RPT / OCC * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	70	75
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
RPT	Receita Própria Total incluindo a receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa)	R\$ 60.032.744,67	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas	R\$ 80.155.497,11	

Comentário: Esse índice reflete o esforço das áreas pela implementação de projetos com agências de fomento, como CNPq, Fapesp, Finep, entre outras. Houve aumento de aproximadamente 14% no total de receitas próprias via agências de fomento no ano de 2016 em relação ao ano de 2015. A meta de 2016 foi retificada para 70%, em correção ao documento de Pactuação do Termo de Compromisso de Gestão, no qual a meta registrada foi 45%.

Quadro 50 - IEO - Índice de execução orçamentária

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IEO = VOE / OCC_e * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	100	86
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
VOE	∑ dos valores de Custeio e Capital efetivamente empenhados e liquidados. Somente fonte 100.	R\$ 128.621.369,33	
OCC_e	Limite de empenho autorizado	R\$ 149.413.931,73	

Comentário: Em 2016, o índice de execução orçamentária do INPE foi de 86%, ficando abaixo da meta pactuada e do índice de 99% alcançado em 2015. Destaca-se, que houve um aumento dos valores efetivamente empenhados (variável VOE) da ordem de 7,14%, passando de R\$ 120,04 milhões para R\$ 128,62 milhões. Houve, também, um aumento do limite de empenho (variável OCC_e) da ordem 24,3%, passando de R\$ 120,20 milhões para R\$ 149,41 milhões, indicando uma recuperação significativa e importante na disponibilidade orçamentária no ano de 2016 em relação à 2015. O descompasso no aumento dessas variáveis deve-se, basicamente, ao cronograma de liberação orçamentária, onde parte expressiva do orçamento, da ordem de 46%, foi descentralizado

ao INPE somente no segundo semestre, destacando-se uma suplementação orçamentária de R\$ 20 milhões efetivada apenas no mês de novembro. Este atraso na liberação dos recursos ocasionou uma sobrecarga na já debilitada capacidade interna de instrução processual para aquisição de bens, de serviços e de contratos, assim como, em alguns casos, inviabilizou o prosseguimento de processos por impossibilidade de cumprimento de prazos legais, impactando na diminuição do índice de execução orçamentária.

Observações:

(1) O valor do OCCe foi calculado apenas para Fonte 100, conforme definição do termo VOE que compõe o indicador.

(2) Não foram considerados créditos de Pessoal.

Quadro 51 - ICT - Índice de capacitação e treinamento

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
ICT = ACT / OCC * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	0,40	0,21
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
ACT	Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano	R\$ 169.393,12	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas	R\$ 80.155.497,11	

Comentário: Embora tenham sido executados 97,66% do orçamento para as ações de Capacitação de Recursos Humanos do INPE, com a aplicação de recursos financeiros que permitiram desenvolver 139 ações de capacitação (58 eventos internos e 81 eventos externos), a meta não foi atingida em função do teto de gastos para tais ações em relação ao OCC. Deste modo, a meta deverá ser revista para o próximo ano.

Quadro 52 - PRB - Participação Relativa de Bolsistas

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PRB = [NTB / (NTB + NTS)] * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	13	12
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NTB	\sum dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano.	128	
NTS	Número total de servidores em todas as carreiras, no ano, inclusive CDT	917	

Comentário: O contingente de profissionais que atuam como bolsistas PCI representa em torno de 25% do quadro de Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (TNSE) no INPE e contribui com a condução de dezenas de projetos, agregando competências a diversas áreas do Instituto.

Quadro 53 - PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PRPT = $[\text{NPT} / (\text{NPT} + \text{NTS})] * 100$	%, sem casa decimal (não cumulativo)	35	29
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPT	∑ do pessoal terceirizado, no ano	366	
NTS	Número total de servidores em todas as carreiras, no ano, inclusive CDT	917	

Comentário: O pessoal terceirizado representa a força de trabalho dedicada à limpeza, manutenção, segurança e apoio administrativo. Embora nos últimos anos tenha sido tendência a necessidade de funcionários terceirizados para realizar as tarefas de cunho administrativo, sem os quais a rotina institucional ficaria muito prejudicada, houve redução de 40% no número de pessoal terceirizado no Instituto em relação ao ano de 2015, como resultado do esforço do Instituto para a redução de despesas.

Quadro 54 - IBAD - Índice de beneficiários em atividades de divulgação de C,T&I

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IBAD	Número	10.000	18.665
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
IBAD	Número total de participantes da comunidade não especializada na área de atuação do INPE, em atividades de divulgação da Ciência, Tecnologia e Inovação, organizadas pelo Instituto	18.665	

Comentário: A meta foi amplamente superada e deverá ser repactuada para o próximo período. Com a implementação do Repositório de Indicadores de Gestão (RING) houve um avanço no sistema de coleta de informações sobre o IBAD, o que fez com que aumentasse significativamente esse índice. Além das visitas aos laboratórios, foram oferecidos cursos de capacitação e treinamento, palestras, apresentações dos laboratórios, entre outros; para alunos, estudantes e sociedade em geral.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

De acordo com seu Regimento Interno (Portaria MCTI nº 5.149, de 14 de novembro de 2016), o INPE é dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão, DAS-5, é provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, (RI/INPE, art. 8º). O Diretor é nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo MCTIC (RI/INPE, art. 9º).

O Instituto conta com dois órgãos colegiados: o Conselho Técnico-Científico (CTC) e o Conselho de Pós-Graduação (CPG). No que tange à governança do Instituto, convém mencionar as competências do Conselho Técnico-Científico (CTC), que conta com treze membros nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (sete internos e seis externos), de acordo com a Portaria nº 802, de 10 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 174, de 11 de setembro de 2015, e que tem função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento de suas atividades científicas e tecnológicas (RI/INPE, art. 86):

I – supervisionar a política científica e tecnológica do Instituto, conforme o planejamento estratégico da instituição e o Plano Plurianual do Governo Federal;

II – avaliar os resultados dos projetos e atividades do INPE;

III – acompanhar a gestão de Recursos Humanos do INPE;

IV – recomendar novas atividades de ciência e tecnologia a serem desenvolvidas pelo Instituto e assessorar na sua implantação;

V – avaliar propostas de reformulação de atividades de ciência e tecnologia desenvolvidas pelo Instituto; e

VI – opinar sobre matérias submetidas pelo Presidente ou por membros em exercício.

Também é importante destacar a existência da Comissão de Ética do INPE que atua como instância consultiva do dirigente máximo e dos respectivos servidores do órgão, exercendo as atribuições constantes nos Decretos nº 1.171 de 22/06/1994 e nº 6.029, de 01/02/2007 (Portaria DE/DIR-761v15, de 19/2/2016). O funcionamento da Comissão foi sobrestado e a tramitação de todos os processos suspensos a partir de 01/09/2016, em razão de consulta enviada à Comissão de Ética Pública – CEP sobre a legalidade de sua atuação, frente ao fato de o INPE não ter ampla autonomia organizacional e administrativa/financeira. Em resposta datada de 31/01/2017 conclui a Comissão de Ética Pública que não há irregularidade na existência da Comissão de Ética do INPE, desde que sua “atividade esteja restrita à instauração, instrução e opinativo para amparar a decisão da Comissão de Ética do MCTIC, que poderá, inclusive, solicitar novas diligências e providências que entender necessárias, bem como seja precedida de regulamentação própria pelo ministro da Ciência e Tecnologia.” Dessa forma, a Comissão de Ética do INPE deliberou por realizar os ajustes indicados pela CEP e retomar o mais breve possível a análise dos processos que estavam sobrestados.

Em termos de comitês de apoio à governança, em outubro de 2014 foi criado o Comitê Assessor de Tecnologia da Informação (CATI), conforme DE/DIR-2832. O CATI é constituído por colaboradores das áreas finalísticas do INPE e da área de TI, e atua de forma consultiva junto à Coordenação de Tecnologia da Informação, cabendo-lhe dar pareceres sobre os seguintes assuntos relacionados à TIC:

- Conteúdo e divulgação do PETI e PDTI;

- Procedimentos para atendimento a requisitos de governança e segurança em tecnologia da informação e comunicações e governo eletrônico;
- Planejamento de médio e longo prazo, prioridades e distribuição dos recursos de TIC;
- Gerenciamento de dados;
- Padrões de qualidade e avaliação de desempenho dos serviços de TIC;
- Metodologias de desenvolvimento de sistema de informação;
- Procedimentos para aquisição de produtos e serviços de TIC;
- Novas tecnologias a serem utilizadas;
- Normas internas relacionadas a TI.

Os Comitês Assessores das Unidades Finalísticas (RE/DIR 119.13, de 6/10/2014) também podem ser considerados como instâncias de governança do Instituto, uma vez que entre suas atribuições estão:

- Assessorar o titular da unidade finalística na análise, avaliação e elaboração de propostas relacionadas a assuntos técnicos, científicos, acadêmicos, administrativos e orçamentários, emitindo pareceres, quando pertinente, sobre cada assunto tratado;
- Discutir e participar da elaboração do planejamento estratégico da unidade finalística levando em consideração os temas: conjuntura e perspectivas, linhas de ação, proposta e aprovação de projetos, obtenção de recursos externos, formação de recursos humanos, capacitação de servidores, reposição de vagas, contratação de pessoal, promoção de eventos e intercâmbio, e indicadores de desempenho da unidade;
- Acompanhar ao longo do ano o uso de recursos alocados à unidade finalística, nas principais alíneas que compõem o seu orçamento, em consonância com as propostas aprovadas; e
- Realizar o controle e a gestão da execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados nos termos da Lei n.8.958, de 1994, regulamentada pelo Decreto n. 7.423, de 2010, que envolvam aplicação de recursos públicos, entre outros (RE/DIR-119.13)

São oito os Comitês Assessores de Unidades Finalísticas do INPE: Comitê Assessor da Coordenação Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas (DE/DIR-590), Comitê Assessor do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (DE/DIR-588), Comitê Assessor do Centro de Rastreamento e Controle de Satélites (DE/DIR-587), Comitê Assessor da Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial (DE/DIR-592), Comitê Assessor da Coordenação-Geral de Observação da Terra (DE/DIR-1959), Comitê Assessor do Centro de Ciência do Sistema Terrestre – CST (DE/DIR-2736), Comitê Assessor do Laboratório de Integração e Testes (DE/DIR-835), e Comitê Assessor da Coordenação de Laboratórios Associados – CTE (DE/DIR-589).

No início de 2016, foi criada a Coordenação de Controle Interno (RE/DIR-568v08), entretanto, com a reestruturação ocorrida no segundo semestre em função da perda de sete cargos comissionados da área de Gestão e do início da gestão da nova Direção do Instituto, essa coordenação foi transformada em Coordenação de Acompanhamento de Processos e Formalização de Atos Normativos – COAPF. Salienta-se que as atribuições da Coordenação extinta foram incorporadas à nova Coordenação. Os seguintes cargos foram extintos em 16/11/2016:

- DAS 102.3 - Assessor Técnico
- DAS 102.2 - Assistente
- DAS 102.1 - Assistente Técnico
- DAS 101.1 - Serviço Controle de Orçamentário e Financeiro das Unidades Regionais
- DAS 101.1 - Serviço de Apoio às Unidades Regionais
- DAS 101.1 - Serviço de Tecnologia da Informação
- DAS 101.1 - Serviço de Assistência e Benefícios

Sempre que a legislação assim o determine, ou sempre que julgue necessário ou conveniente, o Diretor no Instituto pode contar com comitês, comissões permanentes e temporárias e grupos de trabalho para assessorar seu trabalho e conduzir as atividades do Instituto. Atualmente, o INPE conta com as seguintes comissões permanentes:

Quadro 55 - Comissões Permanentes do INPE

Número	Nome da Comissão
DE/DIR 316v30	COMISSÃO PERMANENTE PARA ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL
DE/DIR 515v04	COMISSÃO PERMANENTE PARA PROTEÇÃO RADIOLÓGICA
DE/DIR 564v07	COMISSÃO PERMANENTE PARA ANÁLISE DE CATEGORIA ECONÔMICA – URC
DE/DIR 571v16	COMISSÃO PERMANENTE PARA CESSÃO, ALIENAÇÃO, INUTILIZAÇÃO, ABANDONO E BAIXA DE MATERIAIS INSERVÍVEIS NO INPE/ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
DE/DIR 593v09	COMISSÃO PERMANENTE PARA CESSÃO, ALIENAÇÃO, INUTILIZAÇÃO, ABANDONO E BAIXA DE MATERIAIS INSERVÍVEIS - INPE/CACHOEIRA PAULISTA
DE/DIR 594v08	COMISSÃO PERMANENTE PARA CESSÃO, ALIENAÇÃO, INUTILIZAÇÃO, ABANDONO E BAIXA DE MATERIAIS INSERVÍVEIS INPE/CUIABÁ
DE/DIR 595v11	COMISSÃO PERMANENTE PARA CESSÃO, ALIENAÇÃO, INUTILIZAÇÃO, ABANDONO E BAIXA DE MATERIAIS INSERVÍVEIS INPE/NATAL
DE/DIR 669v16	COMISSÃO PERMANENTE DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
DE/DIR 672v21	COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE LICITAÇÃO
DE/DIR 805v20	COMISSÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SECRETARIADO
DE/DIR 988v23	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CP
DE/DIR 991v29	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – SJC
DE/DIR 1078v27	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CENTRO REGIONAL DO NORDESTE – CRN
DE/DIR 1203v14	COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
DE/DIR 1665v01	COMISSÃO PERMANENTE PARA ANÁLISE DE CATEGORIA ECONÔMICA – SJC
DE/DIR 1938v12	COMISSÃO PERMANENTE DE QUÍMICA – COPERQUIM
DE/DIR 2052v05	COMISSÃO PERMANENTE PARA PAISAGISMO DO INPE
DE/DIR 2145	COMISSÃO PERMANENTE DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS
DE/DIR 2621v04	COMISSÃO PERMANENTE PARA PAISAGISMO DO INPE EM CACHOEIRA PAULISTA – CP
DE/DIR 2665v03	COMISSÃO PERMANENTE PARA ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL DO CENTRO REGIONAL DO NORDESTE – CRN
DE/DIR 2686v03	COMISSÃO PERMANENTE PARA REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DOS BENS DO CENTRO REGIONAL DO NORDESTE – CRN
DE/DIR 2756	COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS SIGILOSOS – CPADS

DE/DIR 2758v01	COMISSÃO PERMANENTE DE MANUTENÇÃO PREDIAL
DE/DIR 2821v01	COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSORAMENTO TÉCNICO EXCLUSIVA PARA TRATAMENTO DE QUESTÕES ATINENTES À COOPERAÇÃO DO INPE COM OUTROS PAÍSES
DE/DIR 2924	GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA REVISÃO DOS REGULAMENTOS DE SEGURANÇA ESPACIAL DA AEB

No exercício de 2016, foram criadas as seguintes comissões temporárias:

Quadro 56 - Comissões Temporárias criadas 2016 (exceto Comissões de Sindicância)

Número	Nome da Comissão
DE/DIR-2883	COMISSÃO TÉCNICA PARA RECEBIMENTO DE MATERIAIS E ACOMPANHAMENTO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE BACK-UP DE ENERGIA PARA O CPTEC
DE/DIR-2886	COMISSÃO PARA CONDUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS ROTINEIRAS DE PREVENÇÃO E ELIMINAÇÃO DE FOCOS DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI NAS UNIDADES DO INPE
DE/DIR-2887	COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS ESTAÇÕES TERRENAS DO INPE
DE/DIR-2891	COMISSÃO DE ESTUDO SOBRE REDUÇÃO DE DESPESAS DE CONTRATOS DE GESTÃO
DE/DIR-2900	COMISSÃO ORGANIZADORA DAS SOLENIDADES DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO INPE
DE/DIR-2918	COMISSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DO INPE
DE/DIR-2920	COMISSÃO ORGANIZADORA DAS SOLENIDADES DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO INPE - CP
DE/DIR-2923	COMISSÃO PARA REVISÃO DA NORMA DE RELACIONAMENTO DO INPE COM FUNDAÇÕES DE APOIO
DE/DIR-2925	COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO FÍSICO ANUAL DO CENTRO REGIONAL DO NORDESTE
DE/DIR-2926	COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO FÍSICO ANUAL DE MATERIAL EM ESTOQUE NO INPE/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
DE/DIR-2927	COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO FÍSICO ANUAL DE BENS PATRIMONIAIS NO INPE/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
DE/DIR-2928	COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO FÍSICO ANUAL DE BENS PATRIMONIAIS NO INPE/CACHOEIRA PAULISTA
DE/DIR-2929	COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO FÍSICO ANUAL DE MATERIAL EM ESTOQUE NO INPE/CACHOEIRA PAULISTA

3.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

Em 2016 foram instaurados dezessete processos de sindicância investigativa, dos quais dois geraram dois processos administrativos disciplinares. Nenhum servidor foi indiciado nos processos já concluídos.

Em linhas gerais, os assuntos tratados nos processos foram: Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos; Falta de urbanidade, conduta escandalosa, incontinência pública e reconhecimento de dívida.

Os processos instaurados e concluídos no exercício de 2016 foram devidamente registrados no Sistema CGU-PAD pela Coordenação de Recursos Humanos.

Os processos instaurados em 2016 e não concluídos já se encontram cadastrados no sistema CGUPAD, no entanto suas ocorrências e os processos a instaurar no Instituto serão efetuados, com o intuito de atender aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

O INPE atuou em conformidade com os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, no entanto os processos não foram incluídos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, no prazo de 30 dias a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, contudo, todos os processos instaurados em 2016 estão devidamente registrados no sistema CGUPAD.

A desconformidade se deve em razão de não haver no INPE unidade específica para gerir os processos disciplinares instaurados no Instituto, ficando o registro no sistema CGUPAD a cargo de servidores da CRH designados para tal.

Esses servidores têm atividades específicas de RH e se esforçam para manter o sistema atualizado. O acesso ao sistema CGUPAD não pode ser compartilhado com os servidores que não têm designação e nem com os colaboradores da área (terceiros e estagiários).

3.3 Gestão de riscos e controles internos

O INPE não possui, até o momento, uma estrutura especificamente montada para tratar de forma sistemática da gestão de risco e controle interno das áreas administrativa e finalísticas. Não obstante, sempre atuou, e continua atuando, no sentido de eliminar ou minimizar os riscos de não cumprimento de compromissos assumidos com o MCTIC, com a AEB, com os órgãos fiscalizadores e com os parceiros do setor privado e de instituições de pesquisa, desenvolvimento e ensino do Brasil e do exterior. Como exemplos de ações neste sentido destacam-se: formalização de objetivos e metas, por meio de processos de planejamento, com clara identificação dos processos críticos para sua consecução; acompanhamento contínuo, por meio de reuniões periódicas da Direção, com todos os coordenadores das áreas de gestão e de pesquisa e desenvolvimento; identificação de processos estratégicos com vistas a diagnosticar os riscos e tomar ações para mitigá-los, quando necessário; acompanhamento semestral de cumprimento de metas físicas; controle continuado de todo o processo de execução orçamentária por meio de sistema informatizado – SIPLAN; coleta de indicadores de forma também informatizada – Sistema RING; aderência às normas e regulamentos para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade; implantação do sistema SEI de circulação eletrônica de documentos e processos, cumprimento dos pareceres sobre a legalidade dos processos analisados pela CJU; e adoção de política da transparência dos atos públicos.

Com relação ao Controle Interno, embora o INPE não possua um setor institucionalizado para tal encargo, sempre se empenhou no acompanhamento de seus processos internos e no atendimento tempestivo às demandas provenientes dos Órgãos de Controle. A maior dificuldade para a institucionalização do Controle Interno no Instituto reside na falta crônica de pessoal, notadamente na área de gestão. Mesmo assim, no início de 2016, foi instituída a Coordenação de Controle Interno com atribuições limitadas, não tão abrangentes quanto aquelas previstas na Constituição Federal e legislação correlata, atinentes aos Órgãos de Controle Interno. Entretanto, em meados do mesmo ano o INPE, por determinação do então MCTI, foi obrigado a se desfazer de sete Cargos

Comissionados da área de Gestão. Com a reestruturação necessária essa coordenação foi extinta, mas as atribuições foram mantidas na recém-criada Coordenação de Acompanhamento de Processos e Formalização de Atos Normativos.

Diante dos mecanismos que o INPE dispõe atualmente, concernentes à gestão de riscos e controles internos, constata-se que os principais riscos identificados para o cumprimento de sua Missão consistem no acentuado decréscimo de servidores, em especial da área de gestão e nos contingenciamentos de recursos orçamentários e financeiros. Ainda que, como órgão da Administração Direta, o INPE tenha limitada governabilidade para atuar sobre esses riscos, busca como política permanente a gestão junto aos órgãos responsáveis visando minimizá-los, de forma a permitir que o INPE permaneça sendo um órgão de excelência e que possa cumprir sua missão de produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

Com a publicação da Instrução Normativa Conjunta, INC N^o 1, de 10 de maio de 2016, do MPOG e CGU, que sinaliza para a criação de medidas de sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, ao controle interno e à governança, o INPE está iniciando, apesar da falta crônica de pessoal de gestão, um trabalho de estruturação de uma sistemática para criação de um mapa de riscos, tanto da área de Gestão como na área de Pesquisa e Desenvolvimento, e definição de procedimentos sistemáticos de controles internos para eliminação e ou mitigação dos riscos, limitados à capacidade operacional da força de trabalho hoje existente.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

As informações sobre composição da força de trabalho, despesas com pessoal, gestão de riscos relacionados ao pessoal e contratação de pessoal de apoio e estagiários estão detalhadas nas seções seguintes deste capítulo, respectivamente: “Estrutura de pessoal da Unidade”, “Demonstrativo de despesas com pessoal”, “Gestão de riscos relacionados ao pessoal”, e “Contratação de pessoal de apoio e estagiários”.

Outras informações relevantes são detalhadas a seguir:

Qualificação da força de trabalho

Quadro 57 - Expectativa de aposentadoria dos servidores da UPC

Cargo	Servidores ativos (2016)	Expectativa de aposentadorias por ano					
		2017 (possíveis)	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Pesquisador	167	72	8	3	7	9	68
Assistente de Pesquisa	15	0	0	0	0	0	15
Analista em C&T	75	22	3	2		3	45
Assistente em C&T	102	48	14	5	5	3	27
Auxiliar em C&T	11	6	1	1	1	1	1
Tecnologista	337	114	15	10	12	12	174
Técnico	210	64	9	8	11	9	109
Auxiliar Técnico	2	0	1	0	0	0	1
Anistiado	6	0	0	0	0	0	6
Exercício provisório	1	0	0	0	0	0	1
Nomeado Cargo Comissão	6	6	0	0	0	0	0
Requisitado	2	2	0	0	0	0	0
	934	334	51	29	36	37	447
Total Geral	934			487			447

Fonte SIAPE – dez 2016

A idade média dos servidores do INPE é de 51,32 anos.

Quadro 58 - Escolaridade dos servidores da UPC

Cargo	Escolaridade							Total Geral
	Doutorado	Mestrado	Especialização	1º Grau Completo	1º Grau Incompleto	2º Grau Completo	3º Grau Completo	
Pesquisador	164	3						167
Assistente de Pesquisa	11	4						15
Analista em C&T	21	25	29					75
Assistente em C&T			101			1		102
Auxiliar em C&T			9	1	1			11
Tecnologista	146	118	65				8	337
Técnico			208			2		210
Auxiliar Técnico			2					2
Anistiado				1		3	2	6
Exercício provisório							1	1
Nomeado Cargo Comissão	3	2					1	6
Requisitado	1						1	2
Total Geral	346	152	414	2	1	6	13	934

Fonte: SIAPE dez 2016

Relação entre servidores efetivos e temporários

O INPE não possui servidores temporários.

Política de capacitação e treinamento do pessoal

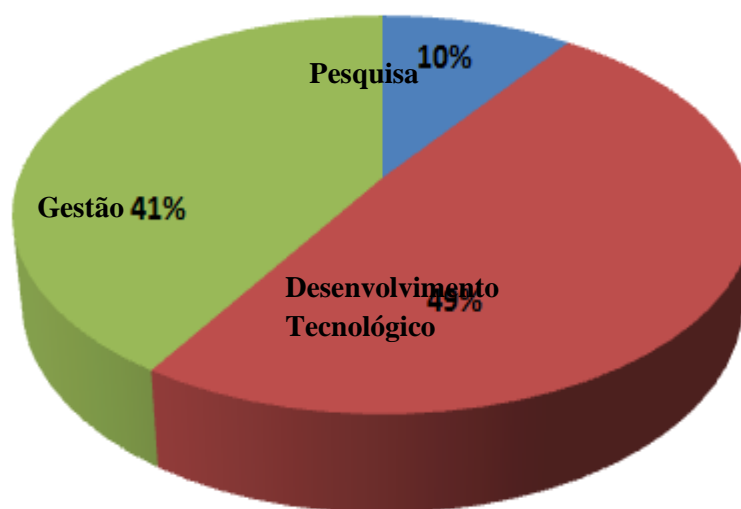
O INPE investe na capacitação dos servidores em cursos abertos (realizados no próprio Instituto) e em cursos fechados (realizados em outras instituições no país e no exterior), além dos programas acadêmicos.

O Instituto tem política interna para o Desenvolvimento de Pessoal. São realizadas ações de capacitação previstas no Plano Anual de Capacitação do INPE, que segue diretrizes do Plano de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas – PDGP no âmbito da Administração Central do MCTIC, instituído pela Portaria nº 173, de 19 de dezembro de 2012, além daquelas dispostas no art. 3º, do Decreto nº 5.707/2006.

Existe estímulo à formação em Cursos de Pós-graduação “Stricto Sensu” (mestrado e doutorado) e em Programas de Pós-doutorado realizados por servidores do INPE, no próprio INPE ou em outras instituições, tanto no país e como no exterior, através de licença-capacitação e incentivos, que incluem dispensa do horário de trabalho parcial ou afastamento total e manutenção da remuneração.

Buscando usar os recursos de capacitação no INPE de forma mais racional, os servidores da área meio (carreira de gestão: Analista em C&T e Assistente em C&T) e da área fim (carreira de desenvolvimento tecnológico: Técnico e Tecnologista sem doutorado) são prioridade nas ações de capacitações dessa Unidade de Pesquisa. Já na área fim de nível superior (carreira de desenvolvimento e pesquisa: Tecnologista com doutorado e Pesquisador), para participação (principalmente docentes) em congressos e eventos semelhantes somente pode ser autorizado caso um pedido anterior às agências de fomento tenha sido recusado. Isso se justifica pelo fato que estes possuem diversas formas de financiar suas participações em eventos via FAPESP, CAPES e CNPq, enquanto servidores que não possuem doutorado têm muito mais restrições para usar este canal.

Figura 1 - Participação em ações de capacitação 2016 por carreira



Fonte: Banco de Dados SESGC

Todas as ações de capacitações que os servidores do INPE participam se relacionam com suas atividades e são diretamente pautadas com as competências requeridas pela Instituição. A participação é justificada e autorizada pelos chefes de área, e há avaliação de reação por parte dos servidores. Os eventos realizados internamente e externamente são planejados a partir do Plano Anual de Capacitação. Mas a realização se dá por ordem de demanda prioritária, devido restrições orçamentárias. O Instituto viabiliza também oferecer cursos ministrados por servidores/instrutores do próprio Instituto e de outros órgãos do poder executivo, que também acaba sendo prejudicado devido a restrições para pagamento de diárias e passagens.

As ações de capacitação fechadas no INPE são oferecidas com chamada para inscrição através da Intranet e mala direta nos e-mails e seleção dos servidores. Foram ministrados internamente em 2016 os seguintes treinamentos por modalidade:

Cursos presenciais

- AUTOCAD Desenhos de Conjuntos e Detalhamentos
- Curso “Ciclo de Planejamento e Gestão Orçamentária no INPE”
- Curso “Arduino Básico”
- Curso de Eletrônica Básica
- Curso de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- Curso de Matlab Básico
- Curso de Vistoria das Instalações do INPE - Unidade Cachoeira Paulista
- Curso de Vistoria das Instalações do INPE - Unidade São José dos Campos
- Curso Edição Científica com Latex, Bibtex e outras Ferramentas
- Curso Labview Básico
- Curso Linguagem de Programação Python Básico
- Curso Numpy, Matplotlib e Scipy Básico
- Curso sobre Plano de Abandono de Área

- Curso sobre Plano de Abandono de Área - Unidade SJC
- Elaboração de Planilha de Custos e Formação de Preços de Serviços Terceirizados para Comissão Permanente de Análise Econômico-financeira de Licitação
- Excel Avançado - Turma I
- Introdução à Gestão de Projetos e Modelo A3
- Leitura e Interpretação de Desenho Técnico (Noções Básicas de Metrologia)
- MS EXCEL 2010 Intermediário - Turma I
- Reajuste, recaptuação, planilhas de custo e formação de preços de contratos e serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra
- Treinamento Audesk Inventor 2016 - Ferramentas de Projetos e Cabeamento
- Treinamento no Sistema PRÓTON-Turma I
- Treinamento no Sistema SEI - turma I
- Treinamento no Sistema SEI - turma II
- Treinamento no Sistema SIPLAN - EMISSÃO DE REQUISIÇÃO DE COMPRAS – Turma I

Doutorados

- Doutorado em Engenharia Eletrônica e Computação
- Doutorado em Engenharia Eletrônica e Computação (Doutorado em co-tutela com "Télécom Paris Tech")

Outros eventos

- SIPAT INPE São José dos Campos - Palestra: "Vivência em Mindfulness e Promoção da Saúde"
- Integração para os Novos Servidores do INPE - 2016
- Painel Novas Ferramentas para a Gestão de Documentos na Administração Pública – a implantação do NUP/SEI- Encontro Bianual das Secretárias do INPE (ENSINPE)
- Palestra "Afim, o que é ser mãe?" - Alusiva ao Dia das Mães
- Palestra on line - Transmissão ao vivo da ABTD: "A Importância de Desenvolver a Autoliderança"
- Palestra sobre Liderança e Planejamento
- Palestra: "A Escolha da Felicidade", alusiva ao Dia da Mulher
- Palestra: "Caminho de Santiago da Compostela - Estratégia, Planejamento, Preparação e Conquista"
- Palestra: "Divas o Reencontro", alusivo ao Dia da Secretária
- Palestra: "Promoção da Igualdade Racial", alusiva ao Dia da Consciência Negra
- Palestra: "Senhores, ocupem seus lugares", alusiva ao Dia dos Pais
- Palestra: "Vale do Paraíba: Os Desafios e as Oportunidades no Desenvolvimento da Região", alusiva ao aniversário do INPE
- Seção de Apresentações de Artigos Elaborados por Profissionais e ex-Profissionais de Secretariado do INPE (ENSINPE)
- Seminário Sobre as Alterações da Lei da Inovação
- SIPAT Cachoeira Paulista - "Show do Milhão ligado a saúde e segurança"
- SIPAT Cachoeira Paulista - Palestra sobre Segurança no Trânsito
- SIPAT Cachoeira Paulista - Palestra sobre vários tópicos ligados ao tema Saúde, tais como Cultura e Saúde, Dietas, Evolução da medicina e outros

- SIPAT Cachoeira Paulista - Palestra: "Quick Massage - momento relaxamento para melhora no desempenho do trabalho"
- SIPAT São José dos Campos - "Teatro Stand up sobre situações do dia a dia "
- SIPAT São José dos Campos - Palestra: "Lidando com a Ansiedade Sob Nova Perspectiva"
- SIPAT São José dos Campos - Palestra: "Painel com Diversos Especialistas da Área da Saúde"
- SIPAT São José dos Campos - Palestra: "Saúde Bucal e o Processo de Envelhecimento"
- Workshop sobre Engenharia de Sistema: A Transdisciplinary Process Oriented Framework To Support The Implementation Of Generic Plm Environments For Use By Small And Medium Enterprises

Os cursos mais específicos são feitos, na maioria, através de ações de capacitação abertas. Foram capacitados os servidores do INPE nos seguintes eventos externos em 2016:

- 11º Congresso Brasileiro de Pregoeiros
- 12º Encontro Nacional de Secretariado da Administração Pública
- 16º Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciências Térmicas - ENCIT 2016
- 2º Congresso Brasileiro de Liderança e Inovação
- 20th International Conference on Ion Beam Modification of Materials - IBMM2016
- 3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentários
- 42º Congresso Nacional de Recursos Humanos - CONARH
- 60º Congresso Brasileiro de Cerâmica
- 6th International Conference on Nonlinear Science and Complexity
- As Instituições Memória e as Tecnologias da Informação e Comunicação
- Chinese Language Student
- Conferência Nacional do Secretariado - CONASEC
- Congresso Nacional de Engenharia Mecânica
- Curso Completo de Licitações, Contratação Direta e Pregão
- Curso Construindo um PBX IP na prática com Asterisk
- Curso de Gestão e Apuração de Ética Pública
- Doutorado (Com afastamento Parcial) em Direito Ambiental Internacional
- Doutorado (Licença com Afastamento do País)
- Doutorado (Licença com Afastamento do País)
- Doutorado (Licença com Afastamento do País) Doctorat en Génie Industriel
- Doutorado (Licença com Afastamento do País) Em Tecnologia e sistemas de informações em Minho, Portugal
- Doutorado (Licença com Afastamento do País) Técnicas de rádio cognitivo para satélites de alta capacidade
- Doutorado (Licença com Afastamento do País) Técnicas de Redução de ruídos, detecção e identificação de estrelas para sensores de estrelas monocromáticos e coloridos
- Doutorado em Engenharia Eletrônica e Computação (Doutorado em co-tutela com "Télécom Paris Tech") com Afastamento do país

- Doutorado na área de Patologia
- EAPPC BEAMS MEGAGAUSS 2016
- Encontro de Física 2016
- Entrevista Emocional
- Fórum de Líderes 2016
- IEEE World Congresso on Computation Intellegence (IEEE WCCCI)
- II Reunião da Rede de Bibliotecas das Unds de Pesquisa do MCTIC
- International Summer School on Atmospheric and Oceanic Sciences
- Introdução à Gestão de Projetos - Turma 2/2016
- ISPE - Internacional Conference on Transdisciplinary Engineering
- IV CBSF - Quarto Congresso Brasileiro de Sistema Fuzzy
- Jornada Novos Caminhos para a Gestão Municipal: Inovação e Profissionalismo
- I Reunião da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTIC - 2016
- Metodologia e Conteúdo do PPA 2016-2019 - preenchimento e monitoramento.
- Modelagem Regional Acoplada do oceano e da Atmosfera
- Pós-doutorado (Com afastamento Parcial) - "Origem e trajetória da Previsão Numérica do Tempo no Brasil"
- Pós-Doutorado (Licença com Afastamento do País)
- Pós-Doutorado (Licença com Afastamento do País) - Pesquisa em Ciência da Computação" Descoberta de Conhecimento para Prospecção em Tecnologia Aeroespacial"
- Pós-Doutorado (Licença com Afastamento do País) --"Testes de Simulação Espacial do Ambiente de Marte,"
- Procedimentos para operacionalização da Conta Vinculada
- Processo Hoffman
- Programa de Formação e Certificação Internacional em Coaching
- Prospecção e Valoração de Tecnologias - AHK
- Requisito Básico Para o Curso de Pós Graduação
- Responsabilização de Pessoas Jurídicas - Lei nº 12.846/13
- Tópicos do RJU X Reforma da Previdencia
- Train the Trainer
- UNCERTAINTIES 2016
- VI Congresso Brasileiro de Energia Solar
- VIII Seminário Nacional do CMU - UNICAMP
- Workshop: Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI
- XLVIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional - SBPO 2016

Quadro 59 - Informações contidas no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação 2016

Ações de Aperfeiçoamento	Ações realizadas com previsão no PAC 2016	Ações realizadas sem previsão no PAC 2016
Certificação de conhecimento	1	
Curso presencial	236	30
Doutorado	11	
Outros eventos	676	98
Pós-Doutorado		1

TOTAL	924	129
--------------	------------	------------

Fonte: Banco de Dados SESGC

Quadro 60 – Ações de aperfeiçoamento

Ações de Aperfeiçoamento	Quantidade de horas realizadas com previsão no PAC 2016	Quantidade de horas realizadas sem previsão no PAC 2016
Certificação de conhecimento	540	180
Curso presencial	17.788	4.361
Doutorado	3.120	
Outros eventos	8.747	16.105
Pós-Doutorado	3.060	
TOTAL	33.255	20.646

Fonte: Banco de Dados SESGC

Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal

O INPE adota como procedimento padrão a assinatura de declaração específica por todo servidor empossado em cargo público e que deva desempenhar suas funções nesta UPC.

Também, conta-se com as informações do sistema SIAPE, que dispõe de alguns mecanismos que apoiam as diligências realizadas regularmente pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público – SEGRT, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, para o fim de evitar acumulação irregular.

Conta-se também com o Sistema de Trilhas de Auditoria da Controladoria-Geral da União, que regularmente realiza auditorias na folha de pagamento, por meio do sistema SIAPE.

A Coordenação de Recursos Humanos – COCRH do INPE, juntamente com a Divisão de Gestão de Pessoas – DIDGP estão sempre atentas a ações dessa natureza e, até o presente, entende que as práticas adotadas para o fim de acompanhar e controlar tais acumulações irregulares têm-se mostrado suficientes para o propósito.

Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

O INPE possui em sua estrutura organizacional a Coordenação de Recursos Humanos - COCRH que zela pelas ações institucionais de caráter estratégico, promovendo a concretização de atividades nas áreas de Pagamento, Cadastro, Aposentadoria e Pensão, Benefícios, Capacitação, Programa de Estágio, Serviço de Assistência e Benefícios, Gestão de Segurança e Prevenção de Acidentes de Trabalho.

A Coordenação de Recursos Humanos - COCRH não possui indicadores gerenciais específicos e sim informações funcionais que norteiam as ações relativas à gestão de pessoas.

Absenteísmo

Não se verificou absenteísmo expressivo, a não ser aqueles abrigados pelo Regime Jurídico Único, decorrentes de licenças para tratamento de saúde (Art. 202 da Lei nº 8.112/90). Esses afastamentos são acompanhados pelo Serviço de Assistência e Benefícios - SCSAS do INPE, bem como pelos profissionais do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS.

Quadro 61 - Licença para tratamento de saúde

Licença para tratamento de saúde	Licença médica de servidores para acompanhamento de familiar
Nº de Servidores - 61	Nº de Servidores - 14
Nº de licenças com perícia médica - 100	Nº de licenças com perícia médica - 21

Fonte: SIASS 2016

Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Conforme levantamento realizado, no ano de 2016 não houve registro de acidente de trabalho. No que tange às doenças ocupacionais, não foram verificados casos que possam ser atribuídos às atividades desempenhadas pelos servidores neste Instituto.

Exames médicos periódicos

Essa atividade demandou grande esforço do SCSAS com a abertura do processo nº 01340.000447/2016-66 e elaboração da documentação necessária para contratação da GEAP – Autogestão em Saúde para avançar nos Exames Médicos Periódicos no exercício de 2016. Entretanto, o parecer 205/2016/CJU/CGU/AGU, de 09/09/2016, recomendou que o INPE se abstenha de celebrar convênio de adesão com a GEAP neste momento, pois existe um processo em trâmite no Supremo Tribunal Federal, cuja decisão mais recente foi que não seria possível para órgãos que não sejam "patrocinadores originais" da GEAP, no caso o INPE e o MCTIC, firmarem convênios com a GEAP.

Quadro 62 - Rotatividade (*turnover*) – Ano 2016

SERVIDORES DE CARREIRA - INGRESSOS EM 2016						
Carreira	Cargo	Admissão	Remoção para o INPE (entrada)	Redistribuição para o INPE (entrada)	Reversão de Apos. à Atividade	Total
Pesquisa	Pesquisador	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Tecnológico	Tecnologista	13	0	0	0	13
	Técnico	0	0	0	0	0
	Auxiliar Técnico	0	0	0	0	0
Gestão	Analista em C&T	0	0	0	0	0

	Assistente em C&T	0	1	0	1	2
	Auxiliar em C&T	0	0	0	0	0
Total		13	1	0	1	15

Fonte: SIAPE-dezembro 2016

Em 2016 foram realizadas 13 admissões, por meio do Concurso Público INPE/2014, autorizado por meio de Acordo de 2013, que previa a substituição do quadro de servidores temporários do INPE por servidores públicos concursados.

Quadro 63 - Servidores de Carreira - egressos em 2016

Carreira	Cargo	Exoneração a Pedido	Exoneração (Desistência Est. Probat. para Re-condução)	Demissão (CLT)	Vacância por Posse em Cargo Inacumulável	Falecimento Servidor Ativo	Aposentadoria	Remoção para outro órgão (saída)	Redistribuição para outro órgão (saída)	Total
Pesquisa	Pesquisador	0	0	0	0	1	9	0	0	10
Desenv. Tecnol.	Tecnologista	0	0	0	1	0	18	0	0	19
	Técnico	0	0	0	1	0	14	0	0	15
	Auxiliar Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão	Analista em C&T	0	0	0	0	0	12	0	0	12
	Assistente em C&T	0	0	0	0	0	15	0	0	15
	Auxiliar em C&T	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Total		0	0	0	2	1	70	0	0	73

Fonte: SIAPE-dezembro 2016

Nota-se que 70 servidores aposentaram durante o exercício de 2016, 1 servidor ativo faleceu e 2 servidores saíram por vacância para posse em outro cargo inacumulável.

Educação continuada

Os eventos realizados internamente e externamente são planejados a partir do Plano Anual de Capacitação. Mas a realização se dá na medida do possível, devido a restrições orçamentárias. O Instituto viabiliza também oferecer cursos ministrados por servidores/instrutores do próprio Instituto e de outros órgãos do poder executivo, que também acaba sendo prejudicado devido a restrições para pagamento de diárias e passagens.

As ações de capacitação fechadas no INPE são oferecidas com chamada para inscrição através da Intranet e mala direta nos e-mails e seleção dos servidores. Na maioria conhecimentos básicos, instruções normativas da Administração Pública, lideranças, motivacionais e de conhecimento técnico de nível médio. Os cursos mais específicos são feitos na maioria através de ações de capacitação abertas (eventos externos).

Pesquisa de clima organizacional

A fim de avaliar o clima organizacional do Instituto, o INPE participa pelo nono ano consecutivo na Pesquisa de Clima Organizacional, realizada pela “Guia VOCÊ S/A – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar” em parceria com a “Fundação Instituto de Administração” (FIA), tendo a metodologia e coordenação técnica da pesquisa efetuada pela Fundação Instituto de Administração (FIA) ligada à Universidade de São Paulo (USP).

Um dos objetivos da pesquisa de clima organizacional é avaliar o Índice de Qualidade no Ambiente de Trabalho (IQAT), que é formado por dados relativos à visão do funcionário sobre a organização em que trabalha. Esses dados são obtidos por meio de pesquisa, nos moldes de diagnóstico de clima organizacional, realizada com uma amostra de funcionários da empresa.

Na edição de 2016, foram definidas 12 categorias para análise:

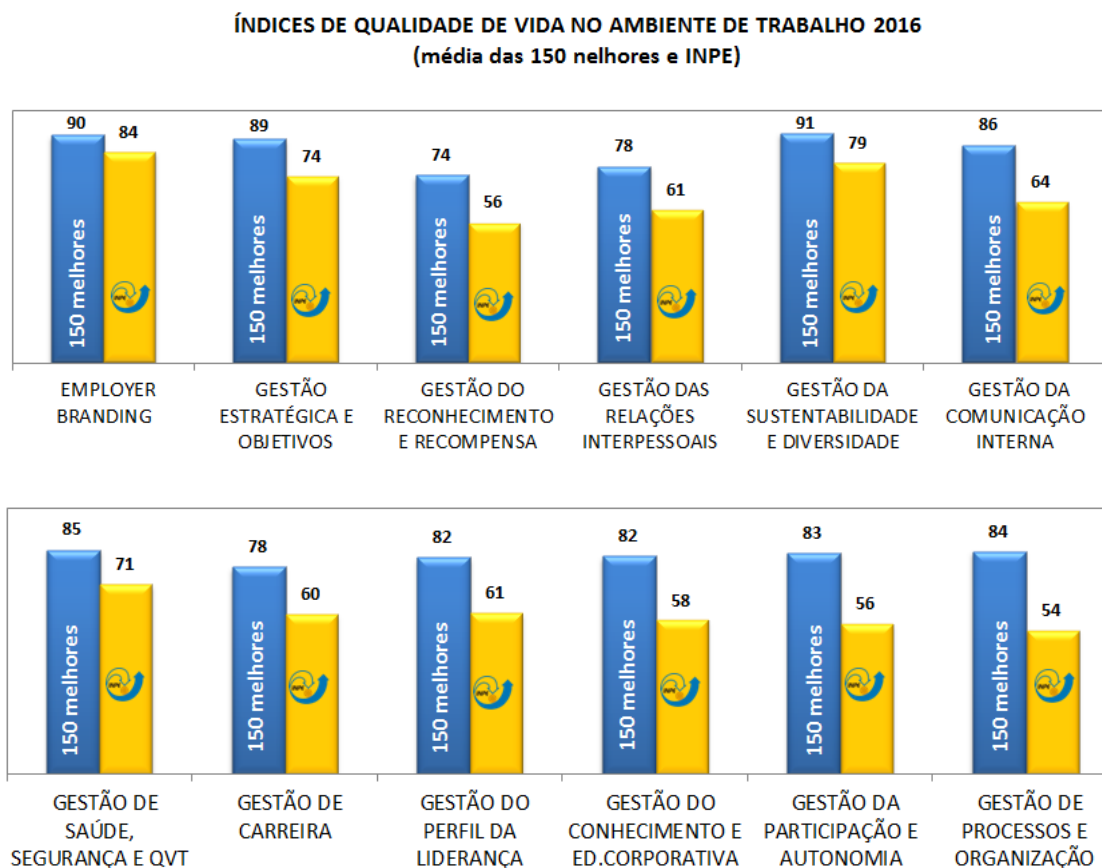
- Employer Branding
- Gestão da Comunicação Interna
- Gestão da Participação e Autonomia
- Gestão da Sustentabilidade e Diversidade
- Gestão das Relações Interpessoais
- Gestão de Carreira
- Gestão de Processos e Organização
- Gestão de Saúde, Segurança e QVT
- Gestão do Conhecimento e Educação Corporativa
- Gestão do Perfil da Liderança
- Gestão do Reconhecimento e Recompensa
- Gestão Estratégica e Objetivos

Ao final de cada edição da pesquisa “Guia Você S/A As Melhores Empresas para Você Trabalhar” o INPE recebe, gratuitamente, o Sumário Executivo, que é um diagnóstico do desempenho da Instituição em relação às outras participantes.

Esse relatório, preparado pela equipe da FIA, nos permite comparar as notas do INPE com a média das três melhores instituições, além da evolução do INPE de 2008 a 2016.

A figura a seguir apresenta o desempenho do INPE com a média das 150 melhores instituições classificadas no anuário de 2016.

Figura 2 – Índices de qualidade de vida no ambiente de trabalho 2016



A pesquisa de clima organizacional se tornou um viável instrumento de gestão que, ao acumular informações por longo período de tempo, permite ao INPE, obter sólido conhecimento sobre a percepção dos servidores com relação ao seu ambiente de trabalho. Tal conhecimento pode subsidiar a tomada de decisões e ações para proporcionar melhorias institucionais.

Segundo as categorias propostas pela metodologia da pesquisa, observa-se que os principais pontos fortes do INPE são a relação que os servidores possuem com a marca, a estratégia e a sustentabilidade do Instituto.

Há fatores críticos que necessitam de ações institucionais para que sejam minimizados. As principais ações propostas relacionam-se com o desenvolvimento de novas estratégias para gestão de processos, estimular a participação e envolvimento dos servidores e a capacitação contínua das lideranças.

Finalmente, é necessário que o INPE mantenha a sua participação em uma pesquisa de clima organizacional para compreender as necessidades, preocupações e percepções dos servidores buscando entender o que é preciso ser feito para que a Instituição se torne um lugar ainda melhor para se trabalhar.

Em atendimento ao Acórdão nº 520/2015 – TCU – Plenário, apresentamos abaixo quadro com a expectativa de aposentadoria dos servidores do INPE. Nota-se que 35,76% dos servidores do INPE já podem se aposentar em 2017 e que 48,18% poderão se aposentar até 2020.

Quadro 64 - Expectativa de aposentadoria dos servidores da UPC

Cargo	Servidores ativos (2016)	Expectativa de aposentadorias por ano				
		2017 (possíveis)	2018	2019	2020	Após 2020
Pesquisador	167	72	8	3	7	77
Assistente de Pesquisa	15	0	0	0	0	15
Analista em C&T	75	22	3	2	0	48
Assistente em C&T	102	48	14	5	5	30
Auxiliar em C&T	11	6	1	1	1	2
Tecnologista	337	114	15	10	12	186
Técnico	210	64	9	8	11	118
Auxiliar Técnico	2	0	1	0	0	1
Anistiado	6	0	0	0	0	6
Exercício provisório	1	0	0	0	0	1
Nomeado Cargo Comissão	6	6	0	0	0	0
Requisitado	2	2	0	0	0	0
Total	934	334	51	29	36	484
Total Geral	934	450				484

Fonte: SIAPE dezembro 2016

Dos 188 servidores da área de gestão, 40,42% já podem aposentar em 2017 e 57,45% poderão se aposentar até 2020.

Em resposta aos questionamentos de uma Nota Técnica 457/2013/ DEPEF/SEGFEP-MP, referentes ao estudo demandado no Acórdão nº 43/2013-TCU, referente à auditoria TC006.536/2012-3, elaborados, respectivamente, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e Tribunal de Contas da União (TCU), o INPE elaborou um estudo descrevendo as necessidades de *adequação, reposição e ampliação de seu quadro funcional, bem como a expectativa de aposentadorias*. O estudo original foi entregue ao TCU, MCTIC e MP, em maio de 2013 e o presente estudo foi realizado para atender aos questionamentos levantados pelo MP, na Nota Técnica 457/2013/DEPEF/SEGEP-MP encaminhada ao INPE em 09/12/2013. O estudo realizado pelo INPE, por determinação do TCU no ACÓRDÃO Nº 43/2013 - TCU – Plenário, apontava para um quadro ideal de 1220 novos servidores em 2014, número semelhante ao estimado na auditoria do TCU (TC – 006.536/2012-3), que indicava a necessidade de 1.061 novos servidores.

É importante ressaltar que, antecipando-se a este cenário de desequilíbrio entre demandas feitas ao Instituto e número de quadros necessários para atendê-las adequadamente, foram efetuados pleitos recentes de novas contratações ao MCTIC e ao MP, por meio dos Avisos Interministeriais 225/2012 e 169/2013, e do Ofício 254/2014 (enviado ao MCTIC).

Em setembro de 2014, o INPE recebeu do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o Memo-Circular 23/2014-SPOA/MCTIC, datado de 05/09/2014, solicitando informações sobre o quadro de lotação aprovado para o INPE, com o número de cargos ocupados e vagos, e as necessidades de ampliação do quadro atual de funcionários, identificando competências a serem mantidas, modificadas ou extintas. A resposta, enviada em 16/09/2014, continha o levantamento de cargos ocupados e vagos, e a necessidade da ampliação do quadro. O quadro seguinte mostra o status recente do quadro de servidores do INPE, comparado com dados de 10/10/2014.

A avaliação feita no estudo mostra, de forma inequívoca, que os grandes programas nacionais associados à área de Ciência, Tecnologia e Inovação na área espacial serão prejudicados caso o INPE perca a capacidade de atuar como o Instituto de referência no acesso ao espaço e suas aplicações.

Quadro 65 - Evolução do quadro funcional de servidores do INPE.

Cargo	Total (10/10/2014)	Total (31/12/2016)
Pesquisador (Ativos + Cedidos)	185	167
Assistente de Pesquisa	3	15
Analista em C&T (Ativos + Cedidos + LSR)	103	75
Assistente em C&T (Ativos + Cedidos)	134	102
Auxiliar em C&T	17	11
Tecnologista (Ativos + Cedidos + LSR)	313	337
Técnico (Ativos + LSR)	240	210
Auxiliar Técnico	2	2
Anistiado	6	6
Exercício Provisório	0	1
Nomeado Cargo Comissão	2	6
Requisitado	0	2
Contrato Temporário	44	0
Total Geral	1049	934

Metodologia de cálculo

A metodologia para avaliar a perda de capacidade e determinar a necessidade de quadros seguiu os passos seguintes:

- 1) foi efetuado um levantamento do número de servidores e colaboradores em todas as áreas de atuação do INPE, e em que projetos e atividades cada um deles estava envolvido;
- 2) cada área montou uma matriz contendo projetos e recursos humanos necessários para executá-los;
- 3) a matriz permite identificar o esforço semanal de cada servidor nos projetos da área;
- 4) os projetos prioritários foram indicados pelos coordenadores;
- 5) a equipe de trabalho identificou a totalidade de recursos humanos envolvidos em cada projeto prioritário;
- 6) a curva de aposentadoria de todos os servidores foi levantada;

7) foi definida uma linha de corte a partir da qual a aposentadoria de servidores alocados num determinado projeto torna-o inviável por ausência de recursos humanos; e

8) foram criados cenários que mostram o impacto da redução da força de trabalho para 80%, 70%, 60% e 50% do quantitativo atual atuando em quatro projetos de grande porte do INPE.

Discussão dos resultados

O quadro a seguir apresenta as principais áreas de atuação do INPE e, para o presente estudo feito pelo GTI – Espacial, a área de acesso ao espaço e sua infraestrutura, desenvolvidas pela CGETE, COCRC, COLIT e COCTE já vêm trabalhando com quadro de pessoal reduzido, correndo o risco de precisar interromper as principais atividades do PNAE, conforme apresentado no próximo quadro. A CGCEA e a CGOBT, que são responsáveis, respectivamente, pelos grandes programas de monitoramento do Clima Espacial, Amazônia e Queimadas, já apresentam situação bastante crítica desde 2014 o que pode prejudicar a continuidade aos programas com a eficiência e a eficácia necessárias.

Quadro 66 - Classificação das áreas de atuação do INPE

	ÁREAS DE ATUAÇÃO	
	Acesso ao Espaço e sua infraestrutura	Aplicações
CGETE/COLIT/COCTE/COCRC	Atividades do PNAE, política industrial, prestação de serviços à indústria, serviços de rastreamento e controle, P&D em plataformas orbitais e cargas úteis	
CGCPT/COCST		Previsão de tempo, estudos climáticos e P&D em meteorologia científica
CGOBT		Monitoramento da Amazônia e queimadas, P&D em geotecnologias
CGCEA		Monitoramento do clima espacial, P&D em ciências espaciais

Quadro 67 - Estimativa da redução da força de trabalho nos projetos e atividades prioritários do INPE

	Servidores efetivos		Estimativa de quadro considerando as expectativas de aposentadoria (em relação a 31/10/2015)			
	10/10/2014	31/10/2015	Fim de 2015	2016	2017	2020
PNAE / Política Industrial	347	325	257	234	227	181

			(79%)	(74%)	(70%)	(56%)
Previsão de Tempo e Clima	154	163	136 (83%)	136 (83%)	134 (82%)	131 (80%)
Monitoramento de Biomas e Queimadas	134	121	70 (58%)	63 (52%)	55 (45%)	50 (41%)
Clima Espacial	115	106	73 (69%)	68 (64%)	59 (59%)	54 (51%)
Gestão+DIR+TI	299	271	190 (70%)	173 (64%)	158 (58%)	147 (54%)
Total	1049	987	726 (74%)	674 (68%)	633 (64%)	563 (57%)

Obs: As marcações em *itálico* referem-se a quadros com porcentagem igual ou inferior a 75% do valor efetivo em 31/10/2015.

O resultado da análise foi utilizado como justificativa para a autorização de concurso para provimento de 438 vagas para o INPE, distribuídas entre as carreiras de pesquisador (70 vagas), tecnologista (200 vagas), técnico (58 vagas), analista de C&T (50 vagas) e assistente de C&T (60 vagas), solicitadas ao MP pelo MCTIC, conforme explicitado no Aviso Interministerial 169/MCTIC, de 20/09/2013. A atualização do estudo, em 2014, considerou uma pequena ampliação do quadro, de 126 vagas, pleiteada para atender adequadamente as demandas apresentadas ao Instituto no PPA 2016-2019.

Esta reposição/ampliação (564 vagas), não foi efetivada em 2016 e não será em 2017. Se tudo correr bem, somente em fins de 2018 o INPE poderá retomar aproximadamente o quadro efetivo de janeiro de 2014, uma vez que o MCTIC informou que as 68 vagas, referente ao concurso público realizado pelo INPE em 2014, utilizadas para resolver a questão dos funcionários temporários CDT, também assunto do Acórdão nº 43/2103, serão descontadas do total de 438 vagas.

O INPE, por meio do OFÍCIO INPE GAB nº 0395/2016, de 18/05/2016, solicitou ao MCTIC autorização para convocação de adicional de 50% do número de vagas aprovadas para o concurso público realizado pelo INPE em 2014. Desta forma poderia convocar 7 vagas adicionais de Assistente de Pesquisa e 22 vagas adicionais de Tecnologista Júnior. O MCTIC, abriu o processo nº 03000.001936/2016-11 e por meio do Aviso nº 137/MCTIC, de 22/06/2016, alegando a necessidade premente de reposição dos quadros do INPE, solicitou a aprovação ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Este, por meio do Ofício nº 37264/2016-MP, de 24/06/2014, restituiu o processo ao MCTIC alegando que devido a diretrizes governamentais, suspenderam as autorizações de concursos públicos para 2016 e 2017, bem como de demandas para provimento de cargos que excedam os quantitativos fixadas em edital.

É possível que, dentro das atividades programadas no PNAE, o INPE venha a ser solicitado a participar do PESE e da construção e integração de satélites geoestacionários. Uma equipe para atuar no PESE, que envolve a construção de várias constelações de satélites, deve seguir os moldes do CBERS e necessitará de uma equipe de dimensões equivalentes. O número, baseado no quadro atual que contempla servidores da CGETE e do COLIT e na expectativa de aposentadorias, é da ordem de 80 servidores. Para a construção e integração de satélites geoestacionários, pode haver um compartilhamento de competências com o PESE e adição de 40 servidores, número este baseado no

quadro atual e aposentadorias dos projetos SGDC (COLIT) e Novas Missões (CGETE). Os novos desafios na área de acesso ao espaço seriam atendidos por 120 novos servidores.

A área de aplicações de interesse para o Governo (Observação da Terra e Ciências Espaciais e Atmosféricas), que tratam dos programas de Clima Espacial, Desmatamento de Biomas e Queimadas, necessita de reposição da mesma ordem em 2016 (cerca de 120 servidores) para manter números equivalentes aos de setembro de 2014.

A área de gestão

A Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia é destinada a servidores habilitados a exercer atividades de apoio à direção, à coordenação, à organização, ao planejamento, ao controle e à avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de Ciência e Tecnologia, bem como toda atividade de suporte administrativo. A carreira de gestão conta com 188 servidores e já se encontra em situação crítica, com áreas estratégicas em que há somente um (ou nenhum) servidor atuando. As áreas de gestão já atingiram o estágio crítico em 2014, em 2020 o INPE poderá ter apenas 42,55% da força de trabalho atual na área de gestão, tornando inviável a operação do Instituto.

Considerando-se que as atividades desenvolvidas pela gestão contemplam um nível crescente de complexidade, exigindo alta competência, e que é necessário prever um período de transição entre o ingresso de um servidor e a aposentadoria de outro, que se dá tanto através do conhecimento explícito, quanto do conhecimento tácito, a recomposição do quadro de Gestão é uma necessidade premente do Instituto.

Sob a óptica do decréscimo do quadro de servidores, é possível identificar dois níveis de impactos negativos em processos desenvolvidos no INPE por servidores da Gestão: os de impacto imediato devido às aposentadorias previstas até 2018 (denominados de “Alto Impacto”) e os de impacto médio, em decorrência das aposentadorias previstas até 2020 (denominados de “Médio Impacto”). Cabe ressaltar que os processos que incluem a utilização de sistemas governamentais são impactados de forma acentuada e imediata, uma vez que, por lei, somente servidores podem realizá-los.

No grupo “Alto Impacto” são incluídos, entre outros, os processos de planejamento, execução e acompanhamento orçamentário e financeiro; auditoria interna; concessão de benefícios, pensões, licenças, afastamentos, pagamento de pessoal; segurança e medicina do trabalho; administração de contratos; operação de sistemas governamentais (SIASG, SIAFI, SCDP, entre outros); processos de compras (licitação e pregão); importação e exportação; elaboração, acompanhamento e avaliação de indicadores de C,T&I; processos de concessão de diárias; gestão da informação; gestão do conhecimento; monitoramento e avaliação estratégica; assessoramento executivo.

No grupo “Médio Impacto” são incluídos, entre outros, os processos de gestão da capacitação; aplicabilidade de tributos; organização de eventos de difusão do conhecimento, simpósios e assemelhados; gestão documental; acompanhamento de licenças médicas, psicológico e social; acompanhamento e vistoria técnica de infraestrutura; gestão patrimonial; processo administrativo disciplinar e sindicâncias; assessoramento executivo; apoio à administração de projetos de pesquisa; gerência de logística, programas e qualidade; gestão da propriedade intelectual; manutenção da infraestrutura das redes de comunicação.

A área de gestão tem prevista a contratação de 50 analistas e 60 assistentes em C&T. Esse número já é insuficiente em 2017, somado à expectativa de aposentadoria da área, já não é suficiente para retornar ao patamar de setembro de 2014. A perda de recursos humanos na área de gestão vem tornando precários ou inoperantes vários processos que dão suporte às atividades fim do Instituto,

afetando direta e imediatamente sua capacidade de atingir os objetivos de sua missão. Deve-se ressaltar que, ao contrário das carreiras de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em que os servidores permanecem ativos, muitas vezes até a aposentadoria compulsória, uma característica marcante dos servidores da Carreira de Gestão é requerer a aposentadoria assim que a condição legal para entrar com o requerimento é atingida.

Considerações

Os resultados dos estudos e levantamentos feitos pelas diversas áreas do INPE apontam para um quadro crítico de queda de qualidade nas atividades e serviços prestados pelo INPE. Internamente, com a queda permanente dos quadros de gestão desde 2010, os problemas nas ações administrativas, gestão de contratos e atividades de manutenção das unidades do INPE já são notadas. As soluções apontadas pelo estudo para atender as demandas do Acórdão no. 43/2013, com as necessidades de reposição, adequação e ampliação de seu quadro funcional, assim como a expectativa de aposentadorias, indicavam a contratação de 1220 servidores a partir de 2014.

O plano de ação que contemplou a substituição dos contratados temporários, que desempenhavam atividades inerentes à atuação finalística do INPE, por servidores efetivos, via concurso público, realizado no primeiro semestre de 2014, permitiu a contratação de 68 novos servidores para as áreas de previsão de tempo e ciência do sistema terrestre, mas atendeu somente uma pequena da demanda atual do Instituto.

É fundamental registrar que, em 31/12/2016, 204 servidores já possuíam condições de requerer suas aposentadorias. Isto representa 22,2% do quadro de servidores ativos no momento, que se encontram recebendo abono de permanência. Esse fato é uma forte ameaça à manutenção da capacidade operacional do Instituto, uma vez que é sabido (e reiterado por muitos dos servidores nessa situação) que, caso o abono seja revogado pelo governo, praticamente todos que se encontram nessa condição entrarão com requerimento de aposentadoria.

A perda de lideranças e servidores mais experientes em todas as áreas de atuação do Instituto ameaça a qualidade dos serviços prestados pelo INPE à sociedade. A redução do quadro de pessoal do INPE, sem a devida reposição está impactando na eficácia para atender as demandas de governo que dependem de acesso ao espaço e está afetando a transferência do conhecimento para as gerações mais novas, podendo, em curto prazo, inviabilizar a trajetória do INPE como centro de excelência no País.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 68 - Força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	931	931	4	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	931	931	4	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	934	934	4	0

Fonte: FE-dezembro 2016

Quadro 69 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	193	738
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	193	738
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	193	741

Fonte: FE-dezembro 2016

Quadro 70 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	57	55	17	53
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	52	49	13	48
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	1	
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados	5	5	3	5
2. Funções Gratificadas	19	19	8	7
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	19	18	8	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				

2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	76	74	25	60

Fonte: FE-dezembro 2016

Análise crítica

A carência de servidores no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, principalmente na área meio, vem de muitos anos. A quantidade de servidores disponíveis não é suficiente frente às necessidades da Instituição.

A força de trabalho está com idade média de 51,32 anos e a cada ano cresce o número de aposentadorias. Esse fato impacta direta e negativamente no desenvolvimento das atividades da área meio e fim do INPE. Nota-se que 35,76% dos servidores do INPE já podem se aposentar em 2017 e que 48,18% poderão se aposentar até 2020.

Na Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, a situação é ainda mais crítica, 40,42% já podem se aposentar em 2017 e 57,45% poderão se aposentar até 2020.

Mesmo com os Concursos Públicos realizados nos últimos anos, o quantitativo de servidores nomeados não supre a necessidade real, as vagas autorizadas são inferiores à força de trabalho perdida, principalmente na área meio.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 71 - Custos do pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercício	2016	78.467.791,63	1.801.063,97	32.805.195,53	51.558.436,24	6.641.390,63	7.337.044,98	58.678,46	120.696,31	0,00	178.790.297,75
	2015	73.577.250,94	1.694.849,79	31.019.106,06	47.783.778,37	4.862.755,09	6.111.336,96	511.642,18	10.806,64	0,00	165.571.526,03
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercício	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEMVÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercício	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercício	2016	639.199,66	0,00	261.084,34	479.350,92	17.201,00	34.136,40	208,91	0,00	0,00	1.431.181,23
	2015	679.714,43	0,00	270.684,47	496.516,02	16.412,00	14.339,16	192,84	0,00	0,00	1.477.858,92
Servidores com contrato temporário											
Exercício	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE - Dezembro 2016 – Ferramenta DW

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A gestão de riscos na área de pessoal objetiva planejar a captação de recursos humanos de forma a reduzir ao mínimo possível os impactos dos riscos oriundos de vacâncias.

O INPE periodicamente realiza estudos que quantificam a necessidade de Concurso Público para repor a força de trabalho das Carreiras de C&T.

Tais estudos são encaminhados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e compõem o Quadro de Necessidades daquele Órgão.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 72 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

INPE São José dos Campos e Atibaia						
Ano	Objeto	Empresa (CNPJ)	Período de execução		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores	.A= ativo P=prorrogado E=encerrado
			Início	Fim		
2013	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Auxiliar Administrativo	BS Services Serviços e Tecnologia 03.655.231/0001-21	10/07/2013	10/07/2018	Médio	(A)
2015	Prestação de serviços continuados de limpeza predial com fornecimento de materiais e equipamentos.	Perfect Clean	01/12/2015	01/12/2020	Fundamental	(A)
2017	Serviço de limpeza de áreas verdes	Karajá	31/03/2016	31/03/2017	Fundamental completo	(A)
2013	Serviço de vigilância patrimonial - Atibaia	Orpan 05.137.100/0001-88	25/09/2013	25/09/2017	Médio e fundamental	(A)
2011	Serviço de vigilância patrimonial - SJC	Orpan 05.137.100/0001-88	30/11/2011	30/05/2017	Médio e fundamental completos	(A)
2017	Empresa especializada para prestação de serviços continuados de recepcionista e motorista.(SJC; Cachoeira Pta e Sta. Maria)	AFS	13/12/2016	13/12/2017	Médio e fundamental	(A)
INPE/CRS – Santa Maria e São Martinho						
2012	Prestação de serviços especializados de apoio administrativo / CRS	Multiágil Limpeza Portaria eAssociados Ltda. 03.149.832/0001-62	23/11/2012	23/11/2016	Médio	(E)
2015	Prestação de serviços de vigilância armada do OES, em São Martinho da Serra,-RS - CRS	EPÁVI Segurança Ltda. 10.314.494/0001-32	02/10/2015	02/10/2020	Médio	(A)

2013	Prestação de serviços especializados em limpeza predial/CRS	SELP Prestação de Serviços Ltda 02.220.169/0001-82	28/02/2013	28/02/2018	Não há exigência	(A)
INPE/CRA - Belém						
2014	Serviço de Vigilância Patrimonial - Belém – CRA.	Vidicon Serviços de Vigilância Ltda. 07.069.574/0001-65	14/11/2014	14/11/2017	Médio	(A)
2016	Prestação de Serviços especializados de limpeza e conservação- Belém - CRA (Emergencial)	L.N.S. Moreira Comércio e Serviços EPP. 20.008.283/0001-25	25/07/2016	20/01/2017	Médio	(E)
INPE/CRN – Natal						
2011	Serviço de limpeza e conservação – Natal/RN	Salmos Comércio Representações e Serviços EIRELI - EPP. 06.982.630/0001-95	11/01/2011	10/01/2016	Fundamental	(E)
2013	Serviço de vigilância patrimonial – Natal/RN	Empresserv – Empresa de Serviços de Vigilância Ltda. 10.639.977/0001-07	01/01/2014	31/12/2017	Médio	(P)
2013	Serviço de apoio operacional – Natal/RN	Salmos Comércio Representações e Serviços EIRELI - EPP. 06.982.630/0001-95	02/01/2013	31/12/2017	Médio	(P)
2013	Serviço de apoio logístico – Natal/RN	Salmos Comércio Representações e Serviços EIRELI - EPP. 06.982.630/0001-95	01/01/2014	31/12/2017	Médio	(P)
2015	Serviço de manutenção e conservação de áreas verdes – Natal/RN	Salmos Comércio Representações e Serviços EIRELI - EPP. 06.982.630/0001-95	01/04/2015	01/04/2017	Fundamental	(P)
2016	Serviço de limpeza e conservação – Natal/RN	Salmos Comércio Representações e Serviços EIRELI - EPP. 06.982.630/0001-95	13/01/2016	12/01/2018	Fundamental	(P)
INPE/ROEN – Eusébio						
2011	Serviço de vigilância patrimonial – Eusébio/CE	Serval Serviços de Segurança Ltda. 09.212.665/0001-33	30/05/2011	30/05/2016	Médio	(E)
2015	Serviço de limpeza e conservação – Eusébio/CE	LDS Serviços de Limpeza EIRELI - EPP. 15.150.504/0001-65	01/11/2015	31/10/2017	Fundamental	(P)
2016	Serviço de vigilância patrimonial – Eusébio/CE	Digiguarde Serviços de Segurança Ltda. - ME. 06.001.216/0001-58	31/05/2016	30/05/2017	Médio	(A)
INPE/DAE – São Luís						
2014	Prestação de serviços de limpeza predial, conservação e limpeza de áreas verdes, com remoção de resíduos sólidos das áreas	PROJEBEL Serviços e Comércio Ltda. 02.295.753/0001-05	01/04/2014	01/04/2017	Fundamental	(A)

	edificadas e fornecimento de materiais domissanitários, utensílios e equipamentos, a serem realizados nas instalações do INPE/MCTIC de São Luís - / DAE					
2016	Vigilância Patrimonial- São Luís / DAE	TECSEG – Tecnologia em Segurança Privada – Eireli - EPP 10.325.594/0001-64	09/08/2016	09/08/2017	Fundamental	(A)
INPE/URC – Cachoeira Paulista						
2015	Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial - Ch. Pta / URC	AÇOFORTE Segurança e Vigilância Ltda 07.447.264/0001-37	01/06/2016	01/06/2017	Médio	(A)
2016	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das áreas edificadas – Ch. Pta/ URC	D.E. SANTOS de CASTRO – ME 18.735.930/0001-59	20/12/2016	20/12/2017	Fundamental	(A)
INPE/URO - Cuiabá						
2012	Vigilância Patrimonial - Cuiabá / URO	SEGVEL – Serviços de Segurança e Vigilância Ltda. 05.083.119/0001-99	03/10/2016	01/10/2017	Fundamental	(P)
2016	Serviços continuados de limpeza predial, com fornecimento de materiais domissanitários, utensílios e equipamentos - Cuiabá. / URO	Soares Ruela Terceirizações Ltda. 10.732.146/0001-85	12/01/2017	12/01/2018	Fundamental	(P)

Fonte: Levantamento feito pelo SIA juntos às empresas contratadas, prepostos, Gestores e Fiscais de Contrato

Quadro 73 - Contratação de pessoal - estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes em 2016				Despesa no exercício de 2016 (R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	116	117	111	107	840.852,00
1.1 Área Fim	69	68	66	65	499.423,00
1.2 Área Meio	47	49	45	42	341.429,00
2. Nível Médio	31	33	31	33	151.561,00
2.1 Área Fim	20	21	18	20	90.867,00
2.2 Área Meio	11	12	13	13	60.694,00
3. Total (1+2)	147	150	142	140	992.413,00

Fonte: SIAPE-dezembro 2016

Análise crítica

A contratação de estagiários no âmbito do INPE tem amparo na Lei nº 11.788/2008, Orientação Normativa nº 2/2016 da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento e Contrato nº 02.0009.00/2015, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações –

MCTIC e o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Internamente, o INPE segue a Resolução RE/DIR-066 – Concessão de Estágio (disponível na Intranet), que se baseia nesta legislação.

As vagas de estágio, autorizadas pelo MCTIC, são preenchidas de acordo com a demanda interna deste Instituto, mediante processo seletivo nas áreas. Os resultados observados para a área meio e fim tem sido positivos.

Registra-se, no entanto, como aspecto negativo a elevada rotatividade dos estagiários, motivada pelos baixos valores da bolsa de estágio (R\$520,00 e 290,00 para nível superior e médio, respectivamente) para carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais. Como exemplo, podemos citar a rotatividade das entradas e saídas durante o ano de 2016, que atingiu o patamar de 199 processos.

A seguir é apresentada tabela com a evolução das quantidades médias de contratos e a despesa para os exercícios de 2014, 2015 e 2016.

Quadro 74 –Evolução das quantidades médias de contratos

Nível de escolaridade	Evolução das quantidades e despesa nos últimos anos (R\$)					
	2014		2015		2016	
	Média de contratos	Despesa	Média de contratos	Despesa	Média de contratos	Despesa
1. Nível superior	116	930.560,00	121	896.168,00	113	840.852,00
1.1 Área Fim	43	352.760,00	72	529.120,00	67	499.423,00
1.2 Área Meio	73	577.800,00	49	367.048,00	46	341.429,00
2. Nível Médio	28	122.600,00	30	139.726,00	32	151.561,00
2.1 Área Fim	20	88.800,00	22	107.180,00	20	90.867,00
2.2 Área Meio	8	33.800,00	8	32.546,00	12	60.694,00
3. Total (1+2)	144	1.053.160,00	151	1.035.894,00	145	992.413,00

Fonte: SIAPE-dezembro 2016

4.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura

O Instituto utiliza várias ferramentas para a gestão do patrimônio imobiliário. Destacamos o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso Especial da União – SPIUnet, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e instruções normativas, que visam regular os procedimentos gerais de gestão de imóveis.

4.2.1 Gestão de patrimônio imobiliário da União

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, para o desenvolvimento de suas atividades na área de gestão de patrimônio imobiliário, conta com o Serviço de Engenharia e Manutenção – SEEMA e o Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio – NUAPA, vinculado ao Serviço de Infraestrutura Administrativa – SESIA, subordinados a Coordenadoria de Administração – COADM.

Vale ressaltar que a estrutura dessas áreas é bastante reduzida, em face da escassez de servidores da carreira de gestão. Evidencia-se que o quadro de servidores é insuficiente para atender as demandas

de atividades inerentes às atribuições dessas áreas e consequente falta de pessoal qualificado e capacitado para exercer as atividades.

O Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio é o órgão responsável pelo controle, gestão contábil, conciliação no SIAFI e no SPIUnet dos bens móveis e imóveis de uso do MCTI – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais nas Unidades instaladas em Atibaia – SP, Belém – PA, Cuiabá – MT, São Luis – MA, Santa Maria e São Martinho da Serra – RS e São José dos Campos – SP. O NUAPA é composto por dois servidores, sendo que apenas um detém a responsabilidade pelo acesso aos Sistemas de Controle de Imóveis - SPIUnet.

Para a gestão do patrimônio, o Instituto utiliza várias ferramentas, como o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso Especial da União – SPIUnet, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Os controles internos são efetuados em sistema desenvolvido por empresa terceirizada, e que, no momento, se encontra em fase de migração para um novo sistema desenvolvido pela equipe da Coordenação de Tecnologia da Informação – COCTI.

O sistema possui 61.776 itens cadastrados. No exercício de 2016 ocorreu a movimentação de 12.335 itens e o registro de 1.350 cadastros novos.

A distribuição geográfica dos imóveis da União é a seguinte:

- Unidade de São José dos Campos (SP), registrada no SPIUnet com RIP de nº 7099.00506.500-0, é a Sede do Instituto, instalado em um terreno de 247.684,00 m² cedido por um período de 100 anos (01/02/1963 a 31/01/2063) pelo DCTA do Ministério da Defesa, e possui 53 prédios. Av. dos Astronautas, 1758 - Jardim da Granja, São José dos Campos, SP, CP 515, CEP 12227-010.
- Centro Regional do Nordeste (Natal/RN), possui área total de 22.312m², sendo 14.379m² de área permeável e 7.933 de área construída dividida em 07 (sete) prédios em terreno cedido por tempo indeterminado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, através de termo de Convênio datado de 10 de Janeiro de 1971. Rua Carlos Serrano, 2073 - Lagoa Nova, Natal, RN, CEP: 59076-740.
- Unidade Regional de Cachoeira Paulista (SP) - registrada no SPIUnet com RIP de nº 6273.00003.500-0, instalado em um terreno de 11.610.600,00 m² cedido por um período de 20 anos (15/03/2012 a 15/03/2032) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com 78 prédios. Rodovia Presidente Dutra, km 40 SP/RJ, CP 01, CEP 12630-970.
- Unidade Regional do Centro Oeste (Cuiabá/MT), registrada no SPIUnet com RIP de nº 9067.00205.500-7, instalada em um terreno de 299.831,50 m² doado pelo Estado do Mato Grosso aguardando entrega definitiva conforme processo nº 45496/2006, 287874/2006 e 42096/2007, com 6 prédios. Rua Hélio Ponce de Arruda, s/nº - Bosque da Saúde, Cuiabá, MT, CP 6099, CEP 78055-970.
- Centro de Rádio-Astronomia e Astrofísica – CRAAM (Atibaia/SP), registrado no SPIUnet com RIP de nº 6181.00029.500-6), o Centro de Rádio-Astronomia e Astrofísica instalado em na cidade de Atibaia-SP por ser um ponto estratégico para observar explosões solares, ocupa uma área cedida em regime de comodato pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 20 de Abril de 1977, mediante convenio de cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico – CNPq e o Instituto Mackenzie, com vigência de 30 anos e prorrogado através de termo aditivo por 66 anos. Atibaia, SP, CP 200, CEP 12940-000.

- Unidade de São Luis (MA), registrada no SPIUnet com RIP de nº 0921.00825.500-8, ocupa uma área de 7 ha. No Campus Cidade Universitária D. Paulo VI, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. A área foi cedida por força do instrumento Público de Cessão de uso celebrado entre a UEMA e o INPE datado de 30 de abril de 1991, onde funciona o Observatório Geofísico Espacial. Rua Horto Florestal, 100F - Cruzeiro do Santa Bárbara, São Luis, MA, CEP 65058-200.
- Centro Regional da Amazônia (Belém /PA), registrado no SPIUnet com RIP de nº 0427.00954.500-7, criado pela portaria 729 de 20 de novembro de 2007, o Centro Regional da Amazônia está em operação desde janeiro de 2009. Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá, Av. Perimetral, 2651, Belém do Pará, PA, CEP 66077-830.
- Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais (Santa Maria/RS), registrado no SPIUnet com RIP de nº 8841.00455.500-9, construídos em um terreno com área de 176.920,00m² da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM conforme Instrumento público de cessão de uso publicado no diário oficial da união em 19/12/1996 nº 246 pag. 26934. Campus da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, CP 5021, CEP 97105-970.
- Unidade de São Martinho da Serra (RS), registrada no SPIUnet com RIP de nº 5793.00002.500-5, é o Observatório Espacial do Sul, instalado em um terreno de 120.000,00 m² doado pelo GRPU-RS do Ministério do Planejamento conforme termo de entrega datado de 04 de maio de 2001, possui 6 prédios construídos a partir de 1997.

No tocante a informações sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação, ocorre no INPE apenas a cessão de um prédio com 228,36m² de área construída, localizado no campus do INPE de São José dos Campos, instalado como anexo do prédio da Administração, concedido pelo Termo de Uso nº 01340.000646/2013 ao Banco do Brasil S/A, O INPE por estar em uma área ainda em processo de regularização junto ao DCTA, repassa ao Banco os custos referente ao consumo de energia elétrica, apurado mediante medições mensais efetuadas pelo Serviço de Engenharia e Manutenção – SEEMA. O Banco do Brasil efetua o ressarcimento da despesa ao Instituto por intermédio de Guia de Recolhimento Único - GRU, ao Tesouro Nacional.

Quanto aos bens móveis e para fins de Tomada de Contas e encerramento do exercício contábil, orçamentário e financeiro, foram instauradas pelas Portarias de Designação DE/DIR-2876, DE/DIR-2925 e DE/DIR-2928, as comissões para realização do inventário físico anual de bens patrimoniais, respectivamente, para o INPE em São José dos Campos, para o Centro Regional do Nordeste e para o INPE de Cachoeira Paulista.

Ainda, quanto à gestão de bens móveis, O Instituto mantém resolução interna e comissões permanentes para efetuarem o exame e averiguação dos materiais considerados inservíveis para fins de cessão, alienação, inutilização ou abandono e baixa patrimonial.

No que se refere a Gestão de imóvel, foi instaurada uma comissão nomeada pela Portaria de Designação DE/DIR-1626.02 com a finalidade de identificar os procedimentos necessários para a regularização da área onde se encontra instalado o INPE - São José dos Campos.

Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

A gestão de manutenções e reformas dos imobiliários é efetuada pelo Serviço de Engenharia e Manutenção, que tem a responsabilidade de efetuar o planejamento das reformas e manutenções e possuem a competência para realizar a fiscalização dos contratos que envolvem a gestão do patrimônio imobiliário, com a finalidade de zelarem pela integridade das instalações prediais.

O SEEMA tem também a atribuição de elaborar os Projetos básicos de arquitetura, obras e serviços de elétrica, hidráulica, predial e ar condicionado, bem como efetuar a fiscalização e execução dos contratos de obra, serviços de engenharia e manutenção predial para todas as Unidades e Centros Regionais do Instituto.

A força trabalho da equipe do Serviço de Engenharia e Manutenção, sediada em São José dos Campos, é composta por 5 servidores (dois engenheiros, um técnico e dois assistentes com funções operacionais) e a execução dos serviços de manutenção realizada por empresa terceirizada.

Com relação às despesas com manutenção das instalações de São José dos Campos, concretizou-se durante o exercício de 2016 a assinatura de dois contratos com empresas terceirizadas para realização de serviços de manutenção da infraestrutura essencial dos sistemas elétricos, eletrônicos e de refrigeração da Unidade do INPE em São José dos Campos, no valor anual de R\$ 213.000,00.

Foi investido R\$ 78.000,00 na manutenção dos prédios do Ambulatório e do Serviço Social, efetuando-se a impermeabilização da laje, reparo no telhado e pintura interna, mediante contratação de empresa terceirizada.

Para execução a manutenção geral das instalações prediais foi gasto o montante de R\$ 64.000,00 com aquisição de materiais e R\$ 41.000,00 em contratação de serviços.

As outras Unidades do Instituto localizadas em Atibaia - SP, Belém - PA, Cuiabá - MT, São Luiz - MA, Santa Maria e São Martinho da Serra - RS não contaram com a prestação de serviços terceirizados de manutenção predial, em razão da complexidade para elaboração de planejamento de contratação e Termo de Referência necessários para a elaboração do processo de licitação.

Quanto à qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, por ocasião do fechamento contábil do Patrimônio é efetuado mensalmente o acompanhamento, a verificação e a conciliação dos registros e informações do imóvel no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, considerado qualitativamente eficiente, visto que os lançamentos quando necessários são efetuados pelo servidor responsável pela contabilização.

Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Os riscos na gestão de imóveis estão relacionados à aceleração do processo de depreciação, com possíveis danos às instalações provocados por ausência de manutenção dos imóveis. Neste sentido, ressaltamos que o Instituto realiza serviços de manutenção corretiva das instalações prediais.

Durante o ano de 2016, o serviço de manutenção predial foi bastante prejudicado, em face da complexidade para elaboração de processo de licitação no modelo de Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de manutenção corretiva, preventiva e preditiva dos imóveis. Os contratos de terceirização de serviços são essenciais para mitigação e melhoria da manutenção predial das instalações do Instituto.

4.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O INPE não possui imóvel locado de terceiros.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação (inclui Principais Sistemas de Informações)

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor do INPE vigente (Plano Diretor INPE 2016-2019, DE/DIR-2826) estabelece, entre seus Objetivos Estratégicos (OE), dois objetivos considerados base para a criação de diretrizes que norteiam a elaboração do planejamento de TI.

- OE11: “Garantir, com excelência, a gestão, a comunicação institucional e a infraestrutura necessárias para o cumprimento da missão do Instituto”.

- OE13: “Aperfeiçoar o modelo de gestão corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC, em conformidade com as orientações e regulamentações vigentes do governo federal e as melhores práticas de mercado”.

Estes Objetivos Estratégicos causam impacto direto a todos os demais OEs e, em particular, à área de TI e foram considerados como base para o estabelecimento de diretrizes, iniciativas e objetivos estratégicos do PETI-INPE e para definição dos planos de ação do PDTI-INPE.

Neste contexto, a tecnologia da informação é ferramenta essencial para o funcionamento do INPE, seja nas atividades fim (p.ex. sensoriamento remoto, meteorologia, engenharia e tecnologia espacial, etc.), seja nas atividades de suporte (administração, gestão de pessoas, orçamento e finanças, etc.), devendo ser observado o comprometimento com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, de forma a garantir a governança e aderência às boas práticas estabelecidas pela STI/MP.

PETI-INPE

Em atendimento a Instrução Normativa IN SLTI/MP N° 04/2014 (IN04) e de forma a elevar o nível de maturidade do INPE em Governança de TI, o Planejamento de TI do INPE encontra-se consolidado pelos documentos: Planejamento Estratégico de TI (PETI-INPE) e Plano Diretor de TI (PDTI-INPE), ambos alinhados ao Plano Diretor do INPE, de modo que toda necessidade de serviços de TI vise o atendimento à missão institucional.

O PETI complementa o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), por meio do planejamento dos recursos de tecnologia da informação, envolvendo a definição dos objetivos estratégicos específicos para a área de TI e o estabelecimento de diretrizes e as metas que orientam a construção do Planejamento de TI do INPE.

O PETI-INPE 2015-2016 v.01 foi criado por uma equipe multidisciplinar da área de TI, foi aprovado pelo Comitê Assessor de TI (CATI), e foi publicado, após aprovação por parte da Direção do Instituto, por meio de resolução RE/DIR-599 (08/07/2016).

O PETI-INPE 2015-2016 estabelece as iniciativas estratégicas e os objetivos estratégicos de TI do INPE, os quais foram desenvolvidos com base em:

- Princípios, instruções normativas, orientações e recomendações apontadas nos acórdãos e ofícios dos órgãos de controle do Governo Federal;

- Recomendações da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - EGTIC 2014-2015 da SLTI/SISP;
- Objetivos estratégicos OE11 e OE13 definidos no Plano Diretor INPE 2016-2019;
- PETI 2013-2015 do Ministério do Planejamento, à exceção de especificidades próprias de atividades únicas do INPE.

Os objetivos estratégicos de TI do INPE contidos no PETI-INPE 2015-2016 encontram-se organizados em três perspectivas, incluindo:

- Resultados: indica os resultados tangíveis da estratégia adotada, que geram impacto para a própria área de TI e para as áreas finalísticas do INPE.
- Processos: indica os objetivos relacionados às ações internas e de apoio direto ao alcance da visão.
- Sustentação: indica os objetivos relacionados à qualificação dos recursos humanos, utilização eficaz dos recursos orçamentários e dimensionamento tecnológico.

A responsabilidade pelo cumprimento do PETI é da Alta Administração, da Coordenação de TI e das gestões de área de todas as unidades finalísticas e administrativas do Instituto.

O PETI-INPE constitui o referencial básico para a elaboração do Plano Diretor de TI do INPE (PDTI-INPE). As iniciativas estratégicas do PETI-INPE indicam as diretrizes a serem seguidas para o alcance dos objetivos estratégicos de TI. O plano de ações do novo PDTI-INPE está sendo elaborado em conformidade com estas iniciativas estratégicas e as ações do PDTI devem ser monitoradas por meio de indicadores e metas.

PDTI-INPE

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (PDTI-INPE) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para apoio às atividades finalísticas e administrativas do Instituto por um determinado período.

O PDTI-INPE tem por objetivo definir estratégias e diretrizes em Tecnologia da Informação e Comunicações que possibilitem ao INPE alcançar seus objetivos e metas institucionais.

O PDTI-INPE descreve como o INPE realizará a transição de sua situação atual relacionada à TI para uma situação futura, a partir da definição de um plano de metas e ações. Este plano deve ser revisto anualmente.

Os envolvidos nos processos de elaboração, acompanhamento e aprovação do PDTI são, respectivamente: Equipe de Elaboração e Acompanhamento do PDTI (EqPDTI), Comitê Assessor de TI (CATI) Coordenador de TI e Diretor do INPE.

O PDTI-INPE 2015-2016 v.06 foi criado por uma equipe multidisciplinar proveniente de diferentes áreas do INPE e foi aprovado pelo Comitê Assessor de TI (CATI) em 14/06/2016. Esta versão do PDTI foi atualizada pela EqPDTI de acordo com o padrão estabelecido no Guia de elaboração do PDTI / SISP.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

O Comitê Assessor de Tecnologia da Informação (CATI) foi criado em outubro de 2014, conforme DE/DIR-2832.

O CATI é constituído por colaboradores das áreas finalísticas do INPE e da área de TI. Este Comitê atua de forma consultiva junto a Coordenação de Tecnologia da Informação, cabendo-lhe dar pareceres sobre os seguintes assuntos relacionados a TIC no INPE:

- Conteúdo e divulgação do PETI e PDTI;
- Procedimentos para atendimento a requisitos de governança e segurança em tecnologia da informação e comunicações e governo eletrônico;
- Planejamento de médio e longo prazo, prioridades e distribuição dos recursos de TIC;
- Gerenciamento de dados;
- Padrões de qualidade e avaliação de desempenho dos serviços de TIC;
- Metodologias de desenvolvimento de sistema de informação;
- Procedimentos para aquisição de produtos e serviços de TIC;
- Novas tecnologias a serem utilizadas;
- Normas internas relacionadas a TI;

São atribuições do Presidente do CATI:

- Convocar reuniões, estabelecendo a respectiva pauta;
- Indicar relatores para os assuntos a serem tratados nas reuniões;
- Designar um membro para secretariar as reuniões;
- Conduzir a reunião com base na pauta;
- Acompanhar as atividades do Comitê;
- Observar os prazos e obrigações para renovação do Comitê.

O comitê tem o mandato de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura da Portaria de Designação e a indicação dos membros do próximo mandato deve ocorrer até 1(um) mês antes de expirar o mandato atual, de forma a garantir a continuidade das atividades deste Comitê. O atual CATI foi estabelecido por meio da RE/DIR-2832v01, de 19/07/2016.

Principais decisões CATI em 2016

Revisão do PDTI 2015-2016, de forma a verificar a aderência aos objetivos estratégicos do INPE e às determinações da STI/MP.

Apoio nas ações de renovação do parque computacional do INPE no ano de 2016.

Descrição dos principais sistemas de informação da UPC

Principais sistemas de gestão em desenvolvimento no período:

Sistema Institucional

Objetivo: Gestão da Base Institucional do INPE

Principais funcionalidades: Gerenciar os dados institucionais (Pessoas, Estrutura Organizacional, EDT, Usuários e perfis de acesso etc.) e disponibilização para os demais sistemas institucionais.

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Coordenadores das áreas de negócios

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

SIPLAN – Sistema de planejamento orçamentário

Objetivo: Gestão de recursos orçamentários

Principais funcionalidades: Gerenciar os recursos orçamentários, facilitando seu planejamento e garantindo um melhor controle dos gastos.

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Simone Redivo

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

SIGECON – Sistema de gestão de contratos

Objetivo: Gestão de contratos

Principais funcionalidades: Registro de contratos, registro de eventos associados a cada contrato (pagamentos, glosas, ocorrências, aditivos, apostilamentos, etc.)

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Antonio Esio Marcondes Salgado

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

COMPRAS – Sistema de compras

Objetivo: Gestão do processo de compras

Principais funcionalidades: Registro de todas as etapas do processo de compras, emissão de Requisições de Compras

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Ademir Jorge

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

CONFAC – Sistema de controle do fluxo de autorização de compras

Objetivo: Gestão das Autorizações de Compras

Principais funcionalidades: Permitir que as áreas envolvidas no processo atualizem a situação das Autorizações de Compras em andamento no INPE

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Coordenadoras das áreas envolvidas no processo

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

PATRIMÔNIO – Sistema de gestão de patrimônio

Objetivo: Gestão de patrimônio do INPE

Principais funcionalidades: Registro de bens patrimoniais, registro de movimentação de bens cadastrados, registro de baixa de bens

Responsável técnico: Luiz Alberto Melo

Responsável da área de negócio: José Raimundo Costa Santos

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

INTERNET

Objetivo: Sítio Internet do INPE

Principais funcionalidades: Divulgação de informações institucionais na Internet para integração de sistemas e informações institucionais

Responsável técnico: Jacqueline Georgette Sire Salgado

Responsável da área de negócio: Direção INPE

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

INTRANET

Objetivo: Sítio Intranet do INPE

Principais funcionalidades: Divulgação de informações institucionais na Intranet para integração de sistemas e informações institucionais

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Direção INPE

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

DISCO VIRTUAL

Objetivo: Repositório individual de dados interno ao INPE

Principais funcionalidades: Disponibilizar repositório individual de documentos com as funções básicas de gerenciador de arquivos para ambiente WEB

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Antonio Esio Marcondes Salgado

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

SGC - Sistema de gestão de capacitação por competência

Objetivo: Gestão de capacitação por competência

Principais funcionalidades: Emissão de certificados de eventos de capacitação e eventos institucionais e correlatos

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Danusa Aparecida Batista Caramello

Criticidade: Média

Estado atual: Em desenvolvimento

SAEV

Objetivo: Administração de eventos

Principais funcionalidades: Registro de atividades ligadas a eventos do tipo congressos, simpósios, reuniões técnicas envolvendo público interno e externo.

Responsável técnico: José Bento Fontes

Responsável da área de negócio: Douglas Francisco Marcolino Gherardi

Criticidade: Média

Estado atual: Em desenvolvimento

Sistema mensageiro

Objetivo: Gestão do sistema de envio de mensagens institucionais

Principais funcionalidades: Permitir o envio de mensagens utilizando lista integradas à base Institucional, criação de listas de contatos personalizadas, auditoria das mensagens enviadas, histórico de mensagens enviadas, etc.

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Coordenação de TI

Criticidade: Média

Estado atual: Em desenvolvimento (Fase de testes)

SigeTrans – Sistema de gestão de transportes

Objetivo: Gestão da frota de carros oficiais do INPE

Principais funcionalidades: Gerenciar as solicitações e ordens de serviços de transporte, gerenciar a frota de carros, gerenciar deslocamentos, gerenciar condutores e emissão de relatórios gerenciais

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Chefe da Seção de Transportes

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

SGIN – Sistema de gestão de instrumentos normativos

Objetivo: Gestão da publicação dos Instrumentos normativos do INPE

Principais funcionalidades: Gerenciar os IN por tipos, Gerenciar servidores envolvidos, controlar as versões dos documentos

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Chefe do Setor de Formalização de Atos Normativos - SEFAN

Criticidade: Alta

Estado atual: Sistema em Produção

SPG – Sistema de pós-graduação

Objetivo: Gestão Acadêmica dos cursos de Pós-Graduação do INPE

Principais funcionalidades: Gerenciar Discentes, docentes e cursos/disciplinas, gerenciar agendamento e composição de bancas de apresentação dos cursos e relatórios gerenciais e de informações acadêmicas

Responsável técnico: José Luiz Moreira

Responsável da área de negócio: Chefe do Serviço de Pós-Graduação

Criticidade: Alta

Estado atual: Em desenvolvimento

SIP/SIAD – Sistema de informações de pessoas

Objetivo: Gestão de Recursos Humanos do INPE

Principais funcionalidades: Gerenciar Servidores, dependentes, histórico funcional etc.

Responsável técnico: Sergio França

Responsável da área de negócio: Chefe do Serviço de Pós-Graduação

Criticidade: Média

Estado atual: Em desenvolvimento

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

Quadro 75 - Plano e capacitação planejado para o ano de 2016:

NOME DA CAPACITAÇÃO PREVISTA	Nº PARTIC. PREVISTOS
Oficina de Alinhamento dos PDTI à Estratégia de Governança Digital - ENAP - Brasília - gratuito -	3
Curso de Gestão de Projetos PMBOK - "In Company"	10
Curso de Gestão de Riscos de TI - ESR/RNP	2
Curso de Governança de TI Básico II: ITIL "In Company"	10
Curso de SEI - CADE	3
Visitas para benchmarking de implantação do SEI:	3
Gestão de documentos públicos	3
Gestão da Informação e Documentação - Conceitos básicos em Gestão Documental	3
Curso de Capacitação em Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais	3
Administração de Banco de Dados – ESR/RNP	1
Virtualização de servidores	1
Congresso Brasileiro de Liderança e Informação	3

Treinamentos relacionados a TI efetivamente realizados no período pelo pessoal da área de TI:

Quadro 76 – Treinamentos relacionados à TI

NOME DA CAPACITAÇÃO	Nº PARTIC.	CARGA HORÁRIA	LOCAL	PERÍODO
MS EXCEL 2010 INTERMEDIÁRIO - TURMA I	1	17h30	INPE-SJCampos	13 a 17/06/2016
TREINAMENTO NO SISTEMA SEI - Turma II	3	8h	INPE-SJCampos	03/08/2016
PAINEL NOVAS FERRAMENTAS PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A IMPLANTAÇÃO DO NUP/SEI	3	4h	INPE-SJCampos	29/09/2016
WORKSHOP: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	1	9h	Brasília	18/10/2016
PALESTRA LIDERANÇA E PLANEJAMENTO	3	1h30	INPE-SJCampos	01/12/2016

Por restrição orçamentária, os treinamentos que os colaboradores da TI fizeram em 2016 foram quase todos realizados internamente, no INPE em São José dos Campos, com exceção de um (01)

que foi em Brasília. Porém, no Plano de Capacitação da TI para 2017 estão inclusos alguns treinamentos que não foram realizados em 2016, conforme análise de capacitação de maior prioridade para a área no momento.

Quadro 77 - Treinamentos ministrados por instrutores da área de TI no período

NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA	LOCAL	NOME DO INSTRUTOR / RESPONSÁVEL	PERÍODO
TREINAMENTO NO SISTEMA SIPLAN	3h	INPE-SJCampos	José Luiz Moreira	30/03/2016
TREINAMENTO NO SISTEMA PRÓTON	4h	INPE-SJCampos	Antônio de Queiroz Júnior	28/04/2016
EXCEL INTERMEDIÁRIO	17h30	INPE-SJCampos	Sérgio França	13 a 17/06/2016
EXCEL INTERMEDIÁRIO	17h30	INPE-SJCampos	Maria do Rosário Giffoni Tierno	13 a 17/06/2016
EXCEL AVANÇADO	17h30	INPE-SJCampos	Sérgio França	20 a 24/06/2016
EXCEL AVANÇADO	17h30	INPE-SJCampos	Maria do Rosário Giffoni Tierno	20 a 24/06/2016
TREINAMENTO NO SISTEMA SIPLAN	3h	INPE-SJCampos	José Luiz Moreira	14/09/2016
PAINEL NOVAS FERRAMENTAS SEI	2h15	INPE-SJCampos	Antonio Esio M. Salgado	29/09/2016
NORMAS DE USO ACEITÁVEL DOS RECURSOS COMPUTACIONAL	40m	INPE-SJCampos	Ricardo Varella Correa	21/11/2016

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

Servidores

Quadro 78 – Quadro de servidores da COCTI / INPE

Nome	SIAPE	Cargo	Expectativa de Aposentadoria	Unidade
Pesquisadores				
Airam Jonatas Preto	6643787	Pesquisador	2018	STI
Tecnologistas				
Nível Superior				
Antonio Esio Marcondes Salgado	664820	Tecnologista	2018	CTI
Alexandre Balistrieri	664513	Tecnologista	2020	STI
Benicio Pereira de Carvalho Filho	664308	Tecnologista	2013	STI
Jacqueline Georgette Sire Salgado	1253751	Tecnologista	2027	STI
Koiti Ozaki	664762	Tecnologista	2017	STI

Nome	SIAPE	Cargo	Expectativa de Aposentadoria	Unidade
Lilia de Sá Silva	1357189	Tecnologista	2025	STI
Luiz Alberto de Campos Melo	665233	Tecnologista	2013	STI
Marcela Patrícia Cornejo Lopez	664267	Tecnologista	2019	STI
Márcia Cristina Ragazzini	664489	Tecnologista	2017	STI
Ricardo Varela Correa	664643	Tecnologista	2017	STI
Sergio França	664470	Tecnologista	2022	STI
Nível Médio				
Antonio de Queiroz Junior	1823409	Técnico	2037	STI
Gilberto Rodrigues Junior	664158	Técnico	2022	STI
João Carlos Henrique	664927	Técnico	2017	STI
José Luiz Moreira	664303	Técnico	2024	STI
Maria do Rosário Gifoni Tierno	664180	Técnico	2017	STI
Marilene Cardoso	664688	Técnico	2007	STI
Milena Prado da Costa Sene	130885	Técnico	2032	STI
Sebastião Carlos Ribeiro Reis	664431	Técnico	2017	STI
Vicente Kaname Itikawa	664743	Técnico	2009	STI

Estagiários

No exercício de 2016 a COCTI teve 04 (quatro) estagiários, sendo treinados nas atividades de apoio a gestão, suporte técnico e desenvolvimento (SW e WEB design) da Coordenação.

As seguintes atividades foram cobertas:

- Área de Gestão da COCTI:
- Assistência à secretaria do STI, inclusive em organização de eventos;
- Apoio na organização e manutenção de arquivos.
- Área técnica da COCTI:
- Apoio na atualização de conteúdos dos sites, utilizando ferramentas de controle, como navegadores, editores de texto, imagem, páginas, animação, áudio e vídeo;
- Apoio na criação de ilustrações para websites;
- Acompanhamento de desenvolvimento de sistemas para WEB;
- Apoio e atendimento a usuários da Intranet/Internet do Instituto;
- Acompanhamento de atividade de identificação de todos os racks de redes do INPE;
- Apoio na elaboração de documentos técnicos de projetos em andamento;
- Apoio no suporte ao técnico de telefonia;
- Auxílio na elaboração de planilhas de dados, documentos, slides de apresentação, diagramas e processamento de figuras;
- Auxílio no levantamento e análise de dados de projetos e processos.

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados

No INPE, os serviços prestados encontram-se segmentados em 4 principais áreas:

- Atendimento ao cliente
- Redes e infraestrutura
- Desenvolvimento Web
- Sistemas Institucionais

A Central de Serviços (Service Desk) dá suporte à execução dos processos de gerenciamento de serviços de TI no INPE.

Os processos para suportar o gerenciamento dos serviços de TI do INPE estão baseados na Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (*Information Technology Infrastructure Library* - ITIL v3) e envolvem:

- Gerenciamento de Incidente
- Cumprimento de Requisição
- Gerenciamento de Evento
- Gerenciamento de Problema
- Gerenciamento de Acesso
- Gerenciamento de Catálogo de Serviço
- Gerenciamento de Nível de Serviço
- Gerenciamento do Conhecimento
- Gerenciamento da Mudança
- Gerenciamento de Liberação e Implantação
- Validação do Serviço
- Relatório de Serviço
- Gerenciamento da Segurança da Informação

Para realizar o gerenciamento dos processos supracitados é utilizada a ferramenta de ITSM - *Information Technology Service Management* denominada CITSmart (disponível no Portal de Software Público Brasileiro), instalada em equipamentos da infraestrutura de TI do INPE.

O sistema CITSmart permite o registro de abertura de chamados, escalonamento, acompanhamento da situação do atendimento, registro de incidentes e requisições, configuração, entre outros.

O Gerenciamento de Eventos é realizado atualmente através da ferramenta Nagios.

O módulo de Gerenciamento da Configuração e Ativo de Serviço está em fase de projeto, envolvendo teste e homologação do software.

Com relação aos processos de Gerenciamento da Capacidade e Gerenciamento da Disponibilidade, são apresentados pela empresa prestadora de Serviço de Suporte Tecnológico de TI e Comunicação relatórios mensais (Relatório de Serviço) aos gestores de TI descrevendo a situação de componentes relacionados a serviços críticos do INPE, incluindo: email, WIFI, elementos ativos da rede (roteadores e switches de borda), firewall e *storages*, e serviço de telefonia Voip.

Para os processos de Gerenciamento da Mudança, Gerenciamento de Liberação e Implantação e Validação do Serviço, é criado um documento (PMUD - Proposta de Mudança) que apresenta detalhes acerca da mudança a ser realizada, que é encaminhado por email aos gestores de TI para avaliação. Uma vez aprovada a mudança, o registro da mudança é feito no CITSmart. O documento PMUD é anexado no sistema juntamente com o email da autorização da mudança.

O processo de Gerenciamento da Segurança da Informação é realizado com base nas normas contidas na resolução INPE "RE/DIR-518". Quando ocorre um incidente de segurança, a empresa prestadora de Serviço de Suporte Tecnológico de TI e Comunicação realiza análise do incidente e entrega relatório com a descrição detalhada da análise realizada.

O processo de Gerenciamento da Continuidade dos Serviços de TI está em fase de definição. O ambiente do Centro de Controle da RedeBeta está sendo utilizado como site remoto para backup de dados das principais estações servidoras e está sendo adaptado para melhor servir a esta função.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Quadro 79 – Descrição dos projetos de TI

Projeto	Ação	Resultados Esperados	Prazo de Conclusão	OE PETI-INPE	IE PETI-INPE	Valor Orçado	Valor Despendido
Manutenção e atualização da Base de Dados Institucional	Atualizar a Base de Dados Institucional, adaptando o sistema para a nova Estrutura Organizacional e da EDT - Estrutura de Trabalho do INPE e automatização do processo de importação de dados do SIAPE e Pós-Graduação	Dados atualizados e disponíveis para os sistemas institucionais	Atividade contínua	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Manutenção do Sistema de Gestão de Patrimônio – Patrimônio-INPE	Disponibilização dos dados para a integração com os demais sistemas institucionais, desenvolvimento do módulo de depreciação e demais manutenções para atendimento aos requisitos do cliente	Dados atualizados e disponíveis para os sistemas institucionais e Sistema Patrimônio - INPE atualizado	Atividade contínua	OE1	IE1.1	*	*
Manutenção do Sistema de Planejamento e Compras - SIPLAN	Realizar manutenção do sistema SIPLAN para atendimento aos requisitos do cliente	Sistema SIPLAN atualizado conforme necessidades do período	Atividade contínua	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Manutenção do Sistema CONFAC	Realizar manutenção do sistema para atendimento aos requisitos do cliente	Sistema atualizado conforme necessidades do período	Atividade contínua	OE1	IE1.1	*	*
Manutenção do Sistema Compras	Realizar manutenção do sistema para atendimento aos requisitos do cliente	Sistema atualizado conforme necessidades do período	Atividade contínua	OE1	IE1.1	*	*

Projeto	Ação	Resultados Esperados	Prazo de Conclusão	OE PETI-INPE	IE PETI-INPE	Valor Orçado	Valor Despendido
Manutenção do Sistema de Gestão de Contratos - SIGECON	Concluir desenvolvimento do módulo Fiscal	Sistema SIGECON atualizado com módulo Fiscal disponível para testes	Atividade contínua	OE1	IE1.1	*	*
Manutenção do Sistema de produção de relatórios gerenciais - DASHBOARD	Implementar o módulo Transportes	Sistema DASHBOARD atualizado e módulo Transportes disponível em produção	Jun/2016	OE1	IE1.1	*	*
Implementação do Sistema de Gestão de Transportes – SigeTrans	Implementação do módulo Solicitação de Transportes	Módulo implementado e disponível para testes	Jun/2016	OE1	IE1.1	*	*
Portal Intranet	Manter atualizado e implementar novas funcionalidades	Portal atualizado conforme as necessidades do período	Atividade contínua	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Portal Internet	Reformular e adequar a identidade visual do Portal Internet de acordo com as normas do Governo Federal	Implantação de CMS – Módulo Informativo INPE	Atividade contínua	OE1, OE5	IE1.1, OE5.3	*	*
Portal Internet - Áreas Finalísticas	Implementação dos sítios e administração da infraestrutura	Sítios atualizados e infraestrutura em perfeito funcionamento	Atividade contínua	OE1	IE1.1	*	*
Implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Informações	Apoio técnico e participação na Comissão de implantação do sistema no INPE	Etapas executadas no período conforme Cronograma definido pelo MCTIC e implementação do sítio na Intranet (sistema continua em implantação)	Dez/2016	OE1, OE2	IE1.1, IE1.3, IE1.6, IE2.3	NA	NA

Projeto	Ação	Resultados Esperados	Prazo de Conclusão	OE PETI-INPE	IE PETI-INPE	Valor Orçado	Valor Despendido
Implementação do Sistema Mensageiro	Elaboração do projeto de software e implementação da versão inicial	Sistema em versão de testes integrado com a base Institucional, com módulo TodosINPE implementado	Dez/2016	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Sítio do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR 2017	Implementação do sítio e sistema de submissão de trabalhos integrado ao SAEV e MyReview	Sítio em produção	Dez/2016	OE1, OE8	IE1.5, IE8.1	NA	NA
Elaboração do Plano de Capacitação de Servidores INPE na área de TI (PAC-2016) e acompanhamento da execução do Plano Anual	Elaborar, executar e acompanhar o PAC-2016	Treinamentos realizados conforme verba disponível	Dez/2016	OE10	IE10.2, IE10.4	NA	NA
Elaboração do Planejamento Estratégico de TI – PETI-INPE	Elaborar, revisar, aprovar e divulgar o PETI	Documento PETI-INPE elaborado, revisado pelo CATI, aprovado pela Direção e publicado	Dez/2016	OE4	IE4.6	NA	NA
Atualização do Plano Diretor de TI – PDTI-INPE	Manter atualizado, revisar, aprovar e divulgar o PDTI	Documento PDTI-INPE atualizado, revisado pelo CATI, aprovado pela Direção e publicado	Dez/2016	OE4	IE4.7	NA	NA

NA = Não se aplica.

As atividades de manutenção e desenvolvimento descritas são conduzidas por servidores do INPE com o apoio de empresas especializadas na prestação de serviços de tecnologia da informação.

O apoio nestas atividades de manutenção e desenvolvimento é prestado por meio do contrato de prestação de serviços estabelecido com a empresa Indra, cujo custo em 2016 nas atuações na área de gestão foi de R\$ 1.944.000,00.

O apoio prestado nas atividades de desenvolvimento, suporte e manutenção para as áreas finalísticas de Clima Espacial, Projeto Queimadas e Laboratório de Integração e Testes demandou junto à empresa Indra o custo de R\$ 1.788.000,00.

A demanda para os serviços de apoio a manutenção e desenvolvimento é colocada por meio de ordens de serviço, com pagamento de forma global para todos os módulos e serviços entregues a cada mês.

A composição de valor de cada item demandaria o cálculo do valor do(s) servidor(es) do INPE alocado(s), mais o custo associado a este produto específico pago para a empresa prestadora do serviço, quando aplicável.

Não há cálculo de valor detalhado “orçado” e “despendido” por projeto no momento.

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

De forma a mitigar eventual dependência tecnológica as seguintes providências são adotadas:

A gestão de atividades de TI, realizadas por servidores e por empresas prestadoras de serviço, é sempre feita por servidores do INPE;

Uso de sistemas corporativos (SEI em implantação), sistemas de apoio e ferramentas de gerenciamento de TI disponíveis no Portal de Software Público Brasileiro ou gratuitas, sempre que possível;

Exigência de documentação completa dos produtos entregues, principalmente de sistemas de gestão, com código fonte e demais documentos que permitam a compreensão do sistema e possibilitem acesso completo a informações relevantes para as modificações do sistema que se façam necessárias.

Estas providências visam mitigar a dependência de empresas prestadoras de serviço.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do Cidadão

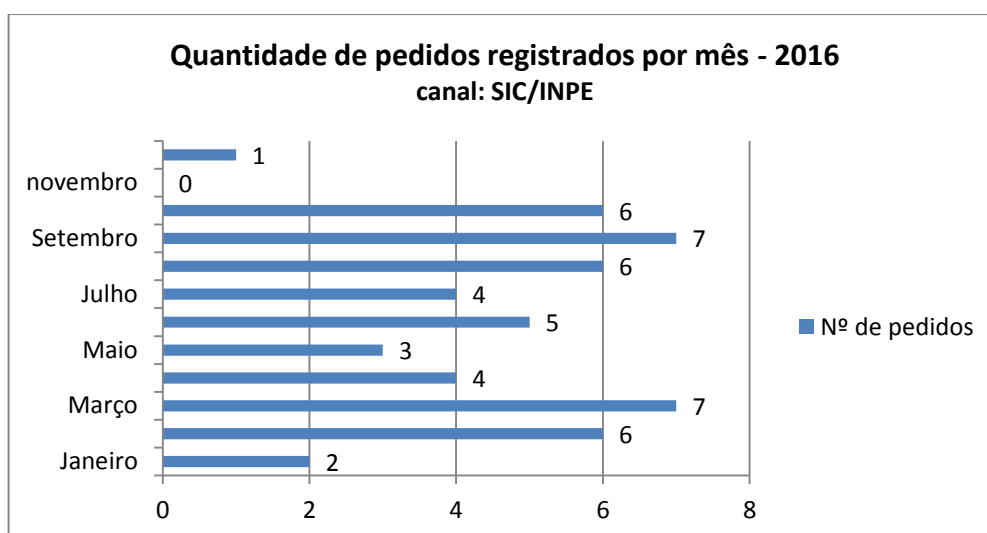
Por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do INPE, o Instituto atende e orienta os cidadãos quanto ao acesso à informação. O SIC pode ser acessado em www.inpe.br/acessoainformacao/SIC, página onde estão disponibilizados formulários para pedido de acesso à informação, recursos referentes a pedido de acesso e reclamações, link para acesso ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), bem como informações para contato, como telefone, endereço e e-mail <sic@inpe.br>. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) é um sistema centralizado para o tratamento de pedidos de acesso à informação amparados pela Lei de Acesso (Lei 12.527/2011), no âmbito do Poder Executivo Federal. O e-SIC é gerenciado e mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Outra forma de entrar em contato com o Instituto é pelo canal de comunicação *Webmaster*, por meio do item “Fale Conosco” <webmaster@inpe.br>, disponível em todas as páginas do site institucional do INPE.

Ao longo de 2016, o SIC-INPE recebeu e deu tratamento a um total de 51 pedidos de acesso à informação, com um tempo médio de resposta em torno de 8,49 dias e o Webmaster/INPE recebeu 614 solicitações com tempo médio de resposta de 3,5 dias.

Estatísticas de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitações

Figura 3 - Pedidos de acesso à informação e solicitantes – SIC/INPE – 2016



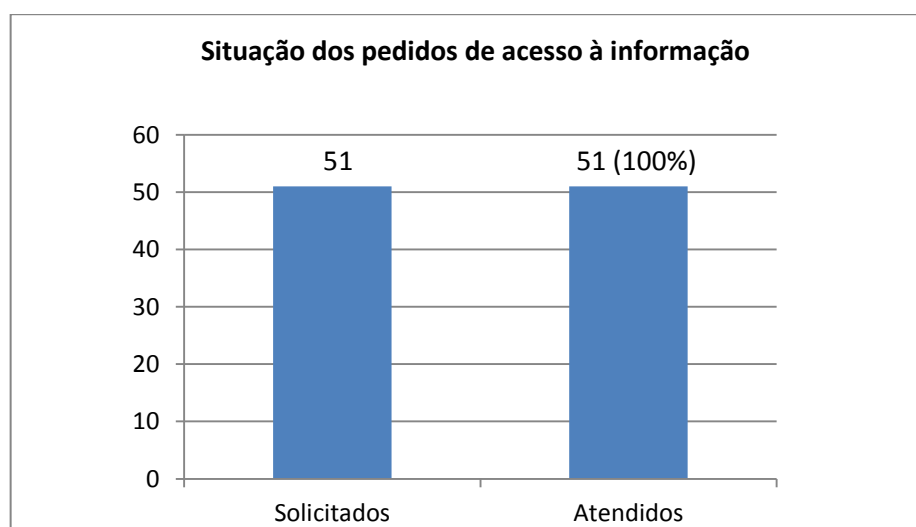
Quadro 80 - Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação

Mês	Número de pedidos
Janeiro	2
Fevereiro	6
Março	7
Abril	4
Maio	3

Junho	5
Julho	4
Agosto	6
Setembro	7
Outubro	6
Novembro	0
Dezembro	1

Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Figura 4 - Situação dos pedidos de acesso à informação



Características e temas dos pedidos de acesso à informação

Quadro 81 - Pedidos de acesso à informação

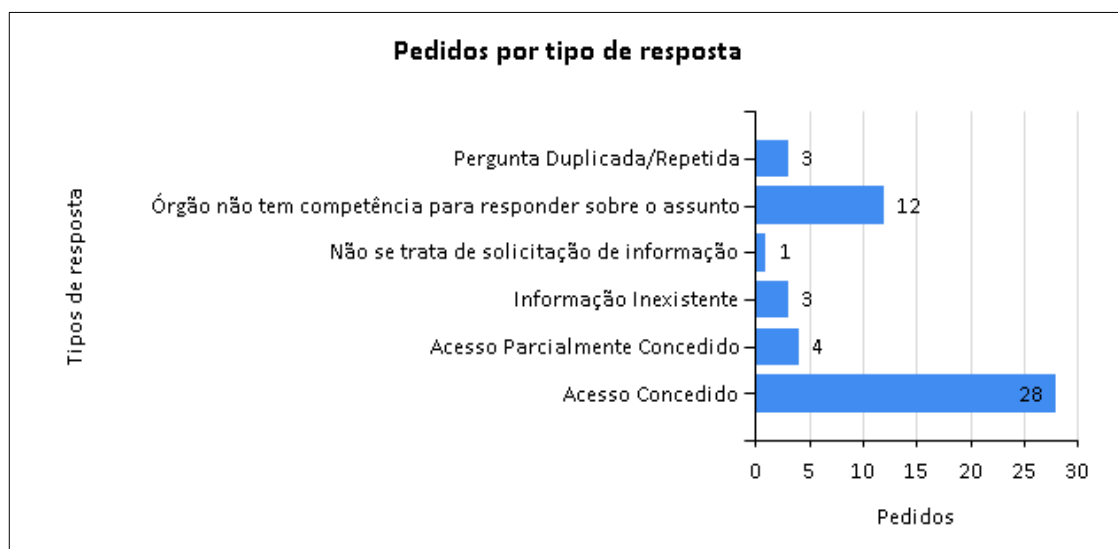
Características dos pedidos de acesso à informação no período	
Total de perguntas:	99
Perguntas por pedido:	1,94
Total de solicitantes:	40
Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	06
Solicitantes com um único pedido:	33

Quadro 82 - Temas das solicitações de acesso à informação

Temas das solicitações de acesso à informação		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Ciência, informação e comunicação - Ciência e Tecnologia	39	76,47%
Governo e política - Administração pública	10	19,61%
Governo e política – Política	01	1,96%
Governo e Política - Organização do estado	01	1,96%

O tempo médio de resposta aos pedidos de informação foi de 8,49 dias. Durante o período foi efetuada uma prorrogação e nenhuma negativa de acesso foi efetuada. A Figura 5 a seguir apresenta o número de pedidos por tipo de resposta.

Figura 5 - Resposta aos pedidos de acesso à informação



Quadro 83 - Meio de resposta – Acesso à informação

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	51	100

Os quadros a seguir apresentam detalhes do perfil dos solicitantes

Quadro 84 - Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	39	97,50%
Pessoa Jurídica	1	2,50%

Quadro 85 - Localização dos solicitantes – Acesso à informação

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AP	1	2,56%	2
DF	6	15,38%	7
MG	4	10,26%	4
MT	1	2,56%	1
PB	1	2,56%	1
PE	1	2,56%	6

PR	1	2,56%	2
RJ	1	2,56%	1
RS	3	7,69%	3
SC	2	5,13%	2
SE	1	2,56%	1
SP	13	33,33%	13
Não informado	4	10,26%	6

Quadro 86 - Perfil dos solicitantes - pessoa física

Gênero	
Masculino	46,15%
Feminino	41,03%
Não informado	12,82%
Escolaridade	
Mestrado/Doutorado	38,46%
Ensino superior	25,64%
Pós-graduação	15,38%
Ensino Médio	10,26%
Não informado	10,26%

Quadro 87 - Perfil dos solicitantes - pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - PME	100,00%
Profissão	
Estudante	20,51%
Não informado	15,38%
Pesquisador	12,82%
Servidor público federal	12,82%
Professor	7,69%
Outra	7,69%
Servidor público estadual	7,69%
Empregado - setor privado	7,69%
Servidor público municipal	5,13%
Jornalista	2,56%

Figura 6 - Comparativo de pedidos de acesso à informação no período entre 2014 a 2016 - SIC/INPE

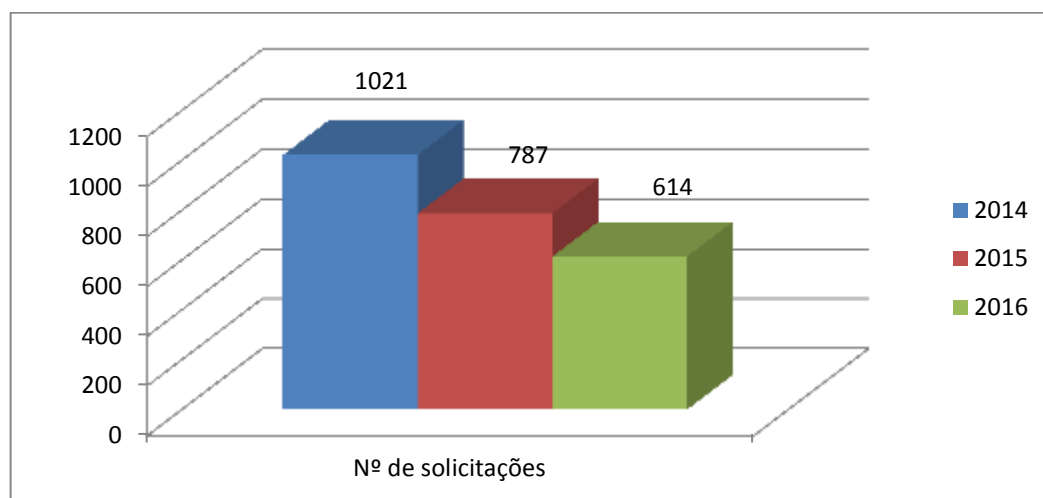


Figura 7 - Pedidos de informação recebidos através do *Webmaster* Institucional (*Webmaster@inpe.br*).

Período de consulta	Jan a dez/2016
Quantidade de pedidos	614
Média mensal	51,17
Tempo médio de resposta (dias)	3,5

Figura 8 - Número de pedidos registrados por mês - 2016

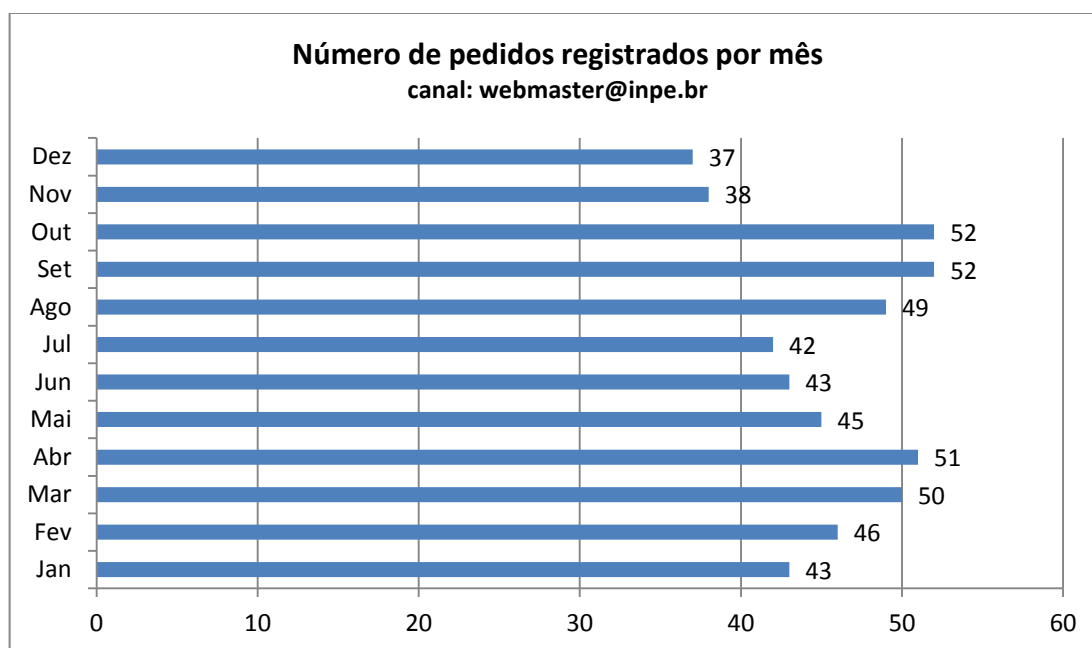


Figura 9 - Tipos de solicitações

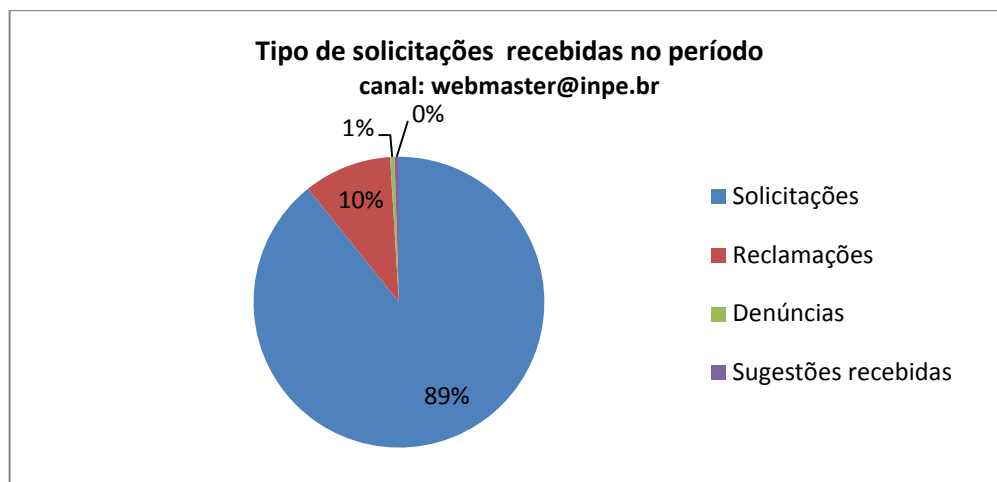
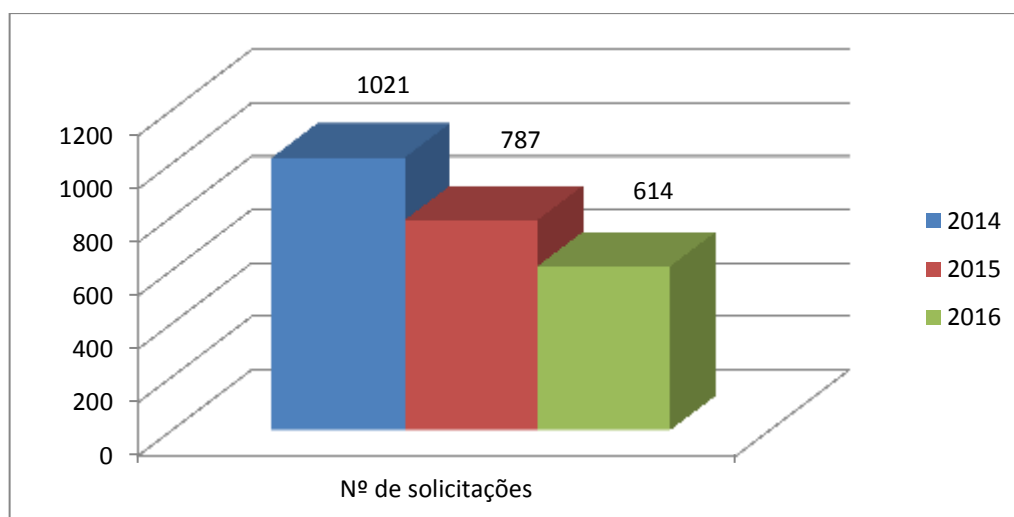


Figura 10 - Comparativo de solicitações recebidas no período entre 2014 a 2016 canal de acesso webmaster@inpe.br



Além dos canais institucionais SIC e *Webmaster*, algumas áreas finalísticas e de gestão do INPE mantém links, registros e estatísticas de acesso aos seus serviços e produtos. A seguir são apresentadas algumas dessas áreas. No site institucional é possível ter acesso a todas as áreas de pesquisa e tecnologia do Instituto.

Programa EMBRACE

O Programa Embrace/INPE, que significa "Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial", possui canais de acesso direto do cidadão à unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc. Um deles é através do Portal Web do Programa Embrace/INPE <<http://www2.inpe.br/climaespacial/portal/pt/>>. Outro canal disponível é o acesso direto, que pode ocorrer de forma presencial durante Workshops e visitas dos usuários de Clima espacial. Todos os canais podem ser acessados por qualquer cidadão, sem custos e sem qualquer restrição.

Programa QUEIMADAS

O Banco de Dados de Queimadas é o sistema precursor do Programa Queimadas e utilizado para *download* dos focos de queimadas e incêndios detectados em imagens de satélite. Nele, é possível encontrar todos os dados das detecções desde 1998 <<http://www.inpe.br/queimadas/>>. O contato para perguntas, sugestões ou críticas pode ser feito através do email (queimadas@inpe.br). Através do link <<https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/cadastro-de-usuarios>> o usuário pode se cadastrar para receber alertas de focos em áreas protegidas, relatório diários, boletim mensal, alertas de fumaça, mensagens operacionais etc.

Programa AMAZÔNIA

O Programa de Monitoramento da Amazônia do INPE (PAMZ) conta com quatro sistemas operacionais: PRODES, DETER, DEGRAD e TERRACLASS. Estes sistemas são complementares e foram concebidos para atender a diferentes objetivos.

As atividades operacionais do PAMZ estão divididas nos seguintes projetos, onde os três primeiros são operados a partir do campus do INPE em São José dos Campos/SP e o último a partir do Centro Regional da Amazônia que o INPE mantém em Belém/PA:

- PRODES – Inventário anual do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal <www.obt.inpe.br/prodes>
- DETER – Alertas de desmatamento em tempo quase real na Amazônia Legal <www.obt.inpe.br/deter>
- DEGRAD – Mapeamento de áreas florestais degradadas na Amazônia Legal. <www.obt.inpe.br/degrad>
- TERRACLASS – Mapeamento do uso e cobertura da terra das áreas desmatadas na Amazônia Legal <<http://www.inpe.br/cra>>

Todos os sistemas acima disponibilizam seus dados pública e gratuitamente para sociedade e contam com canais próprios para fazer esta distribuição. A forma encontrada para disponibilizar esses dados é através de sítios específicos na Internet (endereços acima) onde é possível consultar e obter um conjunto de mapas em formato vetorial, imagens de satélite, Quadros e estatísticas. Todos os sites também indicam um contato via e-mail para solucionar eventuais dúvidas dos usuários.

O acesso aos dados dos sistemas PRODES e DETER é feito a partir de um cadastramento prévio do usuário interessado. O acesso aos relatórios de avaliação do sistema DETER é feito através do link <<http://www.obt.inpe.br/deter/avaliacao/?M=D/>>.

Sistema INPE-EM

O sistema INPE-EM (INPE - Emission Model) é um serviço do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que visa tornar disponíveis estimativas anuais de emissões de gases do efeito estufa (GEE) por mudanças de cobertura da terra no Brasil de modo espacialmente explícito. A versão atual do sistema disponibiliza estimativas anuais de emissões para a Amazônia Brasileira com base nos dados do Sistema PRODES.

São disponibilizadas estimativas de 1ª Ordem (que supõe de modo simplificado que 100% das emissões ocorram no momento da mudança de uso/cobertura) e de 2ª Ordem (que buscam representar o processo gradativo de liberação e absorção do carbono como ocorre de fato). As informações podem ser obtidas no link <<http://inpe-em.ccst.inpe.br/>>.

Grupo de Eletricidade Atmosférica (ELAT)

O caminho de acesso no portal do INPE às informações do Grupo é o Portal ELAT <www.inpe.br/elat>. Os canais de acesso do cidadão as informações são os e-mails mencionados no Portal, bem como os e-mails do Governo Federal de acesso as informações. São recebidas cerca de 50 solicitações mensalmente e todas são atendidas dentro das possibilidades técnicas e de pessoal. Todas as solicitações que envolvam possíveis ações judiciais são orientadas a serem encaminhadas à Direção do instituto com a indicação do motivo da solicitação. Em geral o tempo de resposta é de até 30 dias. O grau de satisfação dos solicitantes é de 99%. O acesso público e sem custos permite ao cidadão ter respondidas suas reivindicações, na maioria das vezes referente à incidência de descargas atmosféricas em um dado local.

O ELAT mantém através de seu Portal na internet ou no YouTube informações para fácil acesso. Além disso, o acesso pode se dar através de correspondências enviadas ao instituto.

Ciências Espaciais e Atmosféricas

Todas as informações sobre a área de ciências espaciais e atmosféricas estão disponíveis a partir das *webpages* do Instituto. A página de entrada, da coordenação de ciências espaciais, é através de <http://www.cea.inpe.br/>, seguindo o padrão atualmente em vigor no Instituto. As informações são abertas para os públicos interno e externo. Na parte esquerda da página encontra-se o menu de acesso às informações gerais, inclusive orçamentária e dos cursos de pós-graduação, em astrofísica e geofísica espacial, mantidos pelo INPE, bolsas especiais (Capacitação Institucional – PCI), ATAS das reuniões do Comitê Assessor da Coordenação de Ciências Espaciais e Atmosféricas, entre outras informações. No centro da página encontram-se os links de acesso às páginas das Divisões de Pesquisa (Aeronomia, Astrofísica e Geofísica Espacial) e Setores da CGCEA. O acesso também pode ser feito pela página principal do INPE <www.inpe.br> através do menu a esquerda (links: pesquisa e desenvolvimento; observações astronômicas; clima espacial; pós-graduação; cartilhas didáticas; difusão de conhecimento).

Todo cidadão pode encaminhar dúvidas, sugestões, críticas através do canal webmaster do Instituto. O procedimento é o encaminhamento do e-mail do cidadão para a Coordenação-Geral, através do webmaster. A outra forma de acesso é o portal de acesso à informação <<http://www.inpe.br/acessoainformacao/>>, incluindo também o sistema e-SIC da CGU. Via o canal webmaster foram registradas, na Coordenação-Geral, 39 perguntas e/ou pedidos de informação em 2016.

Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

O canal de acesso para o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos é o link <www.cptec.inpe.br>, através do qual podem ser obtidas informações sobre tempo, clima, previsão numérica, energia, entre outros.

O atendimento a imprensa, empresas privadas, instituições de ensino e ao cidadão em geral quanto a dúvidas, sugestões etc. é feito através do (atende@cptec.inpe.br) ou do telefone (12) 31868504, (12) 31868416, entre outros números divulgados no site.

No ano de 2016 foram realizados 2.776 atendimentos por intermédio de email e 895 por telefone.

Quadro 88 - Características dos atendimentos por email

Atendimento gerado pelo site no link “Fale Conosco”	96%
Webmaster do INPE	2%
Outros (direto a servidores que encaminham as mensagens ao atendimento)	2%
Assuntos	
Solicitação de dados históricos observados e imagens de satélites, 2068	74%
Previsões de tempo para datas futuras 556	20%
Reclamações	3%
Outros	2%
Aplicativos	1%
Usuários	
Não identificados	42%
Cidadãos	42%
Imprensa	5%
Instituição pública/pesquisador	4%
Empresa privada	4%
Estudantes	3%
Agricultores	2%

Laboratório de Integração e Testes

As informações referentes a todas as áreas do Laboratório estão apresentadas no site <www.lit.inpe.br>. O cidadão pode entrar em contato através de email ou telefone indicados no site. O Laboratório possui dados estatísticos de todos os usuários e, entidades que visitam o Laboratório, tais como escolas, comitativas, participantes de congresso, os quais podem ter acesso a informações do site como programas espaciais, treinamentos e outras atividades, inclusive contato com webmaster.

Geração de Imagens de Satélites

As informações da Divisão de geração de imagens podem ser acessadas através do site <<http://www.dgi.inpe.br/siteDgi/portugues/cadastro.php>>. O atendimento ao usuário (ATUS) permite o acesso às informações sobre os produtos, catálogos e pedidos. São funções do ATUS: auxiliar no cadastramento dos usuários para aquisição das imagens; orientar o acesso ao catálogo de imagens; auxiliar os usuários na pesquisa das imagens; acompanhamento das questões relacionadas aos pedidos; e responder as dúvidas em relação as questões das imagens.

Observações Astronômicas

O Miniobservatório Astronômico o INPE é um projeto cuja implantação está vinculada ao projeto multi-institucional Telescópios na Escola (TnE), com o objetivo de estabelecer no país uma rede de observatórios astronômicos que possam ser operados remotamente por estudantes de todos os níveis do ensino formal para fins de inclusão e educação científica. É possível a todos os cidadãos o agendamento de observações astronômicas através do link <<http://www.das.inpe.br/miniobservatorio/contato.php>>. As observações são acompanhadas por especialistas do INPE.

Programa SONDA

A rede SONDA de dados nasceu de um projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para implementação de infraestrutura física e de recursos humanos destinada a levantar e melhorar a base de dados dos recursos de energia solar e eólica no Brasil. As informações sobre o Programa SONDA podem ser obtidas através do contato direto com o/a webmaster <sonda@inpe.br> e na própria página do site <<http://sonda.ccst.inpe.br/infos/ajuda.html>>.

A produção científica da equipe envolvida com a rede SONDA está disponível no website de seu mantenedor, o LABREN - Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia.

Centros Regionais do INPE

O INPE atende o cidadão brasileiro nas regiões Norte, Nordeste e Sul, por meio dos seus Centros Regionais. O Centro Regional do Nordeste (CRN) disponibiliza para a sociedade brasileira, gratuitamente, dados ambientais coletados por uma rede de Plataformas Ambientais (PCD) instaladas no país, em mais de 400 pontos. Os dados são transmitidos para os satélites do INPE, processados e armazenados no Sistema Integrado de Dados Ambientais (SINDA). O acesso aos dados coletados é por meio da página WEB do SINDA <<http://sinda.crn2.inpe.br/PCD/SITE/novo/site/index.php>> ou contato direto com o/a Webmaster <sinda@crn2.inpe.br >. O Centro Regional da Amazônia (CRA) interage com a sociedade em iniciativas da Fundação Guamá, para auxílio à Associação de Moradores do Bairro Terra Firme, contribuindo com doações, recursos e divulgação. Também atua em campanhas para ajudar algumas Instituições de amparo aos idosos. Com relação à área educacional, recebe, por ano, por volta de 100 alunos de Universidades e escolas de ensino técnico para visitas sobre atividades do INPE no monitoramento de florestas ou do INPE, como instituição que atua na área espacial. As informações do CRA são disponibilizadas ao cidadão através do link <<http://www.inpe.br/cra/>>. O Centro Regional Sul, que desenvolve pesquisas nas áreas Ciências Espacial e Atmosférica, especificamente os diversos fenômenos ligados à interação Sol-Terra e ao estudo do ambiente atmosférico interligado Troposfera-Estratosfera/Mesosfera- Termosfera-Ionosfera, disponibiliza suas informações através do link <<http://www.inpe.br/crs/>>.

Biblioteca

O acesso à Biblioteca do INPE pode ser feito fisicamente pelo público interno e externo de segunda à sexta-feira, das 8h30 às 17h. Muitos dos serviços e produtos da Biblioteca estão disponíveis também virtualmente, por meio do acesso à página “Biblioteca On-line”, acessível em <http://www.inpe.br/>, pelo menu lateral, subitem Ensino em Documentação, Biblioteca On-line, OU pode ser feita uma busca rápida na Biblioteca Digital ou Biblioteca Física, na barra superior do site do INPE.

Nesse site qualquer cidadão pode acessar vários dos produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca, como: Consulta à Biblioteca Física (publicações adquiridas e disponíveis para consulta nas bibliotecas do INPE); Consulta à Biblioteca Digital da Memória Científica do INPE (BDMCI), correspondente à produção técnico-científica do INPE; Orientação para publicação digital no INPE; Informações gerais sobre o acervo, empréstimo, renovação, intercâmbio de documentos, bases de dados disponíveis internamente etc).

O Quadro a seguir contém os dados totais de publicações e acessos às bases de dados disponibilizadas pela Biblioteca do INPE em 2016.

Quadro 89 - Acessos às bases de dados disponibilizados pela Biblioteca

INFORMAÇÕES / ATIVIDADES	2016
Usuários cadastrados	2.042 internos 113 externos
Acervo bibliográfico - Total de publicações cadastradas	241.732
Circulação (Empréstimos e consulta local do acervo bibliográfico)	7.875
Consulta ao banco de dados bibliográfico- SophiA	11.122
Acervo da memória técnico-científica do INPE	48.500 referências (31.600 com texto completo)
Total de acessos à memória técnico-científica	17.414
Total de acessos ao Portal de Periódicos da CAPES pelo INPE	134.290 (em 2015*)

* A CAPES disponibiliza a consulta ao sistema de estatísticas GEOCAPES (ferramenta de dados georreferenciais) que apresenta os dados de acesso ao Portal por estado e instituição desde 2001. Entretanto, os dados de 2016 ainda não foram disponibilizados.

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

Parte importante das funções do Núcleo de Inovação Tecnológica é a divulgação dos resultados das pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos do INPE à Sociedade. O NIT possui site específico com o objetivo de apresentar suas atribuições e informações que possam interessar ao usuário, que pode ser acessado em <http://www.inpe.br/tec/nit/>. Além disso, apresenta as proteções de propriedades intelectuais requeridas e/ou concedidas ao INPE pelo INPI. O site também contém a “Vitrine Tecnológica”, onde o usuário pode acessar as tecnologias disponibilizadas pelo INPE para transferência e licenciamento para empresas. No ano de 2016, o site recebeu 4916 acessos. Neste mesmo ano, o NIT realizou o seu primeiro Workshop de Inovação, que teve como participantes atores da indústria aeroespacial brasileira e demais setores da sociedade.

Coordenação de Recursos Humanos

A Coordenação de Recursos Humanos do INPE publica oportunidades da área na página do INPE na internet, em “Gestão >> Anúncios e Oportunidades”. Nessa página são divulgadas informações sobre Estágio no INPE. Através do endereço de e-mail <estagio@inpe.br>, é possível o envio de currículo, conforme link <http://www.inpe.br/gestao/anuncios_opportunidades/estagios.php>.

As questões relacionadas à Recursos Humanos do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e do Webmaster são encaminhadas pelo Sistema a esta Coordenação de Recursos Humanos para atendimento ao cidadão.

5.2 Carta de serviços ao Cidadão

De acordo com o Decreto n. 6.932, de 11 de agosto de 2009, em seu artigo 11º, “os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão

elaborar e divulgar ‘Carta de Serviços ao Cidadão’, no âmbito de sua esfera de competência”. O INPE entende que não presta serviços diretamente ao cidadão. Portanto, não tem elaborada uma *Carta de Serviços ao Cidadão*.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O INPE considera que não presta serviços diretamente ao cidadão, e, que, portanto, está desobrigado de manter uma *Carta de Serviços ao Cidadão*, e de aplicar periodicamente a pesquisa de satisfação prevista no art. 12 do Decreto 6.932/2009. Contudo, através da interface *webmaster*, com resposta direta de pesquisadores para o cidadão, são recebidos e-mails em que o cidadão expressa sua satisfação com o atendimento. No caso do Laboratório de Integração e Testes, especificamente, é utilizada uma ferramenta para medir a satisfação dos usuários a “Pesquisa de satisfação dos clientes – PSC”, realizada uma vez ao ano; através da pesquisa é gerado relatório e os resultados são incluídos no relatório anual de atividades do Laboratório. É realizada anualmente pesquisa de satisfação de clientes do Laboratório, com a finalidade de atender aos requisitos do INMETRO e da Norma. A pesquisa é realizada no segundo semestre do ano, somente para os Laboratórios acreditados. O resultado desta pesquisa é público e os formulários são acessados pelos responsáveis e chefe do Laboratório. Reclamações e sugestão de melhorias são registradas nos relatórios e, em alguns casos, subsidiam ações corretivas do sistema da qualidade. No caso da Biblioteca, além do recebimento de e-mails onde os usuários expressam sua satisfação, há uma caixa de sugestões fixada na recepção do prédio.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O INPE mantém *site* institucional <<http://www.inpe.br>>, no qual podem ser encontrados *links* para o canal de acesso à informação <<http://www.inpe.br/acessoainformacao/>> e para o Portal de Acesso à Informação do Portal Brasil, conforme Instrução Normativa nº 8, de 19 de dezembro de 2014 da SECOM (Secretária de Comunicação Social) da Presidência da República. Além disso, o canal de comunicação *webmaster*, por meio do item “Fale Conosco” <webmaster@inpe.br>, está disponível em todas as páginas do site institucional do INPE.

Na página principal do INPE, há dois caminhos para acessar os Relatórios de Gestão, Relatórios de Auditoria de Gestão e Acórdãos do TCU: clicando no item “Relatório de Gestão” localizado no menu lateral esquerdo ou no botão “Relatório de Gestão” localizado no canto inferior direito da página, sendo que ambos os caminhos levam à página em que estão disponibilizados os links para downloads dos Relatórios, em <http://www.inpe.br/gestao/relatorio_gestao.php>.

Outros documentos relevantes do Instituto como, por exemplo, o Relatório do Termo de Compromisso de Gestão, enviado semestralmente ao MCTI, podem ser acessados por meio do canal de acesso à informação. Além disso, informações referentes às áreas finalísticas do INPE também podem ser acessadas a partir da página principal do Instituto.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e o Decreto 5.296/2004 estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dão outras providências.

Com relação à acessibilidade física, o Instituto vem se reestruturando nos últimos dez anos para atender à lei 10.098/2000. Os prédios novos como o CCST, CTE2, CEA2, LABGEL, LAMBDA e BETA já foram projetados para atender a lei de acessibilidade. Todos possuem vagas reservadas e claramente sinalizadas destinadas ao estacionamento de veículos de pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida. Os demais prédios necessitam de um estudo para implantação da acessibilidade. Em área externa do INPE todas as calçadas foram reestruturadas para cumprimento da lei. Adicionalmente, todos os passeios públicos do Instituto possuem altura máxima aproximada de 10 centímetros com relação à via de trânsito interna e rampas de acesso.

Com relação a seu sítio na internet, o INPE está trabalhando na reformulação conforme estabelecido na Instrução Normativa SECOM-PR N° 8, de 19 de dezembro de 2014, que disciplina a implantação e a gestão da Identidade Padrão de Comunicação Digital das propriedades digitais de órgãos e entidades do Poder Executivo.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens de patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Para realização dos cálculos de depreciação, de amortização e da exaustão de itens do patrimônio e a avaliação e mensuração dos ativos e passivos, o Instituto adota os critérios e procedimentos definidos na Macrofunção 020330 do Manual do SIAFI do Governo Federal, norteadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 16.9 e 16.10.

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

As informações referentes à apuração de custos no âmbito da unidade foram prestadas na Unidade Prestadora de Contas da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, posto que a unidade responsável pelo gerenciamento de custos (Setorial de Custos no âmbito de órgão superior) é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA (na nova estrutura, Diretoria de Administração – DAD, conforme Decreto n. 8.877, de 18 de outubro de 2016), de acordo com a Portaria SEXEC nº 6, de 30 de maio de 2012, cuja unidade integra a estrutura da Secretaria Executiva desse Ministério. As Unidades de Pesquisa do MCTI, entre as quais o INPE, ainda não adotaram o Sistema de Custos do Governo Federal no exercício em referência, mas tão logo seja possível tomarão as providências cabíveis.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Ver Anexo 1

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As informações gerenciais sobre o tratamento dispensado pela UPC às recomendações feitas pelo TCU foram tratadas no item seguinte - Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.

As informações para atendimento ao Acórdão nº 520/2015 – TCU – Plenário, que determina que o INPE incorpore a seu Relatório de Gestão, até o ano de 2020, estudos e levantamento relacionados à adequação e reposição do quadro funcional, dando-se notícia, ainda, sobre os resultados das tratativas com os órgãos competentes visando suprir tais necessidades foram apresentadas no item Gestão de Pessoas deste Relatório.

Quadro 90 – Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 008.834/2012-1	3132/2014 Plenário	- 9.1	Ofício 2944/2014- TCU/SECEX-SP	23/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. Determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que, no prazo de cento e oitenta dias:</p> <p>9.1.1. Promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;</p> <p>9.1.2. Promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a estabelecer cláusula de remuneração da fundação de apoio com base em critérios claramente definidos, em conformidade com os custos operacionais efetivamente incorridos, observado o limite máximo estabelecido, conforme o caso, no art. 11 do Decreto 5.563/2005 ou no parágrafo único do art. 52 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011; promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;</p> <p>9.1.3. Elabore norma disciplinando o seu relacionamento com a Funcate, em cumprimento ao disposto no art. 6º, caput, do Decreto 7.423/2010, observando as diretrizes indicadas nos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 1.935/2011-TCU-2ª Câmara, além das demais disposições legais e regulamentares que tratam do assunto; promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e</p>				

60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

As determinações constantes do Acórdão vêm sendo cumpridas, conforme informado através do Ofício GAB nº 0483/2016, enviado ao TCU em 09/06/2016, em complementação ao Ofício GAB nº 0477/2016. Em suma, o INPE tem recolhido à conta única do Tesouro Nacional os recursos oriundos da prestação de serviços efetuada com utilização de suas instalações, equipamentos e mão-de-obra, bem como vem adotando as medidas necessárias para adequar os convênios firmados com a FUNCATE, agora regidos pela Norma de Relacionamento que já se encontra em vigor. Vale destacar, a propósito, que os novos convênios, em sua grande maioria, têm sido elaborados com o auxílio da CJU/SJC, no âmbito do Termo de Cooperação firmado entre o DCTA, a CJU/SJC e o INPE, conferindo-se-lhes, assim, a necessária observância à normatização legal. Saliente-se, enfim, que até o momento não houve análise conclusiva por parte desta Corte de Contas a respeito do cumprimento das citadas determinações, em vista das providências adotadas. Como último andamento processual consta o envio dos autos ao Ministro Augusto Sherman, para pronunciamento.

Quadro 91 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 029.012/2015-5	8941/2016 – 2ª. Câmara	1.7	Ofício 2236/2016- TCU/SECEX-SP	26/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que:				
1.7.1. no prazo de 60 (sessenta) dias, envie a seguinte documentação:				
1.7.1.1. demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;				
1.7.1.2. obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012;				
1.7.1.3. detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato;				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A questão atinente à verificação dos contratos mantidos com empresas passíveis de se beneficiarem da desoneração da folha de pagamento é objeto da Recomendação 149698, OS: 201503494, Constatação 21, do Plano de Providências Permanente do INPE, decorrente dos Relatórios de seu Órgão de Controle Interno (OCI). Neste contexto, tão logo recebida a aludida recomendação, foi providenciada seu encaminhamento a todas as Áreas do Instituto, a fim de que verificassem, em seus contratos, a possibilidade de incidência do benefício legal. Foram identificados 8 contratos que possivelmente se enquadravam na situação, sendo três de TI e cinco da Coordenação de Gestão Interna (Construção Civil). Devidamente notificadas, cinco empresas apresentaram justificativas para o não enquadramento de seus contratos na situação, uma empresa não respondeu até o momento e as duas restantes (Central IT e Active) suscitaram o descabimento da revisão contratual em virtude da liminar concedida nos autos do Acórdão 2859/2013 – Plenário, que suspendeu a obrigatoriedade da revisão por ocasião de pedido de reexame formulado por empresa interessada. Por conseguinte, o INPE solicitou ao seu OCI orientações concernentes à eventual suspensão aventada pelas empresas, bem como a respeito da melhor forma de obtenção, na esfera administrativa, dos valores eventualmente pagos a maior. Em resposta, fornecida no início do mês de dezembro de 2016, o OCI informou que compete ao próprio gestor realizar os cálculos relativos à desoneração, justificadamente, de acordo com os princípios de razoabilidade, economicidade e eficiência. Sobre a eventual suspensão do supracitado Acórdão, sugeriu o OCI que o gestor buscasse apoio do setor jurídico. Antes do envio da dúvida à Consultoria Jurídica da União, para obtenção dos esclarecimentos necessários e continuidade da apuração e eventual restituição de valores, o INPE foi cientificado, por esta Corte de Contas, justamente através das orientações para elaboração deste Relatório de Gestão, sobre a desobrigação de atendimento ao item “Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento”, em virtude de suspensão liminar nos autos do aludido Acórdão, até que haja uma definição do TCU. Por tal razão, foram sobrestadas as providências até que sobrevenha uma decisão colegiada definitiva.

Quadro 92 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 029.012/2015-5	8941/2016 – 2ª. Câmara	1.8	Ofício 2236/2016-TCU/SECEX-SP	26/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8. Recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que:				
1.8.1. organize os seus controles internos levando em consideração alguma metodologia amplamente reconhecida, a exemplo daquela estabelecida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Coso II;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O INPE já iniciou as tratativas tendentes a aprimorar seus controles internos com base em alguma				

metodologia amplamente reconhecida. Os estudos para aferição da metodologia mais aderente às atividades do INPE foram atribuídos a um dos servidores integrantes da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE” instituída em 2014, mediante a Portaria DE/DIR-2830, cujos trabalhos encerraram-se no início do ano de 2015.

Quadro 93 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 029.012/2015-5	8941/2016 – 2ª. Câmara	1.8	Ofício 2236/2016-TCU/SECEX-SP	26/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8. Recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que:				
1.8.2. proceda à designação de responsável(is) por centralizar as informações de gestão da despesa e pagamentos referentes a todos os contratos de exercícios anteriores vigentes no Instituto;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Desde meados de 2015 o INPE manteve a intenção de criar uma estrutura para tratar especificamente de contratos e convênios (CCV). Porém, o diminuto quadro de pessoal do Instituto, agravado pelo substancial aumento de aposentadorias recentes (sobretudo na área de gestão), bem como o corte de cargos em comissão em toda a Administração Pública, ocorrido no final do ano passado, acabaram inviabilizando a criação de tal estrutura quando da atualização do Regimento Interno do INPE, ocorrida em 16/11/2016. Nada obstante, com a operacionalização já efetivada do SIGECON, a que alude o quadro seguinte, espera-se que seja considerada atendida a presente recomendação.				

Quadro 94 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 029.012/2015-5	8941/2016 – 2ª. Câmara	1.8	Ofício 2236/2016-TCU/SECEX-SP	26/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8. Recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que:				

1.8.3. avalie a conveniência e oportunidade de adquirir ou desenvolver ferramenta baseada em tecnologia da informação como apoio para obtenção das informações de gestão da despesa e pagamentos referentes a todos os contratos de exercícios anteriores vigentes no Instituto.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Conforme informação prestada pelo Coordenador de Tecnologia da Informação (CTI), o SIGECON – Sistema de Gerenciamento de Contratos encontra-se em funcionamento. Referido sistema prevê a entrada de informações a serem prestadas por todas as áreas envolvidas na gestão de contratos. Oportuno dizer que, diante de tal providência, a CGU considerou atendida recomendação de idêntico teor, proveniente daquele Órgão de Controle Interno, constante do Plano de Providências Permanente do INPE (OS: 201503494, Constatação: 32, Identificação: 149699).

Situação do Plano de Providência CTI/INPE em atendimento as recomendações do Acórdão nº 1017/2014 – TCU – Plenário

O Plano de Providências foi elaborado em atenção a:

- ACÓRDÃO Nº 1017/2014 – TCU – Plenário
- Processo nº TC 020.349/2013-0
- Grupo I – Classe V – Assunto: Relatório de Auditoria
- Interessados/Responsáveis: não há
- Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
- Representante do Ministério Público: não atuou
- Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (Secex-SP) e Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)
- Advogado constituído nos autos: não há
- Base Normativa observada:
 - Lei 8.666/93, que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal.
 - Lei 8.443/92, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.
 - Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
 - Lei 12.527/2011, que regula o acesso a informação.
 - Decreto 2.271/97, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica.
 - Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação – TCU 2012.
 - Guia Cobit – ISACA – Modelo de boas práticas para governança e gestão de tecnologia da informação.
 - Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.
 - Instrução Normativa 4/2010 SLTI/MP.
 - Instrução Normativa 2/2008 SLTI/MP.

- Inventário de mapeamento de ativos de informação nos aspectos relativos à segurança da informação e comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal – 10/IN01/DSIC/GSIPR.
- Normas ABNT NBR 15999-1:2007 e ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.

Quadro 95 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.1	932/2014-TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Elabore, execute e teste, periodicamente, em atenção às disposições contidas na NC – DSIC/GSI/PR 6/IN01, de 11 de novembro de 2009, e em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário, o plano de gestão de continuidade do negócio da Instituição, de forma a minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades, à semelhança das orientações contidas na seção 14 da ABNT NBR ISO/IEC 270002:2005, nas seções 8.6 e 8.7 da ABNT NBR 15999-1:2007 e no Cobit 5, DSS04.3 – <i>Develop and implement a business continuity response</i> (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio).</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Justificativa:</p> <p>Houve atraso na elaboração do Plano de Continuidade de Negócios em função da concentração de esforços na conclusão de processos licitatórios para novos contratos em toda a área de comunicação de voz e dados do INPE, cujos contratos se encerraram em dezembro de 2015 após 5 anos.</p> <p>No ano de 2016 a elaboração do Plano de Gestão de Continuidade de Negócios do INPE teve continuidade, e atualmente encontra-se em fase de elaboração e é uma das metas elencadas no PETI.</p> <p>A elaboração deste documento requer estudo aprofundado sobre o assunto e conhecimento das melhores práticas recomendadas por órgãos competentes. Também requer análise do ambiente da TIC e comunicação com as equipes para levantamento de dados e definição de processos e responsabilidades.</p> <p>Este plano ainda não foi concluído e implantado devido ao número reduzido de pessoas trabalhando na elaboração e revisão de documentos de gestão da área.</p>				

Medidas adotadas:

Estão sendo solicitadas as capacitações sobre práticas de gestão de TI, de forma a permitir a participação de um número maior de servidores qualificados nos trabalhos de elaboração do Plano de Gestão de Continuidade de Negócios do INPE.

Quadro 96 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.2	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore e execute processo de gestão de ativos de informação da entidade, em atenção ao disposto na NC – DSIC/GSI/PR 10/IN01, de 30 de janeiro de 2012, à semelhança das orientações contidas na seção 7.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e no Cobit 5, Processo BA109 – Manage Assets (Gerenciar ativos).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Justificativa: Os trabalhos de gestão de ativos de forma geral foram melhorados com a elaboração do novo sistema de patrimônio do INPE, colocado em produção no ano de 2016. O sistema de patrimônio é utilizado para realizar a gestão de ativos de TI segundo políticas definidas no PDTI. Para a gestão de ativos (monitoração) é utilizado o sistema Nagios, com abrangência sobre os equipamentos corporativos e de missão crítica. Não há recursos suficientes para manter equipes exclusivas de monitoração, o que tem impactado a finalização da elaboração do processo de gestão de ativos. Medidas adotadas: Finalizar a documentação descrevendo o processo de gestão de ativos.				

Quadro 97 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.3	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI, em atenção ao item 2.6 da NC – DSIC/GSI/PR 7/IN01, de 6 de maio de 2010, em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário e com base nos requisitos de negócio e de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na seção 11.11.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Justificativa: Não houve disponibilidade de recursos humanos para adequar o documento RE/DIR-518 (Normas de Uso aceitável dos Recursos computacionais do INPE) segundo as normas e recomendações citadas. Medidas adotadas: Definição ad hoc de critérios de acesso a informações e recursos computacionais no INPE, enquanto não se conclui formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI.				

Quadro 98 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.4	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore e implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação, em atenção ao item 2.6 da NC – DSIC/GSI/PR 4/IN01, de 15 de fevereiro de 2013, em atenção ao item 3.2.7 da NC – DSIC/GSI/PR 4/IN01, de 13 de outubro de 2008, à semelhança das orientações contidas na seção 4 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>Justificativa:</p> <p>Não foi feita a capacitação de servidores para a realização desse tipo de atividade, e não foi possível a contratação de empresas para auxiliar nessa atividade.</p> <p>Medidas adotadas:</p> <p>Propor a capacitação de servidores para a elaboração e implantação de processo de gestão de riscos de segurança da informação.</p>

Quadro 99 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.5	932/2014-TCU/SECEX- SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Justificativa:</p> <p>O processo de gestão de incidentes existe porem não há documentação consolidada.</p> <p>Medidas adotadas:</p> <p>O registro de incidentes passou a ser registrado na ferramenta de gestão de atendimentos Citsmart, que opera segundo processos definidos no ITIL 2011 (nível de serviço, catálogo de serviços, mudança, conhecimento, incidente/requisição, problemas, eventos, configurações e disponibilidade).</p>				

Quadro 100 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.6	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				

Estabeleça e monitore as políticas corporativas, a exemplo da política de segurança da informação e das demais políticas relativas à governança de tecnologia da informação, com base nas boas práticas contidas na seção 2.3 do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Justificativa:

A minuta da POSIC está concluída, porém ainda não foi submetida a Comissão de Segurança da Informação pois a mesma precisa ser criada.

Medidas adotadas:

Solicitação de criação formal da Comissão de Segurança da Informação para a Direção do INPE, o que permite sequencia nos trabalhos de emissão da POSIC INPE.

Quadro 101 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.7	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore e aprove, formalmente, um processo de aprimoramento contínuo da governança de TI que contemple, pelo menos, a definição de papéis e responsabilidades voltadas, especificamente, para a melhoria de governança de TI; realização de diagnósticos ou auto avaliações de governança e de gestão de TI; e definição e acompanhamento de metas de governança, necessidades de negócio e riscos relevantes, a exemplo das boas práticas contidas no capítulo 3 do guia de referência e implementação do Cobit 5.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Justificativa:				
Não há um processo de aprimoramento contínuo da governança de TI formalmente definido. Não houve condição de recursos humanos para estabelecimento de indicadores, avaliação e propostas de ações corretivas/melhoria.				
Medidas adotadas:				
O PDTI estabelece critérios que são avaliados no biênio de cobertura desse documento.				
Resultados obtidos do plano de ações do PDTI anterior foram analisados e ajustes têm sido efetuados no novo PDTI para contemplar indicadores, metas, levantamento de necessidades e riscos recomendados pelo SISP.				

Quadro 102 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.8	932/2014-TCU/SECEX- SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Estabeleça, formalmente, em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009:</p> <p>9.1.8.1. Objetivos de gestão e de uso corporativos de TI alinhados às estratégias de negócio;</p> <p>9.1.8.2. Indicadores de desempenho para os objetivos de gestão definidos;</p> <p>9.1.8.3. Metas de desempenho da gestão e do uso corporativo de TI para cada indicador definido;</p> <p>9.1.8.4. Mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da Instituição;</p> <p>9.1.8.5. Mecanismos de gestão de riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativo de TI.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Justificativa:</p> <p>O processo de gestão de TI não está definido com estabelecimento de indicadores, avaliação e propostas de ações corretivas/melhoria.</p> <p>Não houve sistematização da avaliação do alinhamento de recursos de TI com a estratégia de negócios por deficiência de recursos humanos (poucos servidores).</p> <p>Medidas adotadas:</p> <p>Na elaboração do PETI foram definidos objetivos estratégicos em consonância com o plano Diretor do INPE, em um nível macro gerencial. Esses objetivos formam uma base para definição do plano de ações do PDTI.</p>				

Quadro 103 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.9	932/2014-TCU/SECEX- SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				

Descrição da determinação/recomendação
<p>Utilize, ao elaborar o plano diretor de TI, as práticas contidas na seção 5 do Guia de Elaboração de PDTI do SISP e faça constar, pelo menos, os seguintes elementos:</p> <p>Desdobramento das diretrizes estabelecidas em planos estratégicos, a exemplo do plano estratégico institucional e do plano estratégico de TI;</p> <p>Vinculação das ações de TI (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio.</p> <p>Vinculação das ações de TI (atividades e projetos) a indicadores e metas de serviços ao cidadão.</p> <p>Vinculação entre as ações de TI priorizadas ao orçamento de TI.</p> <p>Quantitativo necessário (ideal) para a força de trabalho em TI.</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>Justificativa:</p> <p>Essa recomendação foi atendida parcialmente. O não atendimento integral se deu por conta da não maturidade da área na elaboração do Plano de TI (PDTI)</p> <p>Medidas adotadas:</p> <p>Avaliação bienal dos indicadores e planos de ações do PDTI.</p>

Quadro 104 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.10	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Realize avaliação quantitativa e qualitativa do pessoal do setor de TI, de forma a delimitar as necessidades de recursos humanos para a gestão e operação das atividades de TI da instituição, em consonância com o item 9.2.2 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.03 – Maintain adequate and appropriate staffing (Manter pessoal adequado de apropriado), atividade 1.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Justificativa:</p> <p>Existe um processo de avaliação periódico definido pelo INPE e a área de TI se utiliza desse processo para a avaliação de seu pessoal. Entretanto são indicadores genéricos, que não levam em conta as necessidades de avaliação relacionadas a TI.</p> <p>Há um dimensionamento de tarefas e do esforço necessário para sua realização. Porém isso não foi</p>				

mapeado em um quadro de recursos humanos

Medidas adotadas:

Foi elaborado um mapeamento das atividades de forma a permitir dar continuidade a avaliação qualitativa e quantitativa do pessoal de TI conforme recomendado.

Quadro 105 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.11	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore, aprove e acompanhe a execução de um plano anual de capacitação do pessoal do setor de TI, de forma a prover e aprimorar o conhecimento necessário para a gestão e operação de TI, em consonância com o item 9.9.1 do acórdão 1233/2012-TCU Plenário, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.03 – Maintain the skills and competencies of personnel (Manter as habilidades e as competências de pessoal), atividade 4 e 5.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
ATENDIDO				

Quadro 106 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.12	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI de acordo com as propriedades do negócio e dentro do orçamento estabelecido, à semelhança das orientações contidas na seção 6.1.3 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Justificativa:				

Essa recomendação está atendida para as atividades de suporte, porém não está completamente atendida nas atividades de desenvolvimento.

Não foi possível estabelecer uma gestão de nível de serviço completa na área de desenvolvimento por conta da falta de maturidade na gestão de projetos.

Medidas adotadas:

Foram instaladas ferramentas que possibilitam a melhoria da gestão de projetos de TI. A equipe está sendo capacitada para operar estas ferramentas, de forma a obter uma gestão com o mesmo nível atingido para gestão de nível de serviço em suporte técnico.

Quadro 107 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.13	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore, publique e mantenha atualizado catálogo de serviços de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO09.02 – Catalogue IT-enabled services (Catalogar serviços de tecnologia da informação habilitados), bem como na seção 6.1.1 da norma ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Justificativa:</p> <p>O Catálogo de Serviços de TI do INPE está em fase final de elaboração e é uma das metas elencadas no PETI. Este documento deve passar por revisão final e conclusão.</p> <p>A elaboração deste documento requer estudo aprofundado sobre o assunto e sobre as melhores práticas recomendadas por órgãos competentes. Também requer análise do ambiente da TI e comunicação com as equipes para levantamento de dados e registro de informações relevantes sobre os serviços.</p> <p>Ainda não foi concluído e publicado o Catálogo de Serviços de TI devido ao número reduzido de pessoas trabalhando na elaboração e revisão de documentos de gestão da área.</p> <p>Medidas adotadas:</p> <p>Encaminhamento a CATI (Comitê Assessor de TI) para revisão, e posterior publicação.</p>				

Quadro 108 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.1.14	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore e execute processo de gestão de continuidade dos serviços de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, DSS04.3 – Develop and implemente a business continuity response (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio);				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Justificativa:</p> <p>Não há maturidade para elaboração e execução de um processo formal de gestão de continuidade dos serviços de TI.</p> <p>A gestão de continuidade dos serviços é feita Ad Hoc.</p> <p>Medidas adotadas:</p> <p>Aprimoramento na elaboração do PDTI, refinando as ações para gestão de continuidade de serviços.</p>				

Quadro 109 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	Nº 1017/2014 TCU - Plenário	9.2	932/2014- TCU/SECEX-SP	06/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar ao INPE que Inclua nos relatórios de gestão, dos exercícios vindouros, informações específicas que permitam o acompanhamento, pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria TCU 175/2013.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>ATENDIDO</p> <p>Nos relatórios de gestão de TI do INPE são providenciadas informações específicas que permitem o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à Governança de TIC, evidenciando os seguintes pontos:</p> <p>Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o</p>				

alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

7.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Este item inclui informações gerenciais sobre o tratamento dispensado pela UPC às recomendações feitas pelo TCU e pelo OCI.

A Direção do INPE foi recentemente substituída, mais precisamente na data de 22 de setembro de 2016, conforme Portaria 1911/2016.

Além da manutenção da logística no tratamento de determinações/recomendações dos órgãos de controle, externo e interno, a Direção atual promoveu, em 16 de novembro p.passado, a atualização do Regimento Interno do INPE, através da qual criou a Coordenação de Acompanhamento de Processos e Formalização de Atos Normativos – COAPF, a quem compete, dentre outras atribuições, *“atender as demandas provenientes do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, bem como acompanhar as auditorias pelos mesmos realizadas”*.

Outrossim, em atendimento à recomendação constante do item 1.8.1., do Acórdão 8941/2016, 2ª Câmara, do TCU, bem como em observância à Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, retomou as tratativas visando o aprimoramento dos controles internos do INPE, atribuindo os estudos necessários para tanto a servidor Membro da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE” instituída em 2014, mediante a Portaria DE/DIR-2830, cujos trabalhos encerraram-se no início do ano de 2015.

Nas questões contratuais, o INPE passou a contar com um novo e importante mecanismo de controle, denominado SIGECON – Sistema de Gerenciamento de Contratos, consistente em um sistema que prevê a entrada de informações a serem prestadas por todas as áreas envolvidas na gestão de contratos.

Especificamente em relação ao TCU, o INPE recebeu dois Acórdãos no ano de 2016, com algumas determinações/recomendações, adotando as providências pertinentes para atendimento, conforme exarado nos quadros que integram o presente Relatório de Gestão.

No que concerne às Recomendações do OCI, houve o atendimento de duas recomendações no ano de 2016, remanescendo 12 recomendações no Plano de Providências do INPE, das quais oito abarcam temas ligados à TI e as quatro restantes referem-se a assuntos diversos.

Vale informar, entretanto, que várias providências já foram adotadas pelo INPE com o intuito de atender às aludidas determinações/recomendações sem que, até o momento, tenha havido a avaliação dos órgãos de controle, o que pressupõe grande probabilidade de redução do número considerado “não cumpridas” ou “pendentes de atendimento”.

Frise-se, enfim, que a despeito do reduzido quadro de pessoal, mormente na área de gestão, mensalmente agravado pelas aposentadorias, bem como da supressão de cargos comissionados, estabelecida, no final do ano passado, para toda a Administração Pública Federal, o INPE tem envidado esforços para atender tempestiva e satisfatoriamente as demandas não só do TCU e de seu OCI, como também aquelas provenientes da Justiça Federal, Ministério Público Federal e da Advocacia Geral da União.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não foi apurado nenhum dano ao Erário no exercício de 2016.

Sobre a estrutura e os controles de que o INPE dispõe para a apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral: ver itens *Tratamento de recomendações do órgão de controle interno* e *Gestão de Riscos e Controles Internos*.

Acrescente-se que, com o escopo de minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos de um modo geral, o Instituto tem se valido do fundamental apoio da Advocacia Geral da União - AGU, tanto no âmbito consultivo, por intermédio da Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos – CJU/SJC, quanto na esfera litigiosa, através da Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos – PSU-SJC.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5 da Lei 8.666/1993

O INPE mantém conformidade com as disposições do art. 5º da Lei nº 8.666/93, seguindo de forma estrita as datas cronológicas para pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, prestação de serviços, locações e realização de obras, tendo como condicionante a vinculação aos sub-repasses financeiros efetuados pela Setorial financeira dos órgãos responsáveis. Visando garantir o cumprimento do cronograma de pagamentos, o Instituto instituiu o registro de tais obrigações na conta contábil “Contas a Pagar credores” do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Os pagamentos são efetuados conforme data de vencimento e fluxo de caixa disponível.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Conforme informado em quadro sobre as determinações/recomendações do TCU, especificamente referente ao item 1.7, do Acórdão 8941/2016, proferido pela 2ª. Câmara nos autos do processo TC 029.012/2015-5, a questão atinente à verificação dos contratos mantidos com empresas passíveis de se beneficiarem da desoneração da folha de pagamento é também objeto da Recomendação 149698, OS: 201503494, Constatação 21, do Plano de Providências Permanente do INPE, decorrente dos Relatórios de seu Órgão de Controle Interno (OCI). Neste contexto, tão logo recebida a aludida recomendação, foi providenciada seu encaminhamento a todas as Áreas do Instituto, a fim de que verificassem, em seus contratos, a possibilidade de incidência do benefício legal. Foram identificados 8 contratos que possivelmente se enquadravam na situação, sendo três de TI e cinco da Coordenação de Gestão Interna (Construção Civil). Devidamente notificadas, cinco empresas apresentaram justificativas para o não enquadramento de seus contratos na situação, uma empresa não respondeu até o momento e as duas restantes (Central IT e Active) suscitaram o descabimento da revisão contratual em virtude da liminar concedida nos autos do Acórdão 2859/2013 – Plenário, que suspendeu a obrigatoriedade da revisão por ocasião de pedido de reexame formulado por empresa interessada. Por conseguinte, o INPE solicitou ao seu OCI orientações concernentes à eventual suspensão aventada pelas empresas, bem como a respeito da melhor forma de obtenção, na esfera administrativa, dos valores eventualmente pagos a maior. Em resposta, fornecida no início do mês de dezembro de 2016, o OCI informou que compete ao próprio gestor realizar os cálculos relativos à desoneração, justificadamente, de acordo com os princípios de razoabilidade, economicidade e eficiência. Sobre a eventual suspensão do supracitado Acórdão, sugeriu o OCI que o gestor buscasse apoio do setor jurídico. Antes do envio da dúvida à Consultoria Jurídica da União, para obtenção dos esclarecimentos necessários e continuidade da apuração e eventual restituição de valores, o INPE foi cientificado, por esta Corte de Contas, justamente através das orientações para elaboração deste Relatório de Gestão, sobre a desobrigação de atendimento ao item “Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento”, em virtude de suspensão liminar nos autos do aludido Acórdão, até que haja uma definição do TCU. Por essa razão, foram sobrestadas as providências até que sobrevenha uma decisão colegiada definitiva.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 110 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional *(1) (3)	2056/ 20VB	22.107,35	28.602,39
Institucional	2056/ 20VB	28.755,07	28.755,07
Institucional	2050/ 20VA	7.000,00	0,00
Institucional	2056/20VB	24.842,43	24.842,43
Institucional	2050/20VA	4.073,75	4.073,75
Institucional	2056/ 20VB	5.285,05	5.285,05
Institucional	2056/ 20VB	14.644,00	14.644,00

Institucional	2056/ 20VB	43.729,96	40.229,96
Legal *(2) (3)	2106/ 2000	106.284,51	130.943,60

Obs (1): Do valor total pago R\$28.602,39, o valor de R\$8.213,14 refere-se a Restos a Pagar de 2015

Obs (2): Do valor total pago R\$130.943,60, o valor de R\$32.903,70 refere-se a Restos a Pagar de 2015

Obs (3): As despesas classificadas como publicidade legal referem-se à publicação de atos legais nos processos de licitações, recursos humanos, entre outros. As despesas classificadas como publicidade institucional, incluem a publicação de artigos científicos em revistas internacionais.

Anexo 1: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
 ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 13/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	126.446.141,79	117.805.221,36
Ordinárias	-	-	Ordinárias	126.072.965,37	117.545.101,38
Vinculadas	-	-	Vinculadas	373.176,42	260.119,98
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Educação	180,00	144.511,06
			Operação de Crédito		51.669,56
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	178.470,09	63.939,36
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	194.526,33	
Transferências Financeiras Recebidas	148.830.241,80	114.927.447,17	Transferências Financeiras Concedidas	851.930,07	840.204,51
Resultantes da Execução Orçamentária	83.001.199,97	64.180.688,72	Resultantes da Execução Orçamentária	72.765,39	36.199,03
Repasse Recebido	30.709.130,56	26.563.178,84	Sub-repasse Concedido	71.798,00	36.199,03
Sub-repasse Recebido	52.292.069,41	37.617.509,88	Sub-repasse Devolvido	967,39	
Independentes da Execução Orçamentária	65.829.041,83	50.746.758,45	Independentes da Execução Orçamentária	779.164,68	804.005,48
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	65.829.041,83	50.661.750,26	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	29.041,83	87.728,18
RP			Movimento de Saldos Patrimoniais	750.122,85	716.277,30
Demais Transferências Recebidas		85.000,00	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		8,19	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			

Aporte ao RGPS	-	-		
Recebimentos Extraorçamentários	49.263.864,36	56.965.817,73	Despesas Extraorçamentárias	65.207.520,39 50.738.090,84
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.407,80	5.843.444,38	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.654.107,22 8.880.686,40
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	47.958.538,93	49.878.733,75	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	57.546.899,62 41.836.418,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.674,98	20.977,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.513,55 20.977,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.289.242,65	1.222.661,88	Outros Pagamentos Extraorçamentários	- 8,52
Arrecadação de Outra Unidade	1.289.242,65	1.222.661,88	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	- 8,52
Saldo do Exercício Anterior	4.351.270,13	1.841.521,94	Saldo para o Exercício Seguinte	9.939.784,04 4.351.270,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.351.270,13	1.841.521,94	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.939.784,04 4.351.270,13
TOTAL	202.445.376,29	173.734.786,84	TOTAL	202.445.376,29 173.734.786,84



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no	-	-	-	-

Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			126.446.141,79	126.446.141,79
TOTAL	-	-	126.446.141,79	126.446.141,79
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	78.317.972,13	63.209.263,33	63.203.855,53	-78.317.972,13
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	49.928,65	49.928,65	44.520,85	-49.928,65
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	78.268.043,48	63.159.334,68	63.159.334,68	-78.268.043,48
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	48.128.169,66	15.278.339,53	15.278.339,53	-48.128.169,66
Investimentos	-	-	48.128.169,66	15.278.339,53	15.278.339,53	-48.128.169,66

Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	126.446.141,79	78.487.602,86	78.482.195,06	-126.446.141,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	126.446.141,79	78.487.602,86	78.482.195,06	-126.446.141,79
TOTAL	-	-	126.446.141,79	78.487.602,86	78.482.195,06	-126.446.141,79

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.855.809,61	13.164.598,08	22.071.321,55	22.071.241,95	925.492,71	23.673,03
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.855.809,61	13.164.598,08	22.071.321,55	22.071.241,95	925.492,71	23.673,03
DESPESAS DE CAPITAL	9.775.422,90	36.714.135,67	35.491.469,71	35.475.657,67	720.883,77	10.293.017,13
Investimentos	9.775.422,90	36.714.135,67	35.491.469,71	35.475.657,67	720.883,77	10.293.017,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	19.631.232,51	49.878.733,75	57.562.791,26	57.546.899,62	1.646.376,48	10.316.690,16

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS	INSCRITOS EM	INSCRITOS EM 31 DE	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
----------	--------------	--------------------	-------	------------	-------

ORÇAMENTÁRIAS	EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES	-	3.015.461,38	3.015.461,38	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	3.015.461,38	3.015.461,38	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	15.447,03	5.326.027,28	4.638.645,84	691.379,50	11.448,97
Investimentos	15.447,03	5.326.027,28	4.638.645,84	691.379,50	11.448,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	15.447,03	8.341.488,66	7.654.107,22	691.379,50	11.448,97



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 13/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	59.828.560,86	14.959.715,78	PASSIVO CIRCULANTE	36.909,84	8.357.903,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.939.784,04	4.351.270,13	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5.407,80	-
Créditos a Curto Prazo	82.226,18	82.226,18	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-

Cientes	82.226,18	82.226,18	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	8.329.974,38
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	47.738.127,68	8.703.247,63	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	2.068.422,96	1.822.971,84	Provisões de Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	31.502,04	27.928,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE	637.940.282,26	656.907.153,19	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de	-	-			
Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	36.909,84	8.357.903,08
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Investimentos do RPPS	-	-			
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	617.895.558,59	638.491.276,25			
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	521.232.843,69	541.864.937,84			
			Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	627.315.433,81	618.108.524,44			
			Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-106.082.590,12	-76.243.586,60			

Acum. de Bens Móveis			Resultados Acumulados	697.731.933,28	663.508.965,89
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	34.700.544,21	-20.919.433,03
Bens Imóveis	96.662.714,90	96.626.338,41	Resultados de Exercícios Anteriores	663.508.965,89	684.428.398,92
Bens Imóveis	96.995.003,67	96.736.187,82	Ajustes de Exercícios Anteriores	-477.576,82	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-332.288,77	-109.849,41	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	697.731.933,28	663.508.965,89
Intangível	20.044.723,67	18.415.876,94			
Softwares	19.999.591,90	18.370.745,17			
Softwares	20.521.979,11	18.370.745,17			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-522.387,21	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	45.131,77	45.131,77			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	45.131,77	45.131,77			

(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	697.768.843,12	671.866.868,97	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	697.768.843,12 671.866.868,97

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	9.939.784,04	4.351.270,13	PASSIVO FINANCEIRO	58.296.247,29	77.867.869,34
ATIVO PERMANENTE	687.829.059,08	667.515.598,84	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	639.472.595,83	593.998.999,63

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo			ESPECIFICAÇÃO / Saldo		

dos Atos Potenciais Ativos		dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	141.992.347,50	177.221.498,06	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	126.144.793,10	161.743.203,66
Execução dos Atos Potenciais Ativos	141.992.347,50	177.221.498,06	Execução dos Atos Potenciais Passivos	126.144.793,10	161.743.203,66
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.666.463,35	858.019,09	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	134.254.884,15	176.292.478,97	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	30.881.437,14	40.361.730,23
Direitos Contratuais a Executar	71.000,00	71.000,00	Obrigações Contratuais a Executar	95.263.355,96	121.381.473,43
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	141.992.347,50	177.221.498,06	TOTAL	126.144.793,10	161.743.203,66

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-50.265.706,02
Recursos Vinculados	1.909.242,77
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.909.242,77
TOTAL	-48.356.463,25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/02/2017

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	29.050.711,93	33.651.970,62
INGRESSOS	150.130.159,43	116.171.086,77
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	150.130.159,43	116.171.086,77
Ingressos Extraorçamentários	10.674,98	20.977,72
Transferências Financeiras Recebidas	148.830.241,80	114.927.447,17
Arrecadação de Outra Unidade	1.289.242,65	1.222.661,88
DESEMBOLSOS	-121.079.447,50	-82.519.116,15
Pessoal e Demais Despesas	-79.960.289,20	-80.578.155,74
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-41.041,78
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-194.706,33	-148.069,32
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-

Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-79.765.582,87	-80.389.044,64
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-40.260.714,68	-1.079.769,66
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-145.235,21	-278.769,66
Outras Transferências Concedidas	-40.115.479,47	-801.000,00
Outros Desembolsos das Operações	-858.443,62	-861.190,75
Dispêndios Extraorçamentários	-6.513,55	-20.977,72
Transferências Financeiras Concedidas	-851.930,07	-840.204,51
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-8,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-23.462.198,02	-31.142.222,43
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-23.462.198,02	-31.142.222,43
Aquisição de Ativo Não Circulante	-20.654.952,75	-26.285.412,47
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.807.245,27	-4.856.809,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-

Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.588.513,91	2.509.748,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.351.270,13	1.841.521,94
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.939.784,04	4.351.270,13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
 ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 13/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	152.905.574,40	169.754.100,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	568.161,63	477.350,94
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-

Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	568.161,63	477.350,94
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.258,17	75.141,83
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.258,17	75.141,83
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	150.777.684,86	165.862.623,26
Transferências Intragovernamentais	148.830.241,80	114.927.447,17
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.947.443,06	50.935.176,09
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	807.346,89	2.622.715,27
Reavaliação de Ativos	115.000,00	2.588.812,98
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	692.346,89	33.902,29
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	750.122,85	716.269,11
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	750.122,85	716.269,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	118.205.030,19	190.673.533,44
Pessoal e Encargos	146.956,45	140.168,83
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	49.928,65	60.698,76
Benefícios a Pessoal	97.027,80	79.470,07
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	89.338,03	119.101,84
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	41.041,78
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-

Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	89.338,03	78.060,06
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	106.977.217,73	111.292.479,08
Uso de Material de Consumo	3.529.733,31	6.805.438,47
Serviços	73.341.231,15	76.629.810,52
Depreciação, Amortização e Exaustão	30.106.253,27	27.857.230,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	424,33
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	424,33
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	8.461.815,21	4.925.387,20
Transferências Intragovernamentais	851.930,07	840.204,51
Transferências Intergovernamentais	1.111.899,42	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.497.985,72	4.085.182,69
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.083.040,48	74.020.410,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	691.379,50	273,23
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.276.660,98	1.444.209,97
Incorporação de Passivos	-	967,39
Desincorporação de Ativos	115.000,00	72.574.959,95
Tributárias	221.887,62	4.652,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	221.887,62	4.652,83
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	224.774,67	170.908,79
Premiações	4.794,60	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	219.980,07	170.908,79

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	34.700.544,21	-20.919.433,03
---	----------------------	-----------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
 ORGÃO
 SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 13/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.439.793,11	2.270.537,09
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.439.793,11	2.270.537,09
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	2.021.798,00	2.646.720,62	Transferências Financeiras Concedidas	201.137,71	71.520,00
Resultantes da Execução Orçamentária	2.021.798,00	2.307.694,56	Resultantes da Execução Orçamentária	197.360,00	35.760,00
Sub-repasse Recebido	2.021.798,00	2.307.694,56	Repasse Concedido	197.360,00	35.760,00
Independentes da Execução Orçamentária	-	339.026,06	Independentes da Execução Orçamentária	3.777,71	35.760,00

Transferências Recebidas para Pagamento de RP		337.728,18	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		35.760,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.297,88	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.777,71	
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	679.618,69	323.025,93	Despesas Extraorçamentárias	268.827,64	546.681,94
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	20.165,68	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20.165,68	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	675.840,98	302.860,25	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	248.661,96	546.681,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.777,71	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.777,71	-			
Saldo do Exercício Anterior	349.276,71	268.269,19	Saldo para o Exercício Seguinte	140.934,94	349.276,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	349.276,71	268.269,19	Caixa e Equivalentes de Caixa	140.934,94	349.276,71
TOTAL	3.050.693,40	3.238.015,74	TOTAL	3.050.693,40	3.238.015,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 13/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-

Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-

Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			2.439.793,11	2.439.793,11
TOTAL	-	-	2.439.793,11	2.439.793,11
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	2.188.361,65	1.733.157,69	1.733.157,69	-2.188.361,65
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	2.188.361,65	1.733.157,69	1.733.157,69	-2.188.361,65
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	251.431,46	30.794,44	30.794,44	-251.431,46
Investimentos	-	-	251.431,46	30.794,44	30.794,44	-251.431,46
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	2.439.793,11	1.763.952,13	1.763.952,13	-2.439.793,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-

Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	2.439.793,11	1.763.952,13	1.763.952,13	-2.439.793,11
TOTAL	-	-	2.439.793,11	1.763.952,13	1.763.952,13	-2.439.793,11

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	17.057,83	286.762,36	232.564,07	232.564,07	54.912,64	16.343,48
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	17.057,83	286.762,36	232.564,07	232.564,07	54.912,64	16.343,48
DESPESAS DE CAPITAL	55.900,00	16.097,89	16.097,89	16.097,89	-	55.900,00
Investimentos	55.900,00	16.097,89	16.097,89	16.097,89	-	55.900,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	72.957,83	302.860,25	248.661,96	248.661,96	54.912,64	72.243,48

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	35.415,73	20.165,68	-	15.250,05
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	35.415,73	20.165,68	-	15.250,05
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-

TOTAL	-	35.415,73	20.165,68	-	15.250,05
--------------	---	------------------	------------------	---	------------------



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
 ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 13/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	222.521,37	437.970,06	PASSIVO CIRCULANTE	15.250,05	35.415,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	140.934,94	349.276,71	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	15.250,05	35.415,73
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	81.586,43	88.693,35	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.165.024,76	4.459.314,26	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	15.250,05	35.415,73
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			

Investimentos do RPPS			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	3.821.620,39	4.118.706,89	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	1.882.054,37	2.126.689,59	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	3.056.040,26	3.075.267,30	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-948.577,71	Resultados Acumulados	4.372.296,08	4.861.868,59
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-489.572,51	20.145,99
Bens Imóveis	1.939.566,02	1.992.017,30	Resultados de Exercícios Anteriores	4.861.868,59	4.841.722,60
Bens Imóveis	1.939.703,03	1.992.143,05	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-137,01	-125,75	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.372.296,08	4.861.868,59
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	343.404,37	340.607,37			
Softwares	341.190,36	338.393,36			
Softwares	341.190,36	338.393,36			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.214,01	2.214,01			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.214,01	2.214,01			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			

Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	4.387.546,13	4.897.284,32	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.387.546,13	4.897.284,32

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	140.934,94	349.276,71	PASSIVO FINANCEIRO	763.334,51	411.233,81
ATIVO PERMANENTE	4.246.611,19	4.548.007,61	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	3.624.211,62	4.486.050,51

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	217.898,15	140.986,33	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.408.014,91	1.381.802,61
Execução dos Atos Potenciais Ativos	217.898,15	140.986,33	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.408.014,91	1.381.802,61
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	217.898,15	140.986,33	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	73.920,00	73.920,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	1.334.094,91	1.307.882,61
Outros Atos Potenciais	-	-	Outros Atos Potenciais	-	-

Ativos a Executar			Passivos a Executar		
TOTAL	217.898,15	140.986,33	TOTAL	1.408.014,91	1.381.802,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-622.399,57
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-622.399,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
 ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 13/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-161.449,44	248.799,65
INGRESSOS	2.025.575,71	2.646.720,62
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-

Outros Ingressos das Operações	2.025.575,71	2.646.720,62
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.021.798,00	2.646.720,62
Arrecadação de Outra Unidade	3.777,71	
DESEMBOLSOS	-2.187.025,15	-2.397.920,97
Pessoal e Demais Despesas	-1.985.887,44	-2.326.400,97
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-1.985.887,44	-2.326.400,97
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-

Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-201.137,71	-71.520,00
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-201.137,71	-71.520,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-46.892,33	-167.792,13
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-46.892,33	-167.792,13
Aquisição de Ativo Não Circulante	-41.027,44	-167.792,13
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.864,89	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-208.341,77	81.007,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	349.276,71	268.269,19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	140.934,94	349.276,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/02/2017

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.025.575,71	2.720.640,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.021.798,00	2.646.720,62
Transferências Intragovernamentais	2.021.798,00	2.646.720,62
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	73.920,00
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	73.920,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.777,71	-
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.777,71	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.515.148,22	2.700.494,63
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.203.318,53	2.544.015,33
Uso de Material de Consumo	100.064,65	227.310,58
Serviços	1.870.533,53	2.085.224,11
Depreciação, Amortização e Exaustão	232.720,35	231.480,64
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	309.599,19	120.936,58
Transferências Intragovernamentais	201.137,71	71.520,00
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	108.461,48	49.416,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	32.800,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-

Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	32.800,00
Tributárias	2.230,50	2.742,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	240,78	240,00
Contribuições	1.989,72	2.502,72
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-489.572,51	20.145,99

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

ORGÃO SUPERIOR EXERCÍCIO PERÍODO EMISSÃO VALORES EM UNIDADES DE REAL

24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

2017 Anual 06/03/2017

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	17.170,74	180.053,32
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	158.539,50
Vinculadas	-	-	Vinculadas	17.170,74	21.513,82
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito	6.961,05	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	10.209,69	21.513,82
Transferências Financeiras Recebidas	24.574,58	134.371,39	Transferências Financeiras Concedidas	-	48.975,23
Resultantes da Execução Orçamentária	3.961,05	134.371,39	Resultantes da Execução Orçamentária	-	38.968,19
Sub-repasse Recebido	3.961,05	134.371,39	Sub-repasse Concedido	-	38.968,19
Independentes da Execução Orçamentária	20.613,53	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	10.007,04
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	20.613,53	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	10.007,04
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	28.073,84	183.141,30	Despesas Extraorçamentárias	25.545,06	11.199,54
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	15.436,04	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	15.436,04	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.833,84	31.476,22	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.109,02	11.199,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	16.240,00	136.229,04	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	16.240,00	136.229,04			
Saldo do Exercício Anterior	141.726,22	64.441,62	Saldo para o Exercício Seguinte	151.658,84	141.726,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	141.726,22	64.441,62	Caixa e Equivalentes de Caixa	151.658,84	141.726,22
TOTAL	194.374,64	381.954,31	TOTAL	194.374,64	381.954,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 06/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	17.170,74	17.170,74
TOTAL	-	-	17.170,74	17.170,74
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	17.170,74	5.336,90	5.336,90	-17.170,74
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	17.170,74	5.336,90	5.336,90	-17.170,74
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	17.170,74	5.336,90	5.336,90	-17.170,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	17.170,74	5.336,90	5.336,90	-17.170,74
TOTAL	-	-	17.170,74	5.336,90	5.336,90	-17.170,74

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	26.550,22	5.183,02	5.183,02	-	21.367,20
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	26.550,22	5.183,02	5.183,02	-	21.367,20
DESPESAS DE CAPITAL	-	4.926,00	4.926,00	4.926,00	-	-
Investimentos	-	4.926,00	4.926,00	4.926,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	31.476,22	10.109,02	10.109,02	-	21.367,20

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	12.716,06	12.716,06	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	12.716,06	12.716,06	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.719,98	2.719,98	-	-
Investimentos	-	2.719,98	2.719,98	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	15.436,04	15.436,04	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
 ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 06/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	1.164.471,76	1.158.160,22	PASSIVO CIRCULANTE	-	15.436,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	151.658,84	141.726,22	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	255.404,38	255.404,38	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	255.404,38	255.404,38	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	15.436,04
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	68.107,05	68.107,05	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoque	689.301,49	692.922,57	Provisões de Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	87.177.481,15	89.042.289,34	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	18.099,90	18.099,90	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	18.099,90	18.099,90	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	15.436,04
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	87.031.086,29	88.895.894,48	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	61.500.669,54	63.365.449,26	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	121.724.209,57	120.940.177,29	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-60.223.540,03	-57.574.728,03	Resultados Acumulados	88.341.952,91	90.185.013,52
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-1.843.060,61	-38.573.336,77
Bens Imóveis	25.530.416,75	25.530.445,22	Resultados de Exercícios Anteriores	90.185.013,52	128.758.350,29
Bens Imóveis	25.575.565,57	25.575.565,57	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-45.148,82	-45.120,35	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88.341.952,91	90.185.013,52

Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens	-	-			
Imóveis					
Intangível	128.294,96	128.294,96			
Softwares	83.574,69	83.574,69			
Softwares	100.066,45	100.066,45			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-16.491,76	-16.491,76			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	44.720,27	44.720,27			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	44.720,27	44.720,27			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	88.341.952,91	90.200.449,56	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88.341.952,91	90.200.449,56

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	151.658,84	141.726,22	PASSIVO FINANCEIRO	33.201,04	46.912,26

ATIVO PERMANENTE	88.190.294,07	90.058.723,34	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	88.308.751,87	90.153.537,30

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	118.457,80
Operação de Crédito	-3.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	121.457,80
TOTAL	118.457,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 06/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	17.578,60	92.281,08
INGRESSOS	40.814,58	270.600,43
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	40.814,58	270.600,43
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	24.574,58	134.371,39
Arrecadação de Outra Unidade	16.240,00	136.229,04
DESEMBOLSOS	-23.235,98	-178.319,35
Pessoal e Demais Despesas	-23.235,98	-129.044,12
Legislativo	-	-

Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-5.336,90	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-17.899,08	-129.044,12
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-300,00
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-300,00
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-48.975,23
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-48.975,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.645,98	-14.996,48
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-

Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-7.645,98	-14.996,48
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.645,98	-14.996,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.932,62	77.284,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	141.726,22	64.441,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	151.658,84	141.726,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
ORGÃO
SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 06/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	839.175,90	7.788.369,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	16.240,00	126.222,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	16.240,00	126.222,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	822.935,90	7.649.108,25
Transferências Intragovernamentais	24.574,58	134.371,39
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	798.361,32	7.514.736,86
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	3.032,15
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	3.032,15
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	10.007,04
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	10.007,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.682.236,51	46.361.706,21
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.670.345,42	16.008.420,04
Uso de Material de Consumo	16.168,05	285.421,42
Serviços	5.336,90	70.991,56
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.648.840,47	15.652.007,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	11.891,09	211.459,27
Transferências Intragovernamentais	-	48.975,23
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11.891,09	162.484,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	30.139.840,66
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	30.139.840,66
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	1.986,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	1.686,24

Contribuições	-	300,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.843.060,61	-38.573.336,77

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Anexo 2 - ORGANOGRAMA

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

